

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA

ANA REGINA SENO

**O *ETHOS* NO DISCURSO POLÍTICO DE DILMA ROUSSEFF:
A IMAGEM DA MULHER NA POLÍTICA**

Vitória

2014

ANA REGINA SENO

**O *ETHOS* NO DISCURSO POLÍTICO DE DILMA ROUSSEFF:
A IMAGEM DA MULHER NA POLÍTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Linguística do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística, área de pesquisa: Texto e Discurso.

Orientador: Prof. Dr. Jarbas Vargas
Nascimento

VITÓRIA

2014

Seno, Ana Regina, 1960-

S478e O *ethos* no discurso político de Dilma Rousseff : a imagem da mulher na política / Ana Regina Seno. – 2014.

188 f.

Orientador: Jarbas Vargas Nascimento.

Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Análise do discurso. 2. Mulheres - Discursos, ensaios, conferências. 3. Mulheres na política - Discursos, ensaios, conferências. 4. Ethos. 5. *Pathos*. I. Nascimento, Jarbas Vargas. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 80

O *ETHOS* NO DISCURSO POLÍTICO DE DILMA ROUSSEFF: A IMAGEM DA MULHER NA POLÍTICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Estudos Linguísticos.

Vitória (ES), 10 de março de 2014.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Jarbas Vargas Nascimento

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
Pontifícia Universidade Católica – PUC de São Paulo
Orientador e Presidente da Sessão e da Comissão
Examinadora

Prof. Dr. Luciano Novaes Vidon

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
Membro Titular Interno da Comissão Examinadora

Prof. Dr. Márcio Rogério de Oliveira Cano

Universidade Federal de Lavras – UFLA
Membro Titular Externo da Comissão Examinadora

DEDICATÓRIA

Dedico este estudo a todos os indivíduos que questionam a dominação de um gênero humano sobre o outro.

AGRADECIMENTOS

Início meus agradecimentos à Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, especialmente ao Programa de Pós-graduação de Estudos Linguísticos – PPGEL, pelo acolhimento e pela oportunidade de eu participar do programa.

Ao meu querido orientador, Prof. Dr. Jarbas Vargas Nascimento, agradeço de várias maneiras: por ser a pessoa simples e acolhedora que é e pela disponibilidade de aceitar-me em seu grupo de orientandos. Competente especialista nos estudos linguísticos, em particular de Dominique Maingueneau, ensinou-me os primeiros passos na compreensão da Análise do Discurso de linha francesa. Sua didática, experiência e eficácia nas explicações e orientações valiosas deram-me a segurança para desenvolver este trabalho e transformá-lo em algo útil para as pesquisas em Linguística e para a comunidade em geral.

Agradeço também aos professores, enumerados cronologicamente, com os quais cursei várias disciplinas e com quem tive a oportunidade de aprender e aprofundar meus conhecimentos: Lillian de Paula (especialista em Estudos da Tradução), Luciano Vidon (profundo conhecedor da obra de M. Bakhtin), Ana Cristina Carmelino (pesquisadora ativa e profícua da Linguística Textual) e Maria da Penha Lins (experiente pesquisadora de várias disciplinas da Linguística, em especial a Pragmática). Deixo também meus sinceros agradecimentos à querida Profa. Ida Lúcia Machado, da UFMG, que de modo competente e agradável me introduziu à Semiologia proposta por Patrick Charaudeau, abrindo-me mais possibilidades e visões da Análise do Discurso de linha francesa.

Deixo, ainda, meus agradecimentos aos colegas do mestrado pelo convívio amistoso, enriquecendo-me com as muitas trocas de conhecimento e amizade.

À secretária do PPGEL, Luciana, pela dedicação e atenção prestada aos mestrandos, facilitando sempre nosso trabalho nas questões burocráticas.

Agradeço também ao meu marido, Marcelo Rouanet, companheiro de longa data, pelo apoio dado em todos os momentos, mesmo naqueles de isolamento durante a escrita da dissertação e naqueles seis meses de viagens à UFMG, em Belo Horizonte, para estudar uma das disciplinas. Sua compreensão e carinho foram importantes para mim. Formamos, sem dúvida, uma boa dupla evolutiva e de trabalho.

Por fim, agradeço à CAPES pela concessão de bolsa de estudos durante o período de 2 anos, fato que muito me auxiliou na realização do curso e no tempo de dedicação à escrita da dissertação.

Muito obrigada a todos!

*Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si,
da qual nenhuma enunciação pode escapar.*

Ruth Amossy

RESUMO

Este estudo propõe-se a analisar o discurso político de voz feminina, pela perspectiva da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, a partir da escolha de quatro discursos proferidos pela presidente brasileira Dilma Rousseff, utilizando-se das contribuições trazidas por Dominique Maingueneau e Patrick Charaudeau. O eixo dessa pesquisa está no exame do *ethos* discursivo segundo as noções apresentadas pelos dois estudiosos, para a identificação das características de discurso político proferido por enunciador de voz feminina. Dos estudos de Maingueneau, além da categoria de *ethos* discursivo, são utilizadas as categorias de interdiscurso e de cenas de enunciação, especialmente as cenografias constituídas nos discursos políticos escolhidos. Das pesquisas semiolinguísticas de Charaudeau, privilegiamos as noções de *ethos*, de carisma e de *pathos* aplicadas ao discurso político, buscando caracterizar a maneira de ser e de dizer do sujeito enunciador, revelada pela patemização discursiva. Embora os dois pesquisadores tenham propostas teórico-metodológicas basilares diferentes, busca-se encontrar os pontos de complementação de abordagens para a caracterização do *ethos* discursivo de voz feminina. Os procedimentos de análises são precedidos por breve histórico do percurso, da participação e da presença da mulher na política nacional e internacional, principalmente nos séculos XX e XXI, a fim de compor o cenário histórico-social atual, uma vez que há o fato inédito e relevante de uma mulher tornar-se a primeira presidente do Brasil. As principais discussões realizadas neste estudo giram em torno aos macrotemas e microtemas dos discursos selecionados, suas cenografias ali constituídas, destacando as marcas, que influem na caracterização de *ethos*, incluindo aquelas propostas por Charaudeau, tais como, de autoridade, de credibilidade, de seriedade e de coragem. Associado a esses aspectos que ajudam a caracterizar o *ethos*, são analisados também os elementos constituintes da memória discursiva, articulando-os com as formações discursivas inerentes aos campos discursivos aos quais pertencem. Por fim, realiza-se uma síntese das análises empreendidas e conclui-se com o detalhamento da repercussão observada na imagem da mulher na política, discorrendo-se sobre *ethos* de enunciador de voz feminina em discurso político.

Palavras-chave: análise do discurso; discurso político; *ethos*; mulher; *pathos*.

ABSTRACT

The purpose of this study is to analyze the female-voice political discourse under the perspective of the French-line discourse analysis (DA) in 4 selected speeches by Brazilian president Dilma Rousseff, using contributions of Dominique Maingueneau's and Patrick Chareaudeau's. This inquiry is centered on the *ethos*' analysis after the notions by both theoreticians for the identification of the characteristics of the female-voice enunciator's political discourse. Out of Maingueneau's studies, besides the notion of discursive *ethos*, the categories of interdiscourse and enunciation scenes are used, especially the scenographies constituted in those speeches. Out of Charaudeau's researches, we privileged the notions of *ethos*, charisma, and *pathos* applied to the political discourse, seeking to characterize the way of being and saying of the enunciating subject, revealed through the discursive patemization. Although both researchers have different theoretical-methodological ground proposals, the complementing points of approach are looked for in order to characterize the female-voice discursive *ethos*. The analytical proceedings are preceded by a brief history of the trajectory, participation, and presence of woman in national and international politics, mainly in the 20th and 21st centuries, in order to compose the present social-historical scenario, given the inedited and relevant fact of the election of the first female president of Brazil. The main discussions involve the macro- and micro-themes of the selected speeches, their scenographies constituted therein, highlighting the marks that influence *ethos* characterizations, including the ones proposed by Chareaudeau, like of authority, accountability, seriousness, and courage. Linked to those aspects that help to characterize the *ethos*, also the components of the discursive memory are analyzed, articulating them with the discursive formations of the respective discursive fields. Finally, the analyses undertaken are synthesized, detailing the repercussion on the image of woman in politics and disserting about the female-voice enunciator *ethos* in the political discourse.

Keys words: discourse analysis; political discourse; *ethos*; woman; *pathos*.

RESUMÉ

Cette étude se propose à analyser le discours politique de voix féminine par la perspective de l'Analyse du discours (AD) de ligne française à partir de la sélection de quatre discours de la présidente brésilienne Dilma Roussef en employant les contributions de Dominique Maingueneau et Patrick Charaudeau. Cette recherche se structure autour de l'enquête *d'éthos* selon les notions des deux théoriciens pour l'identification des caractéristiques de discours politique d'énonciateur de voix féminine. Des études de Maingueneau, outre la notion *d'éthos* discursif, sont utilisés les catégories d'interdiscours et de scènes d'énonciation, spécialement les scénographies constituées dans les discours politiques choisis. Des enquêtes sémiolinguistiques de Charaudeau sont privilégiées les notions *d'éthos*, charisme et *pathos* appliqués au discours politique, en cherchant à caractériser la manière d'être et de dire du sujet énonciateur, révélée par la patémisation discursive. Quoique les deux chercheurs aient des propos théorico-méthodologiques basilières différents, on y recherche les points de complémentarité d'abordage pour la caractérisation de *l'éthos* discursif de voix féminine. Les procédures d'analyse sont précédées par une brève histoire du parcours, participation et présence de la femme dans la politique nationale et internationale, surtout aux XX^e et XXI^e siècles, pour composer la scène historico-sociale présente, étant donné le fait inédit et rélevant de l'élection de la première présidente du Brésil. Les principales discussions découlent des macrothèmes ainsi que des microthèmes des discours sélectionnés, de leurs scénographies, qui s'y constituent, en soulignant les marques influant sur les caractérisations *d'éthos*, y comprises celles proposées par Charaudeau, comme *éthos* d'autorité, de fiabilité, de sérieux et de courage. Avec ces aspects aidant à caractériser *l'éthos*, y sont également analysés les composants de la mémoire discursive, en les articulant avec les formations discursives des champs discursifs respectifs. Finalement, les analyses des discours entreprises y sont synthétisées, en détaillant la répercussion dans l'image de la femme dans la politique et en discutant sur *l'éthos* d'énonciateur de voix féminine dans le discours politique.

Mots-clés: analyse du discours; discours politique; *ethos*; femme; *pathos*.

LISTA DE SIGLAS

D1 – Discurso 1 – relativo ao discurso de Dilma Rousseff constante no Anexo 1

D2 – Discurso 2 – relativo ao discurso de Dilma Rousseff constante no Anexo 2

D3 – Discurso 3 – relativo ao discurso de Dilma Rousseff constante no Anexo 3

D4 – Discurso 4 – relativo ao discurso de Dilma Rousseff constante no Anexo 4

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I – O DISCURSO POLÍTICO PELA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DO DISCURSO	
1.1 As abordagens de Maingueneau e Charaudeau no tratamento do discurso	22
1.1.1 A noção de interdiscurso	25
1.1.2 A tríade discursiva	27
1.2 Cenas de enunciação	29
1.3 A noção de <i>ethos</i>	34
1.3.1 <i>Ethos</i> na Retórica aristotélica	34
1.3.2 <i>Ethos</i> na perspectiva de Maingueneau	36
1.3.3 <i>Ethos</i> na perspectiva de Charaudeau	42
1.3.3.1 A noção de carisma	46
1.3.3.2 A patemização discursiva	51
1.4 O discurso político	52
1.4.1 Politicologia	52
1.4.2 A noção de discurso político	60
CAPÍTULO II – A MULHER NA POLÍTICA: BREVE HISTÓRICO	
2.1 Mulher, gênero feminino: aspectos culturais e sociais	64
2.1.1 Mãe e maternidade	65
2.1.2 Esposa, fidelidade e monogamia	65
2.1.3 Pessoa e identidade	66
2.1.4 Figuras femininas destacadas no cenário político	67
2.2 A participação feminina na política nos séculos XX e XXI	70
2.2.1 Primeira década do século XXI	73
2.2.2 O Brasil no século XXI	74
2.3 Minibiografia da Presidente Dilma Rousseff	75
2.3.1 <i>La femme politique</i> – a maneira rousseffiana de ser	80

CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO DO <i>ETHOS</i> DISCURSIVO DE DILMA ROUSSEFF	
3.1 Delimitação e perspectiva adotadas neste estudo	85
3.1.1 Síntese dos macrotemas e microtemas dos discursos selecionados para análise	88
3.2 A relevância das cenografias na constituição de <i>ethos</i> nos discursos de Dilma Rousseff	89
3.2.1 Cenografia no D1: a abrangência na escolha dos temas	89
3.2.1.1 A interdiscursividade influenciando na construção do <i>ethos</i>	98
3.2.1.2 Enunciador de gênero feminino	101
3.2.2 Cenografia no D2: a imagem de si globalizada	109
3.2.2.1 A presença de <i>pathos</i> na constituição do <i>ethos</i> na dêixis enunciativa	110
3.2.2.2 O <i>ethos</i> de autoridade	120
3.2.3 Cenografia no D3: as relações entre interdiscurso e memória discursiva	124
3.2.3.1 As pistas deixadas pela memória discursiva na construção do <i>ethos</i>	134
3.2.4 Cenografia no D4: <i>rompendo centenas de anos de exclusão política</i>	137
3.2.4.1 O <i>ethos</i> de credibilidade: o empoderamento feminino	139
3.2.4.2 O <i>ethos</i> constituído pelo estatuto do enunciador e do co-enunciador	143
3.3 Análise do <i>ethos</i> observado nos D1, D2, D3 e D4 e a repercussão na imagem da mulher na política	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
REFERÊNCIAS	157
ANEXO 1 - Discurso de posse da Presidente da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, Palácio do Planalto, Brasília-DF, em 01/01/2011 [D1]	165

ANEXO 2 - Discurso na abertura da 66ª Assembleia Geral da ONU, em Nova York, em 21/09/2011 [D2]	176
ANEXO 3 - Discurso da Presidente da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de sanção do projeto de Lei que garante o acesso a informações públicas e do projeto de Lei que cria a Comissão Nacional da Verdade - Brasília/DF [D3]	182
ANEXO 4 - Discurso da Presidente da República, Dilma Rousseff, durante o fórum de mulheres líderes sobre igualdade de gênero e empoderamento das mulheres no desenvolvimento sustentável - Rio de Janeiro/RJ [D4]	186

INTRODUÇÃO

Desde principalmente o século XX e XXI, a questão da mulher vem emergindo com força, mobilizando ações e transformações de leis, estatutos e organizações sociais com vistas à inserção crescente da participação feminina na sociedade, nas instâncias política e pública, além das diversas áreas profissionais anteriormente restritas aos homens.

As discussões sobre os direitos das mulheres tomam contorno claro a partir da II Guerra Mundial. Nos anos de 1960, quando eclodiu a chamada revolução feminista, ocorreram movimentos e manifestos populares, tendo como destaque o episódio chamado *a queima dos sutiãs (Bra-Burning)*, promovido por um grupo de 400 mulheres americanas reunidas em Atlantic City, repudiando o concurso de Miss América, nos Estados Unidos em outubro de 1968.

A partir dessa manifestação simbólica, pois não houve de fato a queima de sutiãs, devido ao local fechado onde se encontravam, outras reivindicações ocorreram entre elas o direito de decidir sobre o próprio corpo, especialmente a liberdade sexual, visando à desvinculação com a questão da maternidade. É nessa época que surgiram os anticoncepcionais, um dos símbolos da emancipação da mulher moderna.

Além da liberação enquanto indivíduo, a mulher deixa de ser meramente *dona de casa*, esposa e mãe. Ampliou-se sua participação no mercado de trabalho e, em especial, na política, assumindo cargos e funções em partidos políticos, atividades sindicais, órgãos públicos, cargos eletivos por sufrágio universal ao modo de vereadora, deputada, senadora, prefeita, governadora e mesmo Presidente ou chefe de nação.

Mundialmente, nota-se progressiva ascensão feminina no cenário político, destacando-se as seguintes mulheres na vida política a partir da metade do século XX: Evita Perón (Vice-Presidente da Argentina no mandato de Juan Domingo Perón de 1946 a 1952), Indira Gandhi (primeira-ministra da Índia entre 1966 e 1977 e entre 1980 e 1984), Golda Meir (primeira-ministra de Israel entre 1969 e 1974), Isabelita Perón (Presidente da Argentina de 1974 a 1976), Margareth Thatcher (primeira-ministra da Inglaterra entre 1979 a 1990), Benazir

Bhutto (primeira-ministra do Paquistão entre 1988 e 1990 e no período de 1993 a 1996), Corazón Aquino (Presidente das Filipinas entre 1986 e 1992), Ellen Johnson-Sirleaf, atual Presidente da Libéria (2005-), Michele Bachelet (Presidente do Chile de 2006 a 2010), Angela Merkel (atual chanceler da Alemanha desde 2005), Cristina Kirchner (Presidente da Argentina desde 2007, sendo reeleita em 2011), Laura Chinchilla Miranda, primeira mulher Presidente da Costa Rica (2010-), Dalia Grybauskaitė, Presidente da Lituânia (2009-) e Park Geun-Hye (desde fevereiro/2013, primeira mulher Presidente da Coreia do Sul). Esses são alguns exemplos de mulheres assumindo a função máxima representativa de uma nação no cenário mundial.

No Brasil, os primeiros registros históricos de participação ativa da mulher na elite política brasileira começam a se destacar na década de 1980, principalmente, com a abertura democrática e com a possibilidade de haver candidaturas eleitorais femininas aos cargos eleitos por voto. O primeiro caso de repercussão nacional foi a eleição de Luiza Erundina (1989-1992) para prefeitura de São Paulo, maior cidade do país. Outras se elegeram posteriormente vereadoras, deputadas e até mesmo senadoras, como é o caso de Rita Camata, eleita pelo estado do Espírito Santo, assim como Benedita da Silva, pelo Rio de Janeiro, Marina da Silva, pelo Acre, Heloisa Helena, por Alagoas, para citar alguns exemplos.

Mas, o feito mais surpreendente aconteceu com a eleição de Dilma Rousseff, filiada ao PT (Partido dos Trabalhadores), a primeira mulher a assumir a presidência da República brasileira para o mandato de 2011 a 2014.

Nesse contexto mundial e nacional de inserção feminina na política, nota-se a relevância histórica do fato, repercutindo também nos estudos linguísticos, despertando o interesse, independentemente de preferências partidárias, de se proceder às análises dos discursos proferidos pela primeira Presidente do Brasil, chefe suprema do país.

O tema principal de nossa análise dos discursos da Presidente brasileira centra-se na identificação do *ethos* discursivo de voz feminina, buscando caracterizar sua constituição, as condições de produção, o tom que permeia os vários discursos ali presentes, além de identificar o caráter e a corporalidade do sujeito enunciador pela sua maneira de dizer.

Assim, nossa escolha foi motivada pela constatação do aumento da participação feminina no cenário político mundial, o que evidencia a força ativa da mulher, tornando-se seus discursos alvo de interesse para o entendimento das características e peculiaridades quanto ao uso dos elementos discursivos bem como da formação da imagem da mulher na vida política.

Algumas indagações iniciais se apresentam, tais como: o discurso político de voz feminina teria algo diferente do discurso de voz masculina? A questão do *gênero humano* influencia na prática discursiva no cenário político? Com essas questões, buscam-se algumas respostas, por meio das ferramentas existentes na Análise do Discurso (doravante AD), para discutir as condições de produção do discurso, em especial a do gênero político, para detalhar e caracterizar o discurso de voz feminina, especialmente seu *ethos*, mediante os referidos recortes de discursos proferidos pela Presidente Dilma Rousseff.

Estudar o discurso político conecta a realidade discursiva com a realidade cotidiana e proporciona ao analista, em primeiro lugar, maior conhecimento da própria língua, além da contribuição para os estudos linguísticos e para a sociedade em geral; e, em segundo, propicia autorreconhecimento, mesmo que parcial, nos diversos enunciados lidos ou ouvidos, por envolver semelhanças e diferenças nas escolhas pessoais de cada falante em suas interações.

Se, como afirma Orlandi (2010, p.25), *a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história*, o próprio analista pode, eventualmente, reconhecer-se no discurso do outro enquanto sujeito produtor de discurso e inserido em determinado cenário cotidiano. O diálogo entre os sujeitos produtores de discurso resulta permanente e revelador dos vários e respectivos *ethé* produzidos.

Ainda conforme Orlandi (2010, p.21), *as relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados*. O objetivo é caracterizar tais efeitos de sentidos dentro de um discurso e dentro de determinada instância de acontecimento histórico no cenário político nacional e internacional, capturando sua essência em *flash* único ao modo do instantâneo fotográfico, gerando a síntese de tais efeitos. Ao mesmo tempo, torna-se relevante observar essa dinâmica inter-relacional, interconectando o discurso a outras instâncias e a outras áreas do conhecimento humano.

A partir dessa perspectiva, serão enfocados três aspectos nas abordagens: o primeiro aspecto é relativo ao papel do sujeito da enunciação (um ser situado num dado momento histórico); o segundo, quanto aos efeitos de sentido que ele produz na construção de seu *ethos* discursivo e, em especial, aquele caracterizado por um enunciador de voz feminina; e, o terceiro, identificar, pela noção de interdiscurso, os vários campos discursivos presentes no enunciado e suas articulações.

Com enfoque no modo utilizado pelo enunciador para obter a adesão de seus co-enunciadores, vão ser identificadas e analisadas as manifestações do *ethos* discursivo, e, ainda, verificadas as diferentes formas de presença do **Outro** no discurso, seja ela implícita ou explícita.

A linha mestra para os procedimentos de AD vai perseguir a constituição do *ethos* discursivo, no esforço de traçar perfil do enunciador, observando, no nível intralinguístico, as categorias discursivas como o interdiscurso, a noção de *ethos*, os campos discursivos, a dêixis, os elementos modalizadores, e, no nível extralinguístico, os aspectos intervenientes nas condições de produção, especialmente os fatores socio-históricos, a fim de compreender as configurações sociais, políticas e culturais, em especial, as relativas ao universo feminino.

Para dar conta dos propósitos estabelecidos neste estudo, utilizaremos duas abordagens de análise, a primeira de perspectiva da teoria enunciativo-discursiva, postulada por Dominique Maingueneau¹, e a segunda, de perspectiva da teoria semiolinguística, elaborada por Patrick Charaudeau¹.

Embora as duas disciplinas sejam distintas em suas proposições basilares, os modos de tratamento de determinadas categorias de análise, apresentados em cada uma delas, vão nos ajudar a analisar o discurso político visando ao entendimento da maneira de dizer da Presidente Dilma Rousseff. De Maingueneau, vamos utilizar as noções de interdiscurso e de cenografia, sendo nosso principal referencial teórico para essas categorias. Na categoria *ethos*, vamos nos pautar igualmente pelas noções de Maingueneau e de Charaudeau, de quem selecionaremos, em particular, seu aprofundamento

¹ Os dois especialistas de AD são professores da Universidade de Paris XII e Paris XIII, respectivamente, sendo Charaudeau diretor do Centre d'Analyse du Discours (CAD) e Maingueneau, membro do Centre d'Étude des Discours, Textes, Ecrits et Communications (CEDITEC), ambos centros localizados em Paris, França.

quanto à questão de *pathos*, elemento gerador da patemização discursiva, e a noção de carisma incluída no seu entendimento de *ethos* aplicado ao discurso político. Há diferenças nas abordagens dos dois autores quanto à noção de *ethos*, fato que enriquecerá nossa análise pela diversidade de visões.

Assim, os estudos dos dois especialistas em AD agregam importante fundamentação para nossa pesquisa e nos auxiliam no levantamento e na significação de nosso objetivo principal de caracterização do *ethos* discursivo.

O trabalho estrutura-se em três capítulos, afora a Introdução e as Considerações Finais, assim distribuídos:

No Capítulo I, *O discurso político pela perspectiva da Análise do Discurso*, alinhamos os conceitos e categorias a serem utilizadas na análise, identificando as posições de cada perspectiva teórico-metodológica quanto às suas postulações básicas e mostrando como essas posições serão aplicadas na amostra escolhida para análise.

No Capítulo II, *A mulher na política: breve histórico*, idealizamos um apanhado histórico da participação da mulher na vida política ao longo das principais épocas e em especial na atualidade, na tentativa de compor o cenário mundial e nacional da evolução da atuação feminina no universo político, em especial quanto às condições sociais, culturais e históricas da Antiguidade até hoje. A ausência da mulher na prática política no passado nos fornece material rico de investigação e auxilia na compreensão do movimento das mulheres em busca de maior participação social, demonstrada pela presença atual e progressiva nas diversas áreas da vida, em especial, no mundo político, ambiente antes eminentemente masculino. Hoje, com a forte mobilização social favorável às questões da mulher, promovendo maior participação feminina, notam-se mudanças sociais e políticas.

Por fim, no Capítulo III, *Caracterização do ethos discursivo de voz feminina*: a partir da escolha dos discursos proferidos pela Presidente brasileira, esboçamos caracterização de *ethos* discursivo de voz feminina, apresentando nossas análises propriamente ditas.

A seleção do *corpus* de análise constitui-se na amostra de quatro discursos proferidos pela Presidente do Brasil, Dilma Rousseff, assim discriminados:

1. Discurso de posse da Presidente eleita, Dilma Rousseff, em 01/01/2011.
2. Discurso na abertura da 66. Assembleia Geral das Nações Unidas - Nova Iorque/EUA, em 21/09/2011.
3. Discurso na cerimônia de sanção do projeto de Lei que garante o acesso a informações públicas e do projeto de Lei que cria a Comissão Nacional da Verdade - Brasília/DF, em 18/11/2011.
4. Discurso no fórum de mulheres líderes sobre igualdade de gênero e empoderamento das mulheres no desenvolvimento sustentável - Rio de Janeiro/RJ, em 21/06/2012.

Desse modo, analisaremos esses quatro discursos de Dilma Rousseff com foco na perspectiva de AD proposta por Maingueneau e entremeando essas análises com as noções de *ethos* de Maingueneau e de Charaudeau, além da contribuição de outros linguistas e pesquisadores na complementação de algumas ideias.

CAPÍTULO I

O DISCURSO POLÍTICO PELA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DO DISCURSO

1.1. As abordagens de Maingueneau e Charaudeau no tratamento do discurso

Inicialmente, retomamos algumas questões dentro dos estudos linguísticos sobre a noção de AD, disciplina com vasto campo de objetos de pesquisa e, ao mesmo tempo, de difícil delimitação de suas fronteiras e território pela sua proximidade com outras disciplinas ao estabelecer seus referenciais de análise.

Maingueneau (2007b) discute pontos importantes sobre a noção de AD, posicionando-se ao distinguir sobre o que *é* e o que *não é* a AD, em meio à variedade de estudos discursivos nas Humanidades e Ciências da Linguagem. O autor busca esclarecer as problemáticas das diferentes visões, correntes e escolas e, ao mesmo tempo, se posiciona expondo seu ponto de vista sobre o modo de estabelecer o território e as fronteiras da AD.

O consenso entre os pesquisadores dos estudos discursivos parece estar longe e Maingueneau critica a visão de que qualquer estudo discursivo, não claramente delimitado, possa caber dentro do escopo da AD. O fato de a AD estar localizada em ponto distante do núcleo duro da Linguística e por fazer conexões com a Psicologia, Sociologia, Antropologia, História, entre outras disciplinas, dificulta a delimitação de seu território.

O caráter interdisciplinar da AD lhe dá perfil *aberto* de abordagens, porém, sem se confundir com mero instrumento de análise para outras disciplinas, tornando-a *uma das regiões mais vastas e menos definidas da linguística*, conforme reconhece Deborah Schiffrin (2004, *apud* MAINGUENEAU, 2007b, p. 14).

Para se analisar discursos, há vários critérios e abordagens possíveis para classificá-los em tipos, gêneros, a fim de desenhar seus campos ou territórios de ação analítica. Para Maingueneau (2007b, p.14-15), o escopo da AD está centrado no campo da Linguística, com destaque para as questões discursivas com vista a firmar os métodos e os objetos dessa Ciência, porém,

não impedindo de haver conexões e abordagens de caráter sociológico existente em outras áreas das Humanidades. De fato, os contornos da AD ainda se mostram imprecisos pela própria variedade de correntes de pesquisa e tratamento sobre o discurso entre os linguistas, além da diversidade de disciplinas de apoio, permitindo ao analista a escolha do *corpus* a ser analisado.

Assim, continua Maingueneau (2007b, p.19), o interesse da AD *seria o de apreender o discurso como intricação de um texto e de um lugar social* sem que haja a prevalência nem da organização textual (produto) nem da situação de comunicação (processo). O discurso, sob esta perspectiva, teria um *posicionamento* em determinado campo discursivo, fato que já habilita o analista a uma delimitação de fronteiras para o foco de sua análise.

O primeiro procedimento do analista de discurso é identificar o gênero de discurso do objeto de estudo e obter um conjunto de elementos definidores desse discurso. Tal delimitação inicial de seu território de análise dentro da perspectiva linguística não impede inserções eventuais em outras disciplinas com objeto de estudo bem definidas.

Para este estudo, o foco desse procedimento de análise terá o objetivo de identificar os efeitos de sentido nos discursos produzidos pelo enunciador, desvelados por sua maneira de dizer que tem correspondência com a maneira de ser de determinado campo discursivo.

A estratégia de análise a ser adotada é de alcançar a compreensão do efeito de sentido produzido pelo enunciador pela consequente adesão de seus co-enunciadores com relação ao que é dito e ao seu posicionamento com relação ao que diz.

Nossa proposta de análise é partir das cenografias constituídas em discursos políticos proferidos pela Presidente brasileira, desdobrando-as para o aspecto sociopolítico e considerando especialmente a condição feminina, implícita e explícita, no cenário político nacional e internacional.

Além disso, propomos analisar a cenografia dos discursos escolhidos, apontando para a caracterização da manifestação de *ethos* discursivo personalizado nas instâncias política e cidadã, em nível internacional e governamental, utilizando-se de algumas categorias de análise tais como temas e subtemas

(macrotema e microtemas). Além disso, faremos breve visão panorâmica sobre o histórico da mulher no universo político.

A construção desse cenário geral visa esboçar, por meio de tal constituição de *ethos* discursivo de voz feminina, a responsabilidade do enunciador naquilo que diz em seu discurso, associado à noção de *pathos* e ao caráter implícito de sua representatividade perante a nação e concluir algumas considerações sobre essa caracterização.

Para Maingueneau, a maneira de dizer de qualquer enunciador é responsável pela constituição de seu *ethos* discursivo, ou seja, pela imagem construída pelo enunciador dentro de seu discurso. Interessa-nos, portanto, verificar qual a imagem de si que o enunciador manifesta e como essa imagem se constrói dentro do discurso.

Maingueneau (2008, p.13), recuperando as ideias de Ducrot sobre o tema, observa que o *ethos* se mostra no ato de enunciação, ele não é dito no enunciado, constatação que distingue a noção entre mostrar e dizer dentro de qualquer discurso, notadamente o político.

No discurso político, há diversos elementos cenográficos a serem explorados pelo enunciador para construir seu *ethos*. A cenografia é modelagem do *ethos* no qual ocorre enlaçamento paradoxal de dois fatores: a realização da fala em si que pressupõe local onde acontece a situação de enunciação, mas que, em realidade e ao mesmo tempo, vai sendo validada progressivamente por intermédio da própria enunciação (Maingueneau, 2004, p.86).

Os elementos que compõem o discurso político são provenientes de várias áreas a serem observadas e analisadas envolvendo os assuntos socio-culturais, no contexto nacional e mundial. A ideia é explorar os conteúdos dessa cenografia expressos pelo sujeito discursivo e que, simultaneamente, em alguns casos, expressam também o caráter do sujeito social, empírico, representante de nação e com a particularidade de ter voz feminina.

A partir dessas manifestações discursivas, demonstrativas de caráter e posicionamento do enunciador, entre outros aspectos, pretende-se descrição possível do *ethos* discursivo de voz feminina no discurso político.

Assim, essas noções gerais sobre AD nos situam diante de nosso objeto de estudo e apresentamos, a seguir, as fundamentações e perspectivas teóri-

cas de Maingueneau e Charaudeau sobre o assunto e que irão balizar nossas análises.

1.1.1. A noção de interdiscurso

Partiremos da noção do primado do interdiscurso, conceito postulado por Maingueneau (2008) visando à criação de metodologia de análise do discurso.

A abordagem de Maingueneau (2008) sobre as questões enunciativas propõe considerar a presença do **Outro** no discurso do **Mesmo**, no qual o **Outro** não representa uma entidade externa ou uma citação ou, ainda, um fragmento localizável, mas, sim, sua relação com a formação discursiva (FD) a que pertence, e que será explicada mais adiante.

O autor pressupõe relação dialógica entre o **Outro** e o **Mesmo** que se estabelece entre os enunciados de um e de outro, constituindo diversidade de discursos, pois aquilo que o **Outro** diz interfere e contribui naquilo que o **Mesmo** quer dizer e diz. Tais relações produzem heterogeneidade e compõem um universo intrincado de possibilidades de enunciados, mostrando no discurso produzido, por qualquer enunciador, o aspecto de alteridade sempre presente.

A *heterogeneidade constitutiva*, tomada por Authier-Revuz (1984), que se apoia na perspectiva de Bakhtin sobre o *princípio dialógico*, pode ser usada em paralelo para embasar a proposta de orientação geral para um quadro metodológico mais preciso para o entendimento da AD, bem como seu domínio. Partindo do fato de que *os discursos se entrecruzam em todos os sentidos, multiplicam-se indefinidamente em várias dimensões*, Maingueneau (2008, p.25-26) propõe o primado do interdiscurso, apresentando uma formulação para delimitar esses diversos campos e contribuir para a AD.

Maingueneau (2006, p. 286) postula a noção de interdiscurso enquanto o conjunto das unidades discursivas que pertencem a discursos anteriores do mesmo campo discursivo, de discursos contemporâneos de outros campos, entre outros, com os quais um discurso particular entra em relação implícita ou explícita. Essa inter-relação de discursos diferentes ou do mesmo campo

discursivo também ocorre, portanto, no discurso político, o que nos possibilita destacar e analisar o surgimento de novos efeitos de sentidos pelo atravessamento de diferentes formações discursivas (FDs).

Antes de avançarmos na noção de interdiscurso, mostra-se relevante tratar da noção de formação discursiva (FD). Maingueneau posiciona-se a partir das visões diferenciadas trazidas primeiramente por Foucault e em seguida por Pêcheux. Para Foucault (2010 [1969], p.56), uma formação discursiva pode ser chamada, por convenção, como sistema de dispersão, com certo número de enunciados, caracterizados por tipos de enunciação, conceitos, escolha de temas e que podem ser definidos por uma regularidade: uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações. Uma FD está sujeita a determinadas regras de formação, que são, na prática, as condições de sua existência.

Já Pêcheux, inspirado em Althusser, relacionou a ideia de *formação social*, de cunho político e ideológico, com a *formação discursiva*. Há relação entre as classes sociais e os posicionamentos políticos e ideológicos feitos pelos indivíduos, que se organizam em formações detentoras de relações de antagonismo, de aliança ou de dominação. Essas formações ideológicas incluem uma ou várias FDs interligadas, que determinam o que pode e deve ser dito (FOUCAULT, 2010 [1969]; CHARAUDEAU, 2008). Por exemplo: arena, sermão, panfleto, exposição, programa, entre outros.

Tanto Foucault quanto Pêcheux apresentam referencial distinto quando analisam os *corpora*; o primeiro extrai exemplos na história das ciências; já o segundo, os extrai na luta política, herança da visão marxista e sociológica de Althusser (MAINGUENEAU, 2007, p.66).

As FDs guardam estreita ligação com a *memória discursiva* operada pelos produtores de discurso na medida em que, ao enunciarem, buscam os “arquivos” e “registros” já ditos em outros discursos, armazenando em si os vários conteúdos veiculados socialmente e com valor histórico. Em verdade, qualquer discurso é dominado pela *memória de outros discursos*.

Essa caracterização das FDs guarda estreita relação com o conceito de interdiscurso, pois indica o lugar social dos enunciados e dos enunciadores dentro do campo discursivo, sendo considerado lugar de troca entre os discursos. Tal lugar perfaz uma trama ou espécie de rede que marca o posicio-

namento discursivo, elemento central no entendimento não só das FDs, mas principalmente da noção de interdiscurso.

1.1.2. A tríade discursiva

Diante dessa abordagem, Maingueneau, ao lançar sua hipótese do primado do interdiscurso, apresenta compreensão prática do entrecruzamento dos múltiplos discursos existentes para clarear o conceito de interdiscurso. Para tanto, propõe uma tríade conceitual: universo discursivo, campo discursivo, espaço discursivo.

O autor denomina de *universo discursivo o conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada* (MAINGUENEAU, 2008, p.33). É um universo finito, mesmo que não se possa apreender em seu tamanho global. Nele estão contidos os campos discursivos, domínios construídos com base em aproximações e semelhanças, tornando-se passíveis de serem estudados pelo analista.

Ao iniciar a explicação de campos discursivos, Maingueneau (2008, p.34) chama a atenção para se compreender melhor essas aproximações e semelhanças de domínios, denominadas *formações discursivas*, que entram às vezes em conflito, em embate, em confronto, em aliança, e mesmo em neutralidade aparente, entre outras formas. Então, nesse universo discursivo entram em jogo de inter-relações os vários e diversos campos discursivos, que ao longo da história tentou-se classificar em tipologias discursivas, às vezes se aproximando do conceito de gênero de discurso.

No entanto, *é no interior do campo discursivo que se constitui um discurso* (MAINGUENEAU, 2008, p. 34), ideia que o autor vai defender lançando a hipótese de que *essa constituição pode deixar-se inscrever em termos de operações regulares sobre formações discursivas já existentes*. O que não significa que cada campo discursivo se constitua de modo igual ao outro, pois em função dessas diferenças derivam a heterogeneidade discursiva, ou seja, resulta numa *hierarquia instável* que opõe discursos dominantes e dominados, e que não se situam necessariamente no mesmo plano. *A priori*,

não é possível determinar as modalidades das relações entre essas diversas formações discursivas de um campo (p.35).

Exemplos de campos discursivos: campo político, filosófico, dramático, jurídico, publicitário, literário, entre outros. Esse recorte em *campos* não define zonas insulares, é apenas uma abstração necessária, que deve permitir abrir múltiplas redes de trocas, não se tratando de delimitações evidentes.

Assim, para efeito de AD, o analista vai isolar no campo discursivo, os espaços discursivos, que se constituem *subconjuntos de formações discursivas* que ele julga relevantes para pôr em relação dentro de seu propósito (p. 35). Entender a relação entre os espaços discursivos leva em consideração os conhecimentos sobre o texto propriamente em análise e um saber histórico acumulado, que serão confirmados ou infirmados quando a pesquisa progredir.

Na relação entre os campos discursivos, o analista vai se deparar com a questão sobre qual espaço discursivo prevalece sobre o outro, na tentativa de identificar qual será o *primeiro* e qual será o *segundo*; ou, ainda, tentar identificar qual se constituiu primeiro; ou, por meio de qual espaço um se constituiu. Para Maingueneau, importa apenas a consideração dos fundamentos semânticos do discurso (p.35).

É a essa relação (dialógica) constante e intensa entre os espaços discursivos que Maingueneau chama de interdiscurso. Assim, conceitua interdiscurso *um sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com o Outro* (p. 36).

Anteriormente, havia uma corrente da AD que procurava entender essa relação com as outras FDs como *modo espontâneo da justaposição de unidades externas umas às outras*. O interdiscurso aparecia como conjunto de relações entre diversos *intradiscursos* compactos. Maingueneau (2008, p. 36) propõe subverter essa *equivalência entre exterior do discurso e interdiscurso* e incita a pensar a presença do interdiscurso no próprio coração do intradiscurso.

O autor explica que:

no espaço discursivo, o Outro não é nem um fragmento localizável, uma citação, nem uma entidade externa; não é necessário que ele seja localizável por alguma ruptura visível da compacidade do discurso. Ele se encontra na raiz de um Mesmo sempre já descentrado

em relação a si próprio, que não é em momento algum passível de ser considerado sob a figura de uma plenitude autônoma (p. 37).

Por possuir tal característica, isso já lhe permite ser um todo, mostrar uma parte de sentido que o discurso engendra em si mesmo e se constitui a própria identidade.

Disso decorre *o caráter essencialmente dialógico de todo enunciado do discurso, a impossibilidade de dissociar a interação dos discursos do funcionamento intradiscursivo* (MAINGUENEAU, 2008, p. 38).

A síntese da explicação feita por Maingueneau quanto aos efeitos e resultados dessa relação dialógica entre os vários discursos, elegendo o interdiscurso como foco de atenção e análise, leva a relativizar a presença do **Outro** no discurso do **Mesmo**. A figura desse **Outro** não é redutível à figura do interlocutor, porém, pode-se considerar que o enunciador em sua maneira de dizer busca distanciar-se do discurso do **Outro** para constituir sua identidade discursiva. Assim, o papel da FD passa a ser o de delimitar a zona do dizível legítimo, constituindo, então, a zona do interdito, aquele espaço em que vão circular as informações do **Outro** e as informações do **Mesmo**, entrecruzando-se.

Assim, as ideias de Foucault (2010 [1969] e 2011) sobre as FDs, reformuladas por Maingueneau (2007, 2008 e 2010), vão auxiliar em nossa análise e no detalhamento dos vários campos que atravessam o discurso político do *corpus* escolhido, no processo do interdiscurso, identificando os possíveis limites existentes.

1.2. Cenas de enunciação

Para Maingueneau (1998 e 2008a, p.70), os discursos são enunciados em alguma situação de comunicação na qual interagem no mínimo dois sujeitos discursivos: o sujeito enunciador que produz seu discurso; e os sujeitos co-enunciadores que correspondem àqueles participantes dessa interação com o enunciador em cada situação de comunicação.

Para caracterizar esse cenário dos diversos discursos possíveis, o autor propõe a classificação de três cenas de enunciação, expondo-as do geral para

o particular ou, ainda, do ponto de vista macro para o ponto de vista micro dessas cenas:

1. A **cena englobante** guarda semelhança com a ideia de campo discursivo, possuindo a mesma abrangência ou delimitação de fronteiras que um campo discursivo. Essa cena seria formada pelo conjunto de elementos caracterizadores de determinado tipo de discurso, por exemplo, publicitário, administrativo, político, literário, religioso, entre outros, possuindo um estatuto pragmático, o que o faz equivaler às tipologias de discurso. No nosso caso escolhido para análise, a cena englobante corresponde ao campo político, onde se encontram os vários tipos de discursos da atividade política.

2. A **cena genérica** está contida dentro da cena englobante e está associada às subdivisões dos elementos que compõem determinado campo discursivo. A cena genérica vai mostrar a relação de forças desses elementos que entram em confronto ou em harmonia no campo discurso. Para Maingueneau, essa cena é a caracterizadora do gênero ou subgênero do discurso propriamente dito, a exemplo do editorial, da carta, entre outros. Nas nossas amostras escolhidas, todos os discursos pertencem ao gênero político, sendo proferidos por um enunciador político e por um sujeito empírico no exercício de função política (Presidente da República do Brasil).

3. A **cenografia** *não é imposta pelo gênero, mas construída pela própria enunciação*, e pode ser inerente ao próprio gênero ou ser incorporada de outro gênero, sendo construída pelos enunciadores e pelos co-enunciadores. A cenografia carrega a noção do local (*topos*), um lugar no espaço discursivo; além disso, compõe-se também do perfil dos co-enunciadores, exigindo o levantamento dos elementos extralinguísticos para sua caracterização. Os fatores culturais, sociais, históricos, entre outros, influem na concepção de cenografia, merecendo a recuperação de informações e abordagens da sociologia, história, psicologia, entre outras disciplinas. A cenografia relaciona-se ao espaço discursivo, onde se instaura a cena discursiva, sendo, ao mesmo tempo, aquilo de onde vem o discurso e aquilo que esse discurso engendra. A cenografia não pode ser confundida com a situação de comunicação, a qual corresponde à realidade externa ao discurso, onde atuam e circulam os sujeitos empíricos.

A seguir, apresentamos as quatro situações de comunicação dos discursos escolhidos da Presidente Dilma Rousseff para serem analisados. A

primeira situação de comunicação refere-se à cerimônia de posse da nova chefe de Estado e ocorre em Brasília (DF), no Palácio do Planalto, em 01/01/2011, às 18h. Estão presentes as autoridades governamentais, o Presidente anterior, Luiz Inácio Lula da Silva, que vai passar a faixa presidencial para a Presidente eleita. A cerimônia foi transmitida em rede televisiva e vista por milhares de pessoas presentes no local, além dos já citados, e por milhares de telespectadores, compondo o conjunto de co-enunciadores.

A segunda situação de comunicação refere-se ao discurso de abertura da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada na sede da ONU em Nova Iorque-EUA, em 21/09/2011, às 13h. Tradicionalmente, o Brasil é o país que abre as assembleias anuais reunindo as 193 nações atualmente participantes dessa organização fundada em 1942. Os co-enunciadores, compondo o auditório, são os chefes de Estado de cada nação, o secretário geral, os membros dos comitês da ONU para assuntos específicos, jornalistas, tradutores e outros participantes. O evento foi transmitido por rede televisiva e filmado, expandindo para um número indeterminado de telespectadores, também figurados como co-enunciadores. Dentre eles, nos interessa de modo especial, os co-enunciadores de gênero feminino.

A terceira ocorre no Palácio do Planalto, Brasília-DF, em 18/11/2011, às 13h35, durante cerimônia de sanção do projeto de Lei que garante o acesso a informações públicas e do projeto de Lei que cria a Comissão Nacional da Verdade. O discurso da Presidente Dilma foi ouvido por centenas de co-enunciadores (autoridades, políticos e não políticos e convidados), sendo todos saudados logo no início pela Presidente. O evento que foi filmado teve, posteriormente, inumeráveis co-enunciadores para compor essa cena de enunciação.

A quarta e última situação de comunicação aconteceu durante o Fórum de Mulheres Líderes sobre igualdade de gênero e empoderamento das mulheres no desenvolvimento sustentável, no evento abreviadamente intitulado Rio+20, no Rio de Janeiro-RJ, em 21/06/2012, às 13h50. Neste discurso, de temática específica sobre as mulheres, teve a participação massiva de várias nações, representadas por mulheres, sendo evento dirigido, em especial, ao gênero feminino. Os co-enunciadores presentes eram a maioria do gênero

feminino e expandiam-se para além do evento, uma vez que também foi filmado e transmitido pelas redes de televisões de vários países.

Na perspectiva de Charaudeau (2011, p. 40), o discurso político, enquanto *ato de comunicação*, relaciona-se mais diretamente aos *atores* especialmente o enunciador e co-enunciadores, mas considera também a participação dos sujeitos comunicante e interpretante, ambos sujeitos sociais e empíricos, na situação de comunicação política. Exemplos dessa participação são as aglomerações destinadas à ação política, a exemplo dos comícios, debates, apresentação de *slogans*, marchas, reuniões, entre outras. Essa característica nos possibilita explorar os detalhes e componentes da cena circunscrita ao discurso propriamente dito, focando a atuação, o comportamento e a maneira de dizer de seus atores, maneira, esta, também verificável no discurso escrito.

Trazendo para a realidade discursiva, o diferencial para se abordar o tema está no ponto de vista adotado pelo analista para observar qual é o posicionamento ou o lugar social de onde o enunciador realiza seu discurso. Identificar o momento da enunciação e desvendar o lugar de onde foi feita essa enunciação, são ações determinantes para se descobrir o grau de envolvimento e aproximação entre o enunciador e seu co-enunciador.

Essa dinâmica advinda da cenografia instalada é a que permite o discurso político ser instaurado e ao mesmo tempo permite revelar sua especificidade e finalidade caracterizadora do discurso de gênero político. A rigor, a cena de enunciação traduz o desafio do enunciador em conseguir influenciar as opiniões e obter adesões ou consensos de seus co-enunciadores (MAINGUE-NEAU, 2008). E ainda, pode encontrar rejeições a suas propostas apresentadas, ou pontos de vista contrários à maneira com que essas propostas são colocadas.

Portanto, o gênero político está inscrito dentro de um campo discursivo caracterizado pelo discurso político e possui uma determinada cenografia revelada por uma enunciação. A partir dessa lógica, vamos observar os discursos produzidos pela Presidente brasileira, verificando de que modo essa cenografia influi e é influenciada pelo sua própria maneira de enunciar do enunciador.

Explorar a variedade discursiva presentes nas várias cenografias existentes nos discursos selecionados, conforme os temas, situações e condições de produção, nos dará a possibilidade de estabelecer relações de forças ali instauradas, além da descoberta do modo de funcionamento do enunciador com o conteúdo dito, implícito e explícito, desvelando seu perfil de *ethos* discursivo de voz feminina.

Nessas amostras para análise, as cenografias a serem observadas compõem conjunto de atores políticos e não políticos, interessando-nos, de modo específico, analisar a imagem de si estabelecida pelo enunciador de gênero feminino com os atores não políticos e, em particular, os co-enunciadores também do gênero feminino.

Interessa-nos, ainda, verificar o posicionamento do sujeito enunciador, diante das várias temáticas abordadas e o modo de construção desse posicionamento, a partir de seu lugar (*topos*) e seu espaço ocupado no cenário político nacional e internacional. Os vários componentes das cenas discursivas serão relevantes para a constituição de *ethos* discursivo político, sendo considerados, além do papel político, os papéis social, histórico e cultural circunscritos.

Um olhar especial será dado para o papel feminino (da mulher) dentro dessas cenografias, em razão de dois fatos históricos envolvidos e já explicitados na introdução: o primeiro, concernente ao âmbito nacional, é o fato de o sujeito empírico ser a primeira mulher eleita Presidente da República do Brasil; o segundo, pertinente ao âmbito internacional, e como consequência do primeiro fato, esse mesmo sujeito empírico ter sido a primeira estadista mulher a abrir uma sessão da Assembleia Geral da ONU, considerando a prerrogativa de o Brasil ser sempre a primeira nação a abrir essas assembleias, por ser uma das nações fundadoras da organização em 1942.

A perspectiva e detalhamento a serem adotados na análise possuem pontos de vista do campo do feminino como primeiro plano e os demais pontos de vista possíveis (político e sócio-histórico-cultural) como segundo plano. Assim, as marcas e características da voz feminina dentro do campo discursivo do gênero político, serão pautadas pela noção de cenografia postulada por Maingueneau (1998 e 2008a, p.70).

Outro aspecto possível de ser analisado para entender a constituição da cenografia é identificar os elementos da dêixis enunciativa. A dêixis enunciativa é sempre marcada dentro do discurso e possui dupla função: temporal e cronológica. Com isso, delimita a cena de enunciação e a cronologia instaurada conforme as restrições das FDs específicas e convergentes em determinado discurso. Serve para legitimar e delimitar a cena e a cronologia da enunciação, sendo autorizada pelo tempo e espaço do discurso, no qual se constrói, organizando esse mesmo discurso (MAINGUENEAU, 2008).

Exemplo de dêixis enunciativa está na figura do juiz de paz quando diz *eu vos declaro marido e mulher*. É a legitimidade de sua função conferida pelas instituições socialmente constituídas que lhe outorga o direito e autoridade para realizar tal ato de cerimônia de união entre os casais. A configuração dessa cena enunciativa está vinculada a um determinado lugar e a um determinado tempo, sendo exigida a presença de um sujeito enunciador autorizado legalmente a dizer determinado discurso e de modo legítimo. Só o juiz tem o direito de dizer aquele discurso naquela cena e naquele tempo, pois dela faz parte.

Embora não seja central nossa preocupação com as dêixis temporais presentes nos discursos escolhidos, porém, quando necessário, destacaremos alguns elementos para complementar nossas análises.

1.3. A noção de *ethos*

1.3.1. *Ethos* na Retórica aristotélica

O conceito de *ethos* deriva do idioma Grego, $\eta\theta\omicron\varsigma$, significando *personagem*. Foi termo utilizado nos estudos da Retórica pelos filósofos gregos e compunha a trilogia aristotélica: *logos*, *pathos*, *ethos*, funcionando como uma tríade da arte retórica grega, apresentada por Aristóteles (s/d). *Logos* representava a vertente da razão, do raciocínio, da lógica; *pathos* referia-se às paixões, às emoções, à parte relacionada aos sentimentos que influíam na oratória e na retórica do locutor; e, *ethos* reunia as características e modos de se expressar que esse locutor impunha ou demonstrava ao seu auditório, com intenção de persuadir e convencer o outro de seu ponto de vista.

Dessa perspectiva, *ethos* tem dois sentidos: o primeiro contempla as virtudes morais do indivíduo no papel de locutor ou orador; o segundo expan-

de-se para a dimensão social, na medida em que o orador convence ao se exprimir de modo apropriado a seu caráter e a seu tipo social (EGGS *apud* CHARAUDEAU, 2004, p. 220). Nos dois casos, trata-se da imagem que o orador produz em seu discurso, e não, de sua pessoa real. Os latinos e Isócrates definem o *ethos* como um dado pré-existente fundado na autoridade individual e institucional do orador (sua reputação, seu estatuto social, entre outros).

Embora nosso propósito não seja enveredar pelo caminho da retórica, a origem do conceito está lá, estreitamente implicada nos traços de caráter do orador, aqueles que deveriam mostrar ao auditório, pouco importando sua sinceridade e para fazer boa impressão, seus ares, como afirmou Roland Barthes (1970, p. 212). O autor identifica esse conjunto de traços de caráter ou atributos do orador como *ethé*, plural da palavra *ethos*. Já os *pathé* (plural de *pathos*) são atributos ligados ao público.

Tanto Barthes (1970, p. 212) quanto Maingueneau (1997, p. 45; 2008b, p. 13) recorrem a Aristóteles para caracterizar esse conjunto de atributos ou traços de caráter que revelam o próprio modo de os enunciadores [oradores] se expressarem e causarem imagem positiva de si mesmo, valendo-se de três qualidades fundamentais: a *phronésis*, ou prudência, sabedoria, a *areté*, ou virtude, e a *eunoia*, ou benevolência.

O ideal é o orador possuir as três qualidades desenvolvidas, porém, na prática, uma ou duas podem predominar positivamente enquanto que outra é de face negativa. Assim, cada forma de combinação entre essas três qualidades modela uma possível imagem ou o *ethos* do orador, constituindo sua autoridade perante o auditório:

1) *phronésis*: é a qualidade daquele que delibera bem, que pesa bem o contra e o a favor: é uma sabedoria subjetiva, um bom sentido mostrado; 2) *areté*: é a mostra de uma franqueza [imagem] que não tem medo das consequências e se exprime com a ajuda de objetivos diretos, exibidos por meio de uma lealdade teatral; 3) *eunoia*: se trata de não chocar, de não provocar, de ser simpático (e talvez até de ser *legal*), de entrar numa cumplicidade complacente aos olhos do auditório (BARTHES, 1970, p. 212). [nossa tradução]

Barthes comenta essas três qualidades, sintetizando de modo preciso, respectivamente, a lógica, a emoção e a intenção utilizadas pelo orador que,

enquanto fala, desenvolve continuamente o protocolo de provas lógicas, mas que no fundo quer também dizer: siga-me (*phronésis*), goste de mim, admire-me (*areté*) e me ame (*eunoia*). Esses três aspectos são passíveis de serem identificados na fala dos políticos em seus discursos e, neste estudo, aproveitaremos em nossas análises o aspecto da emoção, em particular, para identificar sua influência na caracterização do *ethos* e, eventualmente, de seu carisma.

Barthes esclarece, ainda, que o campo de manifestação dos *ethé* não se trata de psicologia expressiva, mas de uma psicologia imaginária (no sentido psicanalítico): *eu devo significar aquilo que eu quero ser para o outro* (BARTHES, 1970, p. 212). Essa lógica o leva a relacionar o conceito de *ethos* com o de tom, no sentido musical e ético da palavra dentro da perspectiva do teatro grego.

Com efeito, o orador durante o ato de enunciação ao mesmo tempo diz: *eu sou isso, eu não sou aquilo, e a eficácia de seu ethos está em não mostrá-lo de modo explícito* (BARTHES, 1970, p. 212) e sim de ser expresso sublinearmente, ou usando a expressão de Ducrot, mostrado, o *ethos* se mostra no ato de enunciação, ele não é dito no enunciado.

1.3.2. *Ethos* na perspectiva de Maingueneau

A síntese da noção de *ethos* é explicitada no Dicionário de Análise do Discurso, por Charaudeau & Maingueneau (2008, p. 220), como *a imagem de si que o locutor constroi em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário*.

A concepção de imagem refere-se diretamente à imagem que o enunciador constrói de si mesmo, sendo construída dentro do discurso, pelo seu modo de se expressar para seu co-enunciador. Este, por sua vez, vai capturar a essência da imagem de si do enunciador, traduzida por essa maneira de dizer, responsável pela constituição do *ethos* no discurso. Assim, o *ethos* deve ser entendido como a imagem construída do enunciador dentro do discurso e não se confunde com a imagem do sujeito empírico.

Maingueneau (1997, p. 47) também correlaciona *ethos* com a categoria de *estereótipos* circulantes em determinada cultura. O estereótipo contém

padrão de ideias preconcebidas sobre alguém ou algo, e é resultante de expectativa, hábitos de julgamento ou generalizações, verdadeiras ou falsas, formadas culturalmente por uma pessoa ou grupo de pessoas.

Com a mesma perspectiva utilizada para os *estereótipos*, o autor explica sua concepção de *corporalidade* como aquela que remete a uma representação do corpo do enunciador da FD, distante do olhar e da presença física do ouvinte/leitor. Esse *corpo* seria notado como uma espécie de *fantasma* induzido pelo co-enunciador durante sua leitura, compondo aquilo que caracteriza a singularidade e especificidade de cada discurso e produzindo as dimensões contrapositivas entre si.

Para compreender os elementos constitutivos do discurso, Maingueneau (1997, p.48) afirma que o mesmo [...] é indissociável da forma pela qual *toma corpo*. Com isso, introduz sua noção de incorporação para designar esta mescla essencial entre uma FD e seu *ethos* que ocorre por meio do procedimento enunciativo, mas ressalva que não se pode considerar o *ethos* da mesma forma em qualquer texto, por não ser um processo uniforme e, também, por se organizar em função dos gêneros e dos tipos de discurso.

Nessa interação *ethos*-discurso e enunciador-co-enunciador são intercambiados os papéis de cada sujeito, ou seja, o enunciador diz aquilo que quer dizer (ou intenciona dizer) em seu discurso e o co-enunciador, por sua vez, tem acesso a esse *dito* por meio de uma *maneira de dizer* do enunciador que está enraizada em uma *maneira de ser*, pelas experiências vividas e pelos conhecimentos de mundo partilhados entre si.

Todo discurso pressupõe a construção de uma imagem daqueles que estão envolvidos no processo interativo. Por exemplo, a incorporação do *ethos* no gênero discurso político é distinta da incorporação no gênero carta. Isso ocorre em razão de o co-enunciador ser instado a se inscrever numa determinada cena de enunciação (ver item 1.2), implicada pelo texto. Cada texto constrói um tipo particular de cena enunciativa e esta por sua vez interpelará à sua maneira os co-enunciadores do texto.

Então, a discursividade se define como *uma organização de restrições que regulam uma atividade específica* e a enunciação como um *dispositivo constitutivo da construção do sentido e dos sujeitos que aí se reconhecem* (MAINGUENEAU, 1997, p. 50).

Assim, Maingueneau (2008, p. 220) constrói sua noção de *ethos* relacionada à maneira de dizer do enunciador, tanto escrita quanto falada, que se apoia em *dupla figura do enunciador, aquela de um caráter e de uma corporalidade*.

O comportamento global do sujeito enunciador, apreendido pela sua discursividade guarda características marcadas, adquirindo uma corporalidade, traduzida como conjunto difuso de representações sociais valorizadas ou desvalorizadas, sobre as quais se apoia a enunciação e que, por sua vez, pode confirmá-las ou modificá-las (MAINGUENEAU, 2004, p. 99).

Essa corporalidade, caracterizadora do *ethos*, é mais facilmente verificada nas interações ou interlocuções, porém, também pode ser observada nos textos escritos por meio de outros recursos como, por exemplo, os marcadores linguísticos, a escolha do léxico, a estrutura sintagmática, o uso dos tempos verbais, entre outros.

Nas interações verbais, o *ethos* se mostra como uma construção em pleno movimento de configuração, alcançando formas e figuras com mescla de vários elementos: manifestação de valores, julgamentos, pulsões, afetos, não ditos.

Para as análises do discurso escrito, importa também detectar os marcadores e modalizadores ali presentes, pois é por meio dessa maneira de dizer do enunciador que seus *ethé* expressos podem indicar quanto o produto do sujeito interage e obtém adesão de seus co-enunciadores e de que modo esse diálogo se processa. Desse modo, a imagem de si do enunciador é construída em conjunto com seus co-enunciadores pela própria maneira de dizer escolhida e realizada (MAINGUENEAU, 2004), não se confundindo com a imagem do sujeito empírico.

Trata-se, portanto, de concepção de *ethos* discursivo, realizada em processo interativo e integrado dentro de uma conjuntura sócio-histórica entre os sujeitos enunciador e co-enunciador.

Da interação enunciador-co-enunciador origina um tom discursivo que Maingueneau (1997, p. 46) relaciona a uma certa voz que emerge de determinado texto, sendo possível de identificá-lo dentro das FDs, pelo estatuto dos autores e dos co-enunciadores, podendo ser classificado, por exemplo, como moderado, alegre, sem rupturas, autoritário, variando conforme as

características do grupo social a qual pertence o sujeito enunciador. O tom corresponde a um conjunto de propriedades que podem ser aplicadas ao conjunto das manifestações positivas do como se constrói o discurso.

O modo de enunciação ou o modo de dizer está estreitamente relacionado ao tom que, por sua vez, está ligado à relação do enunciador e co-enunciador. Esse tom atribui ao discurso uma forma ou modelagem perceptiva reveladora de caráter e corporalidade do enunciador. É no discurso, mesmo o escrito, que apreendemos um espaço e uma voz que lhe é própria, não existindo discurso sem uma voz própria, sendo esse um dos planos constitutivos da discursividade.

Portanto, o tom e a voz são elementos dados pelo discurso e passíveis de serem identificados pelo co-enunciador ou pelo analista durante a leitura e são constituídos de algo abstrato, imaginário. Não se pode dizer que o tom e a voz sejam restritos ou exclusivos do enunciador ou do co-enunciador. Trata-se, pois, de captar e perceber esse efeito de sentido, identificado como *tom discursivo* e que emerge do discurso, e que é provocado pelo enunciador nas escolhas que faz de seu modo de dizer.

Mainueneau (2004, p. 98) afirma que o tom dá autoridade ao que é dito pelo enunciador e permite, ao co-enunciador, construir uma representação do corpo do enunciador (não no sentido físico do autor/produtor) e elegê-lo a uma instância subjetiva de ser fiador do que é dito.

A apreensão dos efeitos de sentido é que permite compreender a noção de corpo e de corporalidade do discurso, quase materialmente, criando uma corporalidade discursiva peculiar, constituinte do *ethos* do enunciador, reverberando na figura do co-enunciador e servindo para validar o que é dito, dentre os diversos estereótipos culturais existentes em qualquer gênero.

Mainueneau (1997) defende, sob o ponto de vista da AD, que os efeitos expressos no discurso são impostos, não pelo sujeito, mas pela FD e que se impõem ao auditório, ocupando um lugar de enunciação, fazendo parte integrante da FD de mesma grandeza que as outras dimensões da discursividade. O que é dito e o tom com que é dito são igualmente importantes e inseparáveis.

O autor prossegue em seu raciocínio, esclarecendo que a noção de tom não engloba, em sua totalidade, o campo do *ethos* enunciativo por ser um con-

ceito que está necessariamente associado a um caráter e a uma corporalidade (1997, p. 47). Então, expande e, ao mesmo tempo, aprofunda a noção de *ethos*. Para o autor, o *caráter* corresponde a este conjunto de traços *psicológicos* que o co-enunciador atribui à figura do enunciador, em função de seu modo de dizer.

Assim, podemos sintetizar que Maingueneau trabalha com uma concepção encarnada do *ethos* e que engloba não só a dimensão verbal do discurso, mas também aspectos físicos e psíquicos atribuídos ao enunciador pelas representações sociais. Esse enunciador, por meio de um tom, corporifica-se, apresentando sua vocalidade.

Visando ao entendimento da constituição do *ethos*, torna-se relevante considerar e identificar o modo de o enunciador construir sua identidade discursiva, auxiliadora na formação da imagem de si que quer construir. Essa identidade discursiva não se confunde com a identidade social do sujeito enunciador, que, do ponto de vista da história, se constrói na linha do tempo e dos acontecimentos históricos. Assim, considerando os discursos escolhidos para análise podemos dizer que a identidade discursiva está relacionada ao sujeito enunciador desses discursos enquanto que a identidade social está relacionada ao papel ou função de presidente exercida por esse mesmo sujeito enunciador.

Nessa perspectiva histórica, importa considerar a correspondência com o local de onde fala e de onde está posicionado o enunciador, sendo este aspecto produtor de efeito a partir do poder vigente. A identidade social é, portanto, mutável, pela própria sucessão natural dos fatos históricos, estando sempre em produção e em processo ininterrupto de construção. Tal condição pode ser extensiva, em certos aspectos, à figura do sujeito enunciador e de sua identidade discursiva, dando um caráter, também maleável, de formação do *ethos* discursivo.

Com base nisso, observamos a dificuldade de se moldar uma forma única que caracterize o sujeito enunciador sem considerar sua relação estabelecida com o Outro, nas diversas interações sociais e mesmo discursivas. Para se compreender o sujeito discursivo importa identificar quais outros discursos são mobilizados dentro da memória discursiva e verificar quais FDs se fazem presentes. Assim, averiguar a caracterização dessas FDs resultará

nos elementos singulares e também socioculturais influenciadores da formação da identidade do sujeito (discursivo e social).

Dentro dessa linha de raciocínio, e trazendo para o foco deste trabalho, as diversas facetas observadas nos discursos da Presidente Dilma, traduzidas pelas imagens que cria de si mesma, para atender à demanda que os diversos e diferentes sujeitos sociais, cidadãos votantes e assim instituídos, seu *ethos* não se corporifica em um único *ethos*, mas sim em diversos *ethé* em uma pluralidade natural e artificial ao mesmo tempo.

Para analisar o sujeito enunciador e sua relação com o co-enunciador, torna-se importante considerar o fato de o sujeito empírico pertencer ao gênero feminino, em função da estreita relação entre este sujeito sobre o sujeito enunciador que produz discurso com voz feminina. Esse sujeito discursivo, o qual nos dispomos a analisar, discursa a partir de um *topos*, de uma cena de enunciação, um certo lugar influente nos efeitos de sentido desses discursos que vão propiciar implicações e repercussões na imagem de si, em seu *ethos* e também na figura dos co-enunciadores.

Em nossas análises (capítulo III), procuraremos evidenciar esses elementos, sob a perspectiva da AD, para compreender o universo de sentido propiciado pelos discursos produzidos pelo sujeito enunciador, expressado pelo sujeito empírico, a Presidente Dilma Rousseff. Para tanto, nos apoiaremos nas noções de *ethos* trazidas por Maingueneau e por Charaudeau (item 1.3.3).

Entrecruzar os olhares de Maingueneau e de Charaudeau a respeito de *ethos* nos possibilitará entender aquilo que é dito e o que é mostrado pelo enunciador no próprio discurso e nos efeitos de sentido produzidos. O primeiro autor contribui com o entendimento do *ethos* discursivo manifestado pelos efeitos de sentido e pela forma de adesão dos co-enunciadores. O segundo contribui com os diversos perfis ou qualificações assumidas na manifestação de *ethos* pelo enunciador, tais como os *ethé* de legitimidade, de credibilidade, de seriedade, de coragem, para citar alguns, sendo as duas noções possíveis de serem observadas no discurso político escrito.

Em nosso entender as duas proposições de caracterização de *ethos* são complementares, cada uma agregando ângulo diferente de abordagem na medida em que tratam do conjunto de elementos influentes na formação do

ethos discursivo. Assim, apresentaremos, a seguir, a noção de *ethos* proposta por Charaudeau.

1.3.3. *Ethos* na perspectiva de Charaudeau

Antes de adentrarmos na caracterização de *ethos* para Charaudeau (2008), convém explicar de modo breve a teoria semiolinguística² (TS), proposta pelo autor com base no contrato de comunicação, no qual os interagentes são denominados de locutor (aquele que fala) e interlocutor (aquele que responde), e invertendo-se os papéis conforme as trocas linguageiras³ dentro de determinada situação de comunicação.

A TS baseia-se nos *atos de linguagem*, inspirada na Teoria dos Atos de Fala, de Searle, trazida pela Pragmática, guardando relação com a noção de enunciados. Um *ato de linguagem* acontece sob determinadas *circunstâncias de discurso* (CHARAUDEAU, 2010, p. 44 e 45) e deve ser visto como um *ato interenunciativo entre quatro sujeitos (e não 2)*, assim denominados: sujeito enunciativo (EUE, ser de fala), sujeito destinatário (TUD, ser de fala), sujeito comunicante (EUC, ser social) e sujeito interpretante (TUI, ser social), conforme ilustrado no quadro a seguir (Figura 1):

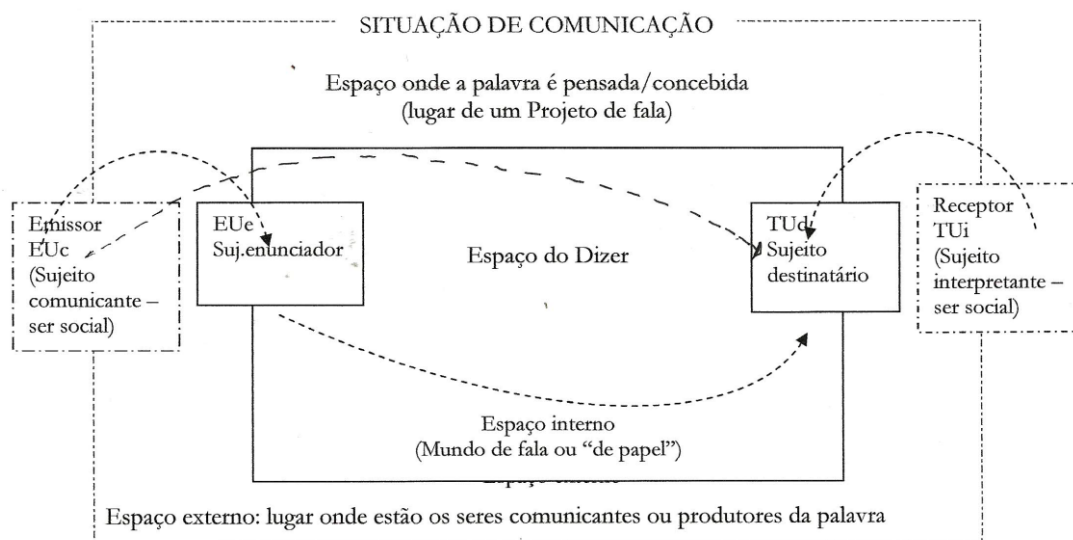


Figura 1 – Quadro enunciativo ou comunicativo da TS⁴

² A teoria semiolinguística (TS), proposta por Patrick Charaudeau, é muito rica em suas postulações e se apoia em elementos sociointerativos, adotando terminologia diferenciada da teoria postulada por Maingueneau para os sujeitos envolvidos no discurso. Em nosso presente estudo, vamos adotar como linha mestra as propostas e terminologia feitas por Maingueneau.

³ Neologismo criado no Núcleo de Análise do Discurso da FALE/UFMG, em 1993 (MACHADO, 2006, p. 14).

⁴ Fonte: material fornecido durante curso sobre a TS de Patrick Charaudeau, setembro/2012, ministrado pela Prof. Ida Lúcia Machado, do Programa NAD/FALE, da UFMG.

Qualquer situação de comunicação contém um Eu que se dirige a um Tu, em determinado lugar e hora, e cada fala está carregada de uma intencionalidade e motivada por uma visada de influência de um sobre o outro. Além dessa característica, observa-se acentuado valor do aspecto sociológico considerado pelo autor na situação de comunicação. Daí, a TS ser considerada por alguns estudiosos como da vertente sociointeracionista.

Por essa breve síntese da TS, verificam-se diferenças de perspectivas teóricas entre Maingueneau e Charaudeau com relação à AD, pois, o primeiro, como vimos, adota a perspectiva enunciativa-discursiva, restringindo-se aos aspectos enunciativos para avaliar os efeitos de sentido emergentes do discurso. Já Charaudeau inclui também o estudo da enunciação, mas de modo expandido para os elementos sociais ou sociológicos que compõem qualquer situação de comunicação. Considerar os comportamentos sociais e as formas de pensar dos vários sujeitos envolvidos nas práticas languageiras estabelecidas pelo contrato de comunicação representa ir além dos elementos “puramente” linguísticos para identificar os diversos modos de organização do discurso feitos pelos sujeitos.

Por valorizar o aspecto do sujeito social empírico no ato da enunciação, Charaudeau defende que a noção de *ethos* está associada à imagem daquele que fala, porém, sem que seja uma propriedade exclusiva desse enunciador. O *ethos* é antes de tudo a imagem de que se transveste o interlocutor [co-enunciador] a partir daquilo que diz. Assim, o *ethos* resulta no *cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro vê* (CHARAUDEAU, 2011, p. 115).

Para fundamentar sua posição, o autor traz à tona a questão da identidade do sujeito falante desdobrada em duas componentes: 1) a identidade social de locutor: é ela que lhe dá direito à palavra e que funda sua legitimidade de ser comunicante pelo estatuto e papel que lhe são atribuídos pela situação de comunicação; 2) a identidade discursiva de enunciador construída durante a enunciação. O *ethos*, portanto, é o resultado dessa dupla identidade, mas que termina por se fundir em uma única (p. 115).

Nota-se, pois, que o *ethos* diz respeito a um conjunto de imagens atreladas ao locutor e ao interlocutor no jogo comunicativo. Com efeito, argumenta

esse teórico que o *ethos* não concerne tão somente à imagem do indivíduo, mas pode estar atrelado a um grupo no qual se configura o *ethos* coletivo, resultante de julgamentos realizados uns pelos outros, que se baseiam em traços identitários.

Assim, podemos considerar que *ethos* é uma produção conjunta feita pela instância sociointeracional. A imagem de si transita pela interpretação do outro, gerada pelo percurso do olhar do outro sobre quem está dizendo. Nessas interações, o que se coloca em jogo é a capacidade de percepção dos sujeitos envolvidos, que gera uma negociação de imagens, de valores, de sentidos, de julgamentos, que representam a base paradigmática da teoria semiolinguística de Patrick Charaudeau, fundamentada no contrato de comunicação. O *ethos*, segundo essa perspectiva contratual, se produz a partir do entrecruzamento das instâncias dos sujeitos interactantes, influenciando também na sua constituição a recepção que o co-enunciador faz da fala do enunciador.

A noção de *ethos*, pois, para Charaudeau, está associada às identidades do sujeito (social e discursivo), o que lhe permite qualificar o *ethos* conforme alguns traços ou atributos do enunciador. De acordo com esse pesquisador (2005, 2011), o sujeito apresenta uma *identidade social* que funda a sua legitimidade de ser comunicante em decorrência do estatuto dos papéis que lhe são atribuídos pela situação comunicativa.

Por outro lado, o sujeito constrói uma *identidade discursiva do enunciador*, atrelada aos papéis atribuídos no ato de enunciação, decorrentes das coerções comunicativas que lhe são impostas e das estratégias discursivas que ele resolve seguir. Defende, portanto, que as identidades podem fundir-se no *ethos*, visto que a distinção entre tais identidades (social e discursiva) é tênue, plasmando-se muitas vezes uma na outra.

Com isso, é possível para Charaudeau caracterizar o *ethos* do enunciador dentro de algumas qualificações, como por exemplo: *ethos* de credibilidade, *ethos* de autoridade, *ethos* de coragem, *ethos* de humildade, *ethos* de seriedade e assim por diante.

Desse modo, a posição de Charaudeau (2011, p.115) com relação à noção de *ethos* difere da apresentada por Maingueneau (item 1.3.2) que a designa pela forma de *ethos* discursivo. Enquanto o primeiro autor considera na construção do *ethos* a participação do sujeito discursivo e do sujeito social

empírico, o segundo considera fundamentalmente os aspectos discursivos na construção do *ethos*.

Com relação ao *ethos político* especificamente CHARAUDEAU (2011, p. 137) afirma que o mesmo é resultado de uma alquimia complexa feita de traços pessoais de caráter, de corporalidade, de comportamentos, de declarações verbais e que toda construção do *ethos* se faz em uma relação triangular entre *si*, o *outro* e um *terceiro* ausente, portador de uma imagem ideal de referência.

Nesse caso, é preciso salientar que os sujeitos (social e discursivo) ao construírem sua imagem podem valer-se de máscaras, ocultando sua identidade pelo que diz. Nesse processo, os sujeitos interpretantes do discurso tomam o dizer como uma dimensão daquilo que outro é (CHARAUDEAU, 2011). Além disso, ainda segundo Charaudeau, não se pode esquecer que essa imagem discursiva nem sempre é consciente. Isso significa dizer que o sujeito, na maioria das vezes, não tem controle sobre a imagem de si. Daí afirmar-se que a imagem percebida pelo destinatário nem sempre coincide com a imagem transmitida. O destinatário pode construir uma imagem não desejada, não prevista pelo sujeito comunicante.

Assim, dentro da vertente semiolinguística, pode-se analisar o *ethos* estabelecendo uma relação com o estudo das máscaras sociais ou mesmo de *fachadas* como expõe Goffman (1975, p. 31), em que o indivíduo nas interações sociais responde a estímulos de determinada *maneira* gerando uma *aparência* para proteger seu *status* social. Há uma frequência comum das pessoas em sociedade de usarem máscaras para estabelecerem as interações em convívio civilizado. Nas palavras de Charaudeau (2011), há um jogo silenciosamente acordado no contrato de comunicação entre os enunciadores que lançam mão do ser e do parecer, da autenticidade e do artifício para se relacionarem dentro de um espaço social coordenado por regras acordadas e convencionadas.

Tais maneiras de se intercomunicar passam a ser instrumentos e recursos sobre os quais constroem suas ações corriqueiras e naturais e também seus posicionamentos políticos. Daí a aproximação com a ideia de construção de imagem de si que o conceito de *ethos* incita.

Para se construir uma imagem de si para o outro são mobilizados vários elementos não só discursivos como também sociais, ambientais, gestuais,

vestuários, e, ainda, tom e timbre de voz, sua modulação e ritmo, todos esses elementos são denunciadores de conteúdos da origem social, cultural e nível e *status* do sujeito enunciatador. Quando este enunciatador está ciente desses recursos e possui alguma habilidade para manejá-los, então, a utilização de máscaras pode se tornar frequente, na medida em que sua pretensão ou objetivo a ser alcançado exige tal comportamento.

Assim, pela perspectiva de Charaudeau, o ato de dizer a verdade ou a mentira, do ponto de vista da enunciação em si, é algo neutro. Poderíamos questionar se está eticamente correto fazer uso da mentira, o que não nos interessa discutir neste momento. O que se torna relevante é entender os mecanismos que levam o enunciatador a querer utilizar-se da mentira, ou de esconder informação, ou de distorcer fatos, durante uma interlocução a dois ou com mais pessoas e com isso entender a lógica de construção de sua imagem para os outros.

No estabelecimento das cláusulas do contrato de comunicação, segundo Charaudeau, cada participante compreende e almeja que seu ponto de vista seja ouvido e entendido. De outra forma, a comunicação não estaria ocorrendo. Em realidade, é por meio da recepção do ato de linguagem feito pelo enunciatador para seu co-enunciatador que se verifica, ao final, se aquilo que é dito possui credibilidade ou não.

A forma de recepção do interlocutor/ouvinte/leitor/co-enunciatador embasa-se na competência cognitiva e no conhecimento de mundo para daí adentrar-se no entendimento do conteúdo veiculado. O ponto de vista do receptor passa a reger, de certa forma, o valor do conteúdo do que é dito, influenciando ao mesmo tempo o ato discursivo do enunciatador e seu *ethos*. Nesse sentido, faz diferença analisar as condições de produção desse enunciado, ampliando-se para a descrição dos traços pessoais de caráter do sujeito empírico, a ambientação social, cultural e os aspectos político-econômicos envolvidos nas enunciações, que serão abordados no item 1.4 e 2.3.

1.3.3.1. A noção de carisma

Na atualidade, Charaudeau (2012, p. 2) avançou em seus estudos sobre *ethos* e associa-o à noção de carisma, aquele *élan*, inerente à personalidade

que o enunciador possui e é revelado em suas manifestações verbais e não verbais. Distingue carisma de *ethos*, indicando que o *ethos* não corresponde ao estado psicológico real do orador ou do auditório, mas *ao que o público crê ou imagina que os outros estão pensando*. Conforme dito no item anterior, o *ethos*, para o autor, é fruto do cruzamento de olhares dos sujeitos envolvidos:

O *ethos* resulta de uma sábia *alquimia* entre aquilo que está no fundo do ser, no seu comportamento, e o olhar dos outros que depende das circunstâncias nas quais ele percebe o orador. O *ethos* está sempre em movimento e construção. O carisma participa desse fenômeno. Ele é um elemento do *ethos* conduzido ao extremo, ou poderíamos dizer, levado ao extremo. Ele não estabelece uma legitimidade. É um *plus* que vem se sobrepor à sua legitimidade, pois pode haver uma legitimidade institucional sem ter um carisma. É algo a mais que joga no campo da credibilidade e da captação do público. [nossa tradução]

A origem da palavra carisma vem do grego, *kharisma*, significando *dom, favor, graça de origem divina*, um termo introduzido pela teologia católica por São Paulo. Em sociologia política, carisma é utilizado no sentido de autoridade, fascinação irresistível que exerce um homem sobre um grupo humano. A partir da junção dessas noções foram estabelecidas as características de transcendência e de atração, notadamente percebidas nas manifestações da pessoa, em seu modo de falar e gestual empregado. Assim, carisma está associado, além da maneira de falar, à expressão corporal e à presença física do enunciador. Portanto, para Charaudeau, carisma tem a ver com o *ser* enquanto que *ethos* tem a ver com o *parecer*.

Interessa-nos aqui o carisma na política, que situa o ator político entre duas forças opostas: o poder e o povo. Nesse lugar de cruzamento dessas forças reside o delineamento do carisma tão importante para atuação de um cidadão político, que faz de seu discurso político um discurso de persuasão e de sedução.

O ator político manifesta a predominância da persuasão e da sedução pela intenção desejada e nas formas de atração exercida perante seu auditório, sendo caracterizadas ou demonstradas pelos seguintes interesses pessoais (CHARAUDEAU, 2012, p. 4):

1. Construir uma imagem de si destinada a assegurar sua credibilidade e oferecer ao público um espelho de identificação;
2. Escolher os modos de interpelação do público que lhe permita se reconhecer dentro de certa identidade cidadã;
3. Saber desqualificar o adversário, pois é necessário se mostrar melhor que o concorrente;
4. Saber exaltar os valores descritos como idealidade social de um bem comum.

Assim, o carisma faz parte da construção do *ethos* político, gerando a necessidade de o político ter de oscilar entre a lógica simbólica⁵ e a lógica pragmática⁶ para atingir seus objetivos de persuasão e sedução. Dentro dessa dupla lógica é que Charaudeau (2012, p. 4) defende que o carisma político possui em sua constituição quatro facetas: a transcendental, a cesarista, a enigmática e a da sabedoria, que serão descritas resumidamente a seguir conforme explicação do autor, sendo a tradução feita por nós.

A **faceta transcendental** possui a presença de duas figuras implícitas caracterizadoras do carisma, uma delas mais comumente presente no homem político, e outra, mais observável nas mulheres políticas. A primeira figura se apresenta essencialmente pela característica messiânica, que nos remete ao *dom da graça*, quase no sentido religioso, na qual o ator político deve dar a impressão de que está investido de uma voz que nasce de seu foro íntimo, mas que viria de um lugar desconhecido, se impondo como uma evidência e tendo alguma mensagem a transmitir. Essa noção estaria próxima da ideia de *inspiração* ou *vocação*.

A segunda figura, mais predominante na atriz política mulher, se apresenta como a figura de uma *ninfa inspiradora* de diversos movimentos populares, a alma *mater*, às vezes compassiva, empática, genitora, podendo dar a esperança às massas, a exemplo de Eva Perón, ex-Presidente da Argentina. Outro exemplo, ocorrido na França, foi da candidata à presidência da república francesa, Ségolène Royal, ex-mulher de François Hollande, que se candidatou ao cargo de Presidente, concorrendo com Nicolas Sarkozy, em 2007, mas

⁵ A lógica simbólica, também chamada de lógica formal, está relacionada ao ramo das matemáticas, sendo a lógica utilizada para raciocínios matemáticos. Já a lógica pragmática estuda a lógica sob a perspectiva de uma prática, mobilizando argumentações por meio de enunciados sistematicamente ligados, a partir dos quais o discurso estabelece sua coerência racional (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2008, p. 313).

perdendo a eleição. A construção de sua imagem feminina teve um caráter de reivindicadora, de proteção e de escuta fecunda, se colocando como uma mulher portadora de um projeto novo em gestação, com o fôlego de alguém que se sente investida de uma vocação, uma missão, expressa por uma espécie de imagem de *cólera saudável*, quase uma *santa cólera*, como afirma Charaudeau (2012, p. 5).

A **faceta cesarista** sintetiza uma fórmula intrínseca de *poder* individual do ator político que é movido por uma energia fora do comum e que vem das profundezas de seu ser, uma espécie de *força da natureza*. Este carisma que corresponde ao *ethos* de poder se expressa em diversas e diferentes figuras. Uma delas, para os homens, é a força da virilidade, manifestada pelas aventuras sexuais, a exemplo do ex-Presidente italiano Berlusconi, durante seu mandato de 2008-2011; ou ainda, pelas ações físicas ao exhibir os músculos corporais em fotos e imagens televisivas e mesmo a prática de insultos verbais. Outra forma de demonstração de energia se nota no comportamento com certo toque de hiperatividade, de ocupação com várias atividades, com agenda cheia de compromissos e mesmo expressando essa energia na forma esportista, pelo gosto e prática de esportes.

Mas, Charaudeau (2012, p. 5) destaca uma faceta menos corporal ou física atinente a esse carisma que é o *ethos* da coragem, podendo estar presente em ambos os sexos de atores políticos. Aquela força de poder exercida pela palavra, de não ter medo de falar sob o risco de ser criticado, de se posicionar contra determinados pontos de vista, indo contra tudo e todos, fazendo frente diante da adversidade.

Esse poder da palavra, característico do carisma cesarista, revela um *ethos* de poder que vai além do excesso de energia. Ele se constrói, a partir de um lugar de poder, usando a expressão verbal de maneira pensada e sistemática, escolhendo as palavras para gerar os atos de dominação, de coerção, mais ou menos violentos, às vezes cruel, podendo levar à submissão e mesmo ao terror. Nessa categoria estão o chefe dominador e o chefe revolucionário.

O chefe dominador mostra seu autoritarismo brutal, com os comportamentos paranoicos e perversos, impondo sua visão pessoal, o que abre espaço para o regime totalitário que pode chegar ao regime genocida. Nesse carisma, há os traços de chefe com ambição imperialista.

Outra categoria de chefe é o chefe de perfil revolucionário, que participa desse *ethos* de poder, com armas na mão, que se autointitula como um representante do povo oprimido conduzindo-o atrás de si. São os chamados *líderes do povo* que carregam consigo as massas, usando da fascinação e do magnetismo. Há exemplos emblemáticos de homens políticos com essa característica: Fidel Castro, Che Guevara. Do lado das mulheres, também há exemplos dessa natureza, podendo ser citadas: Joana D'Arc, Aliénor d'Aquitaine, Dolores Ibarruri, Anita Garibaldi, Rosa Luxemburgo e outras personagens da história. Foram mulheres guerreiras dotadas de *ethos* de poder, de energia, desbravadoras, condutoras de homens, mas não verdadeiramente cesaristas porque não exerciam o poder de fato (CHARAUDEAU, 2012, p. 6).

A **faceta enigmática** do carisma vem do mistério de uma personalidade e que provoca certa atmosfera de sedução. O mistério centra-se no fato de haver uma mistura de sombra e luz envolvendo a pessoa carismática, atmosfera que atrai de tal maneira o interlocutor que não consegue se afastar. Tal carisma fascina e prende a atenção pela inteligência, pela cultura, pela flexibilidade e preocupação demonstrada pelo outro, antes de pensar em si mesmo, mas com ar de autenticidade em busca da priorização da alteridade. Essa é a faceta contrária à brutalidade do cesarista. Um exemplo de político com esse perfil na França é François Mitterrand, que recebeu o apelido de *Sphinx* [esfinge] pelo seu lado impenetrável, que não revela seus pensamentos e suas razões profundas, sabendo separar o público do privado e guardar segredos até a oportunidade correta de revelá-los.

A **faceta do carisma do sábio** implica demonstrar relativa sabedoria em seus discursos, em seu modo de ser e de se comportar. Usamos a palavra *relativa* sabedoria, pois, *o verdadeiro sábio está fora do campo do poder*, segundo opinião de Charaudeau (2012, p. 6), com a qual concordamos, pois o exercício da prática política está sujeito a ações contraditórias, nem sempre reveladoras de sabedoria. Nessa figura, toma-se como referência o ideal humano, em geral carregado de paixão, mas sem estar revestida de emoção, pois é com inteligência e ética que o sábio pensa sobre o povo. Em geral, o povo possui sentimento de empatia em relação a esse líder, tomando-o como *salvador*, não por razões eleitorais como os líderes populistas, mas porque é

sua maneira de ser por natureza. Possui um *rapport* com o carisma transcendental, por causa de sua sabedoria representar uma espécie de oráculo para consulta dos demais, emanando um poder de sabedoria diferente do poder obtido pela força. Alguns exemplos na história política mundial: Gandhi e Dalai Lama, havendo outros exemplos apresentando variantes relativas à postura principesca, de monarca ou de pai protetor, e mesmo na postura de guia ou de líder espiritual.

Essas quatro facetas descritas do carisma se refletem na expressão do *ethos* discursivo e encontram ressonância no discurso político, sendo pertinente trazermos para reflexão, ampliando os pontos de vista, podendo ser infirmado que qualquer cidadão possui um *ethos*, porém, nem todos possuem um carisma. Diferentes noções de *ethos* apresentadas por Maingueneau e Charaudeau complementam-se e nos será útil no momento da análise propriamente dita (capítulo III).

1.3.3.2. A patemização discursiva

Charaudeau (2010, p. 10) se questiona em como tratar das emoções nos discursos produzidos dentro da disciplina AD. O autor se propõe a examinar a noção de *pathos*, especialmente na situação de comunicação televisiva, podendo ser extensiva ao discurso político, observando-se algumas diferenças particulares entre si.

Descarta as abordagens sobre as emoções no discurso feitas pela psicologia social e pela sociologia, que possuem, respectivamente, ponto de vista estritamente social (o comportamento e as emoções do indivíduo em sociedade) e ponto de vista interpretativo e interacionista (as relações das categorias emoção-norma-julgamento ligadas ao sistema de representações). Portanto, Charaudeau (2010, p. 23-25) centra-se no objeto de estudo da AD, que é a linguagem, na busca do entendimento dos efeitos de sentido quando determinadas expressões estão carregadas de emoções.

O autor argumenta que as emoções estão inscritas em um quadro de racionalidade, veiculando informação, mas, sobretudo, estão ligadas aos saberes de crença, por basear-se em critérios de verdade internos do sujeito. Opõe-

se, portanto, ao saber de conhecimento fundamentado em critérios de verdade externos ao sujeito.

Sua preocupação é estudar as diversas posições tomadas pelo sujeito enunciador mediante as implicações entre emoções e crenças, que geram o efeito patêmico nos discursos. Busca a compreensão do funcionamento das emoções no uso da língua, identificando as estratégias feitas pelos enunciantes para obterem resultados desejados conforme seus propósitos.

Para o autor, a patemização não pode ser vista na linguagem senão como *efeito visado*, pois a cada situação de comunicação, os sentidos patêmicos se transformam provocando efeitos potencialmente capazes de terem sucesso ou insucesso. Não há marcas específicas, como regras gramaticais no uso padrão da língua, e conclui que cada palavra e cada fato dentro de uma enunciação emocionam de maneiras diferentes.

Em geral, o discurso político visa apresentar ideias e posições do enunciador, que são elementos comumente relacionados ao *logos* dentro da tríade aristotélica. Porém, na perspectiva de Charaudeau, na relação *logos-pathos-ethos*, quando ocorre a tendência de predominância do *pathos*, isso gera manifestação de *ethos* de modo diferenciado, com maior presença das emoções em detrimento das ideias, da racionalidade ou da razão. Daí, o interesse do autor em estudar a patemização discursiva.

Portanto, a inclusão da noção de *pathos* vai nos auxiliar na compreensão da maneira de construir a imagem de si (*ethos*) pelo enunciador, uma vez que esses dois elementos estão associados nos discursos de Dilma Rousseff e causam certos efeitos de sentidos pretendidos pelo enunciador.

1.4. O discurso político

1.4.1. Politicologia

O que conhecemos sobre o conceito de *política* herdamos dos filósofos gregos, especialmente de Aristóteles, considerado o pai da Política. Suas ideias, condensadas nas obras *A Política* e *Ética a Nicômaco*, expõem sobre a arte política, a constituição das leis e os limites dos governos. O termo política

foi cunhado a partir da atividade social desenvolvida pelos homens da *pólis*, a *cidade-Estado* grega.

Na concepção ateniense, o Estado democrático é uma reunião de famílias, regido por um sistema político cujo modelo era a democracia, o governo do povo, excluindo-se os escravos e as mulheres, pois somente os homens participavam da vida política e opinavam sobre as formas de governo, sendo denominados, por isso, cidadãos da *pólis*. Escravos e mulheres eram, portanto, excluídos da vida política.

Aristóteles define *cidadão como sendo aquele que tem acesso às magistraturas* (ARISTÓTELES, s/d, p. 82) por possuir propriedades e autoridade social conferida pelas regras estabelecidas à época.

Na definição mais abrangente e comum na atualidade, política é a arte de governar ou ciência da organização, direção e administração de nações ou Estados, visando o bem comum pela aplicação desta ciência aos assuntos internos da nação (política interna) ou aos assuntos externos (política externa). Nos regimes democráticos, a ciência política é a atividade dos cidadãos que se ocupam dos assuntos públicos com seu voto ou com sua militância (MAAR, 1982).

Objeto de estudo desde o Iluminismo e a Revolução francesa, o discurso político, teve diversas definições e abordagens segundo as visões filosóficas, políticas, econômicas e sociais de cada época. A prática da política ocorre pela ação dos indivíduos em sociedade, gerando instituições políticas com suas diversas formas e desdobramentos e, portanto, cenários de atuação dos sujeitos-cidadãos.

As várias forças confluentes e às vezes divergentes no interior da sociedade constroem simultaneamente o vínculo social e demonstram que o exercício do fazer político é contínuo e cotidiano. Para Charaudeau (2011, p. 39), todo ato de linguagem está ligado a qualquer ação, seja considerada política ou não, mediante as relações dessas forças que os sujeitos mantêm entre si. O autor justifica o interesse de estudar o discurso, em especial o discurso político, da seguinte forma:

Não há política sem discurso. Esse é constitutivo daquela. A política emerge da ação, e a linguagem é o que motiva a ação, a orienta e lhe dá sentido. (...) A ação política e o discurso político são

indissolavelmente ligados, o que justifica o estudo da política pelo seu discurso.

O sintagma *discurso político* serve a diferentes disciplinas e áreas do conhecimento, como as ciências políticas, a história, a filosofia, a comunicação e a psicologia. O discurso político é estudado nas Ciências da Linguagem considerando-se em geral aspectos como a *linguagem*, a *ação*, o *poder* e a *veracidade* (MENEZES, 2005, p. 149). Embora sejam temas comuns a essas disciplinas, cada uma delas vai se utilizar da rede de conhecimentos e teorias próprias e específicas conforme o objeto e metodologias.

A rigor, o discurso político é assim classificado quando é proferido por homem ou mulher que *exerce uma função política*. Entretanto, na prática, em quaisquer das instâncias - política, adversária, cidadã e midiática - vê-se o emprego do sentido mais essencial de política, mas com a diferença de que no primeiro caso o cidadão está investido de função de governança legalmente instituída e, nos demais, não. Assim, qualquer cidadão, político ou não, manifesta-se pela linguagem carregada de conteúdos políticos.

Charaudeau esquematizou, conforme Figura 2, as relações das três instâncias que compõem as situações de comunicação dentro do campo político (CHARAUDEAU, 2011, p.56):

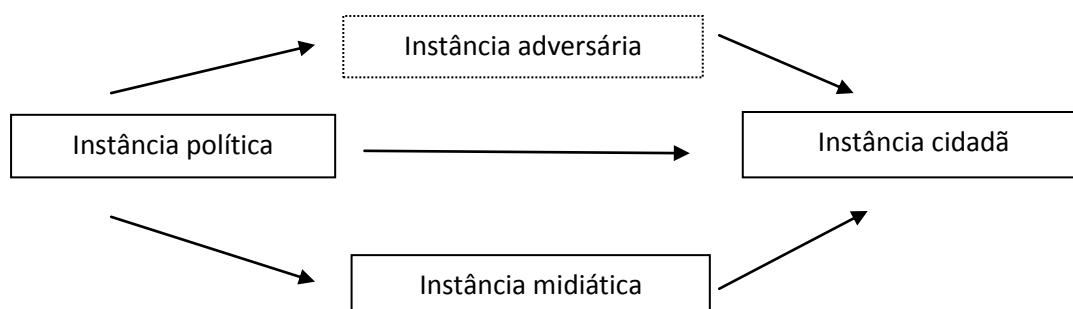


Figura 2 – Os três lugares de fabricação do discurso político

A especificidade da **instância política** (e a **instância adversária**) está circunscrita ao lugar em que os atores têm um *poder de fazer*, isto é, de decisão e de ação; e um *poder de fazer pensar*, isto é, de manipulação. É o lugar da governança (CHARAUDEAU, 2011, p. 56), no qual o cidadão ocupa

função no centro das atividades políticas do Estado, dos governos, dos parlamentos e das instituições aferentes.

As **instâncias política e adversária** estão contidas no mesmo lugar de governança por terem as mesmas motivações de proporem projetos para a sociedade, embora os atores da instância adversária estejam na oposição. A única diferença entre si é o fato de a instância adversária estar despojada de poder, mas representando, ao mesmo tempo, uma parcela da opinião cidadã, sendo levada a produzir um discurso sistemático de crítica ao poder vigente (CAHARAUDEAU, 2011, p. 58). Assim, o autor engloba os estudos da instância adversária junto com os da instância política por terem as mesmas estratégias discursivas, justificando a linha pontilhada no esquema.

Três círculos de atividades compõem a instância política: 1) os partidos políticos; 2) as instâncias jurídicas, financeiras, científicas e técnicas; e 3) os organismos supranacionais (ex. parlamento europeu), internacionais (ex. GATT, OMC, FMI) e não governamentais (ex. ONU, UNESCO).

Essas atividades visam reunir os cidadãos de uma nação ou do mundo para procurarem se entender e regular o mercado local, global, a cultura e a tecnologia e agindo com autonomia, mas fazendo pressão entre si para impor regras de funcionamento, evocando para si um poder de controle, por exemplo, a regulação do direito internacional ou da economia agrícola.

A **instância cidadã**, expressão típica das sociedades democráticas, envolve o conjunto dos cidadãos e cidadãs, de qualquer etnia, religião e filiação política, que exercem sua soberania ao elegerem seus representantes, participando da instância política de modo indireto. Essa instância Charaudeau (2011, p. 58) define *como aquela que se encontra em um lugar em que a opinião se constrói fora do governo.*

Há sempre caráter de *reivindicação, interpelação e de sanção* quando o cidadão realiza seus discursos políticos, questionando a legitimidade ou a credibilidade da instância política, por exemplo, ao protestar contra determinadas medidas (ou omissões) políticas em busca da defesa do bem-estar comum.

A **instância midiática** também se encontra fora da governança, valendo-se de diversos modos de mediação: panfletos, cartazes de rua, cartas

confidenciais, grandes veículos de informação. Acaba representando o papel de elo ou de união entre as instâncias política e cidadã.

Os atores da instância midiática atuam principalmente na condição de informantes, construindo um olhar-espectador sobre os vários cenários sociais, os atos de comunicação política e ações governamentais, alcançando em alguns casos, um olhar crítico e avaliativo do desempenho dos atores políticos da instância política. Em situações especiais, pode-se observar o poder de influência das mídias nas atividades políticas de um país, chegando mesmo a ser chamado, por alguns, de *quarto poder*, fazendo alusão aos três poderes dos regimes democráticos constituídos pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

A partir da perspectiva das três instâncias descritas por Charaudeau, pode-se concluir que qualquer cidadão, independentemente de estar investido de uma função política, *faz política* ao agir, ao posicionar-se e ao opinar sobre os vários assuntos de sociedade, relativos à comunidade e ao bem comum, participando enquanto agente político dentro de um cenário social.

A esse cenário social Charaudeau (2011, p. 63) denomina de *dispositivo do contrato de comunicação política* que, para o autor, *é uma máquina de forjar discursos de legitimação*. Dessa legitimação se constroem as imagens de *lealdade* (para a instância política), que reforçam a legitimidade da posição de poder; de *protesto* (para a instância cidadã), que justificam a legitimidade do ato de tomar a palavra; de *denúncia* (para a instância midiática), que mascaram a lógica comercial pela lógica democrática.

Interessa-nos aqui as imagens de legitimidade e credibilidade construídas pela instância política, particularmente a de lealdade, sobre a qual o enunciador de qualquer discurso político se apoia para construir seu *ethos*.

Para Charaudeau (2011, p. 16), além dessas três *instâncias*, há outros dois elementos importantes para serem estudados no campo da política: as questões da *ação política*, de interesse das três instâncias, necessitando de detalhamento de sua finalidade e organização; e as dos *valores* em nome dos quais é realizada essa ação.

Esses três elementos (instâncias, ação política e valores) são veiculados necessariamente pela linguagem, a qual acompanha qualquer ação feita por

qualquer sujeito. A troca social está permanentemente permeada pela interdependência recíproca entre *linguagem e ação*.

É a partir dessa ideia que Charaudeau (2011) constrói seu conceito do ato de linguagem, apoiando-se em três princípios: o *princípio de alteridade* (sem a existência do outro, não há consciência de si); o *princípio de influência* (o desejo ou a intenção do sujeito enunciator de que o outro pense, diga ou aja segundo sua intenção); e o *princípio de regulação* (a tendência é haver a consciência de que o enunciator quer influenciar o outro. Isso obriga que haja uma regulação no gerenciamento dessa relação).

Esses três princípios remetem à condição da ação do sujeito sobre o outro e sobre o conteúdo temático e, conseqüentemente, à noção de poder. *Pode-se dizer que todo ato de linguagem está ligado à ação mediante as relações de força que os sujeitos mantêm entre si, relações de força que constroem simultaneamente o vínculo social.* (CHARAUDEAU, 2011, p. 17). O jogo de forças estabelecido entre os interlocutores constitui o campo de ação política, sendo a noção de política entendida aqui refere-se àquela intrínseca a qualquer cidadão investido da capacidade de assumir um ato de linguagem e produzir enunciações nas interações sociais.

É nesse campo de ação em que há as constantes trocas languageiras, de todas as naturezas, embora qualquer ato de linguagem seja um discurso político, mesmo quando realizado de modo corriqueiro e sem a *pretensão* de ser um ato político. No espaço político, assim atribuído pelos sujeitos sociais, o principal instrumento do ato de linguagem é a palavra que *intervém no espaço de persuasão para que a instância política possa convencer a instância cidadã dos fundamentos de seu programa e das decisões que ela toma ao gerir os conflitos de opinião em seu proveito.* (CHARAUDEAU, 2011, p. 21).

Isso confere ao enunciator um posicionamento no mundo e também no momento do ato da enunciação, fornecendo elemento para ser categorizado segundo o lugar que ocupa na sociedade e sendo influenciado pelos seguintes aspectos: a ideologia constituída pelos valores de determinada instituição ou governo; a existência de coerções institucionais sobre o enunciator; e as coerções do espaço institucional, indicando ao enunciator, por exemplo, quais marcas linguísticas deve usar na heterogeneidade discursiva.

Com isso, o poder é quem administra os saberes sobre o indivíduo traçando-lhes um perfil ideal e condicionando-os de certo modo. Por exemplo, as coerções institucionais podem torná-los passivos politicamente, mas, ativos economicamente. Do ponto de vista da aplicação dos conhecimentos econômicos, a formação de um estilo de vida igual para todos os indivíduos de uma comunidade pode representar para a instância do poder político uma tática para melhor controlá-los, de modo a fazê-los responder de modo previsível aos comandos emanados do poder.

Outro tipo de abordagem de análise do discurso político, conduzindo a duas situações possíveis de produção, é examinar a forma de recepção desse discurso feita pelos co-enunciadores: a primeira situação refere-se ao fato de que um discurso é político porque apresenta temas de discussão da instância política. O que o define enquanto político, não é um vocabulário determinado, um certo tipo de argumentos ou de temas, mas o fato de que o sujeito enunciator, que o constitui, deseja que os co-enunciadores façam dele um discurso político, ou mesmo que os co-enunciadores, ao entrarem em contato com esse discurso, percebam tratar-se de um discurso político.

A segunda situação, não priorizada neste estudo, vincula-se à estrutura interna do discurso político que permite que um discurso tenha interpretação de pelo menos duas formas retóricas fundamentais. A primeira, como discurso didático que visa a persuadir, ou seja, espera que o co-enunciador adote para si os argumentos apresentados como asserções com valor de verdades universais. A outra forma retórica indica que a situação de produção do discurso está no campo da polêmica. O discurso político se caracteriza por essa dupla articulação: de um lado, é um espaço em que o autor refuta e combate as afirmações dos adversários; de outro, apresenta suas propostas e posicionamentos, em geral, contrários aos do interlocutor [co-enunciador] (CHARAUDEAU, 2011).

Se considerarmos a noção de contrato de comunicação de Charaudeau, qualquer ato de linguagem implica em essência ação política implícita, caracterizada pela intenção de fala, já que qualquer relação interacional estabelecida se dá por alguma intenção e vontade do interlocutor [co-enunciador].

Para produzir a adesão do co-enunciador, a apresentação da ideia é carregada, às vezes inconscientemente, por valores a ela associados, referentes ao conjunto de crenças e de princípios pessoais, sociais e culturais que compõem uma identidade a ser manifestada por uma determinada ideologia política. Fazer um discurso político expressa, em primeiro lugar, o posicionamento do sujeito enunciativo diante do conteúdo que está dizendo enquanto discurso e, em segundo, o posicionamento do sujeito empírico diante do mundo, consideradas também as condições de produção desse mesmo discurso.

Na instância política torna-se de vital importância a escolha desses valores, inclusive na maneira de apresentá-los, exigindo certas condições de simplicidade e de argumentação. Charaudeau (2011, p. 97-98) explica que as condições de simplicidade obedecem a uma regra básica para o sujeito político: transformar o complexo em simples para o cidadão, que também passa a ser co-enunciador. Já para as condições de argumentação, é indicado usar argumentos curtos e de impacto, expondo a essência das ideias, descartando os argumentos que exijam complexidade intelectual maior por parte do cidadão. O princípio que está por trás disso é: quanto mais eleitores atingirem, melhor.

A instância cidadã dialoga com a instância política ajudando a criar os elementos constitutivos da imagem previamente pensada e planejada a ser manifestada e colocada em ação dentro dos atos enunciativos. No caso, por exemplo, dos discursos da Presidente Dilma Rousseff, a mistura das duas instâncias, a cidadã e a política, é proposital e com intencionalidade dirigida, a fim de obter a adesão de seus co-enunciadores pela força de argumentos, ideias e propostas e, talvez principalmente, pela firmeza de caráter relacionada a seu *ethos*.

Para análise de discurso político, detectar a responsabilidade de quem está enunciando mostra-se relevante em função dos valores em jogo no discurso político, no qual a manifestação ou afirmação do poder se faz intrínseca e inerente a esse espaço de discussão (MAINGUENEAU, 2011).

Se, na política, o governo da palavra não é tudo, o fato é que o governo não pode prescindir da palavra para governar, em evidente prova de que

a palavra intervém no espaço de discussão para que sejam definidos o ideal dos fins e dos meios da ação política; a palavra intervém no

espaço de ação para que sejam organizadas e coordenadas a distribuição das tarefas e a promulgação das leis, regras e decisões de todas as ordens (CHARAUDEAU, 2011, p. 21).

Os campos de ação social (ou setores), compostos pelos 4 principais: o jurídico, o econômico, o midiático e o político, interagem entre si e, às vezes, encontram-se em relação de interdependência. O setor político intervém nos outros setores ao mesmo tempo em que é invadido por aqueles. Além disso, esse setor torna-se cada vez mais complexo diante da influência crescente de instâncias supranacionais, que se encontram, elas próprias, em uma relação de dependência e de autonomia quanto às instâncias nacionais (CHARAUDEAU, 2011, p. 29).

Essa dependência, como é o caso da Organização das Nações Unidas, onde a Presidente brasileira discursou por três vezes (setembro de 2011, 2012 e 2013), reflete-se nas posições e decisões postuladas pelos representantes de vários Estados que compõem aquele organismo.

Ampliar a visão do discurso político correlacionando-o com outros setores, incluindo na análise o fato de o sujeito empírico ser uma mulher e o enunciador se colocar como voz feminina e assim construir seu *ethos*, nos dá a oportunidade de discorrer sobre vários conceitos propostos por Charaudeau e Maingueneau no tocante aos atuais rumos da AD pelo viés do discurso político.

1.4.2. A noção de discurso político

Para a compreensão da noção do *discurso político*, vamos nos utilizar principalmente das ideias de Charaudeau (2011), que possui vários estudos relativos ao tema. Antes, porém, apresentaremos o entendimento da noção de discurso tanto por Maingueneau quanto por Charaudeau e, em seguida, do discurso político.

Recordamos, de início, a distinção básica que Orlandi (2010, p.21) faz quanto à diferença entre linguagem e comunicação, especificando que na AD,

não se trata apenas de transmissão de informação, nem há essa linearidade na disposição dos elementos da comunicação, como se a mensagem resultasse de um processo assim serializado: alguém fala, refere alguma coisa, baseando-se em um código, e o receptor capta a mensagem, decodificando-a.

A relação linguagem e comunicação é, portanto, patente e o esquema simplificado de emissor-receptor da mensagem, apresentado por Roman Jakobson, torna-se insuficiente para a compreensão dos diversos processos que ocorrem no simples ato de comunicar-se.

Durante o uso da linguagem, colocam-se em funcionamento relações diversas entre os sujeitos e há variedade na produção de sentidos da mensagem veiculada. Dentro dessa perspectiva complexa dos sujeitos e das produções de sentidos é que se situa a noção de discurso. Conforme a autora, *o discurso é efeito de sentidos entre locutores* (ORLANDI, 2010, p. 21).

O termo discurso possui conceito com diversos entendimentos e visões, motivo de várias discussões entre os linguistas, porém, para nos posicionarmos diante da análise proposta, adotamos a visão de Foucault (2010 [1969], p.148), também endossada por Maingueneau (2008, p.20), de que o discurso é *um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva*.

Porém, apesar de pertencer à determinada FD, um discurso é sempre atravessado por outro discurso, nascendo ou tendo sua fonte em outro discurso anteriormente dito e, por sua vez, será base para a construção de outros discursos no futuro. Isso lhe confere certa diferença com o enunciado, que é a marca verbal do que é dito, sendo denominado de enunciação seu ato praticado (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2008, p.195).

Como reforça Maingueneau (2004, p. 55), ao explicar a distinção entre discurso, enunciado e texto, o discurso só é discurso enquanto remete a um sujeito, um EU, que se coloca como fonte de referências pessoais, temporais, espaciais e, ao mesmo tempo, indica que atitude está tomando em relação àquilo que diz e em relação a seu co-enunciador (fenômeno de *modalização*).

Tal distinção relaciona-se com a ideia de saber quem é o responsável pelo que está dizendo, para qualificar a veracidade da informação assumindo-se como fiador do enunciado. Há gradações de enunciados num discurso e tal aspecto depende do uso de modalizadores pelo sujeito para expressar o grau de adesão ou não à própria ideia enunciada.

Outra característica do discurso é o fato de não ser produzido por um único enunciador, havendo a possibilidade da presença de vários enunciadores, que podem estar hierarquizados. Essa heterogeneidade enunciativa

(AUTHIER-REVUZ, 1984 e 1990) marca os sujeitos enunciadore, o lugar de enunciação e, portanto, o posicionamento ao qual se filiam. O entrecruzamento desses posicionamentos remete à noção de interdiscurso. Em outras palavras, o discurso de qualquer enunciador se constrói de um discurso já dito (realizado) e que vai ser referência a outro discurso, criando uma rede enunciativa interminável.

Para Maingueneau (2006, p.110), esse imbricamento do discurso num lugar social proporciona, enquanto objeto de estudo, a relação da organização do texto com o contexto social, definindo o posicionamento, ou seja, o lugar social de quem fala e de qual perspectiva fala. Ao se identificar o lugar social, se estabelece ao mesmo tempo o campo discursivo e a ideologia inserida no discurso do enunciador.

A esses dois elementos (campo discursivo e ideologia) associa-se outro aspecto, necessário para avaliação: as condições de produção do discurso. Orlandi (2010, p.30) considera as condições de produção como as circunstâncias da enunciação, ou seja, o contexto imediato; e, em sentido amplo, considera o contexto sócio-histórico, conjunto maior que engloba a esfera política.

A noção de condições de produção do discurso explicita o objetivo da AD, pois se detém nas relações internas e na situação histórica e social em que um discurso foi produzido. Portanto, para que seja possível analisar um discurso, para a AD, é fundamental que se conheça o sujeito enunciador, o momento e o lugar em que está inserido (cenografia) para, assim, verificar os efeitos de sentidos de um conjunto de enunciados.

Nessa perspectiva, caracterizar a organização e modo de produção discursiva das amostras selecionadas para análise, destacando especialmente a cenografia e o *ethos*, identificando o lugar social ocupado pelo enunciador no cenário internacional e nacional, auxilia na busca dos elementos reveladores do caráter do enunciador (MAINGUENEAU, 2006).

Diante da heterogeneidade discursiva existente nas várias áreas e atividades humanas, e, para o foco desta proposta, pinçamos o discurso político, buscando compreender o processo de elaboração e as condições de produção conforme o conjunto de discursos destacados da Presidente brasileira.

No capítulo III, procederemos à aplicação desses conceitos ao examinarmos detalhadamente os discursos escolhidos para análise.

Antes, porém, faremos uma panorâmica do histórico da participação da mulher na vida social e política ao longo de várias épocas a fim de compor cenário de análise a ser empreendida com foco na participação da mulher no universo político e proferindo discursos com determinado *tom* e determinada *voz*.

CAPÍTULO II

A MULHER NA POLÍTICA: BREVE HISTÓRICO

2.1. Mulher, gênero feminino: aspectos culturais e sociais

Inicialmente, cabe recuperar o significado mais comum da palavra *mulher*, constante na definição dicionarizada (HOUAISS) como sendo o indivíduo do sexo feminino, sob o ponto de vista das características biológicas, do aspecto ou forma corporal, sendo tal traço corporal fator distintivo do sexo masculino.

Neste estudo, pretendemos abordar os assuntos relacionados à mulher, não sob a perspectiva exclusiva biológica, mas também pelo prisma sociocultural ao longo da história, concentrando-nos na contemporaneidade. Embora saibamos que os aspectos hormonais, por exemplo, influem decisivamente no comportamento e na cognição da mulher (BERENSTEIN, 2001), vai nos interessar o arcabouço dos traços, comportamentos, atitudes, pensamentos, posicionamentos, interesses, desejos, opiniões e vontade do indivíduo do gênero feminino de participar em igualdade de direitos com os homens, desenhando-se panorâmica da presença da mulher nas elites políticas, nacional e mundial.

Se percorrêssemos a perspectiva da Biologia, da distinção entre gênero masculino e gênero feminino, poderíamos seguir uma vertente de opinião partidária ou sectária, às vezes de caráter conflituoso refletido, por exemplo, na condição bastante popular e, em alguns casos, cômica, de *guerra de sexos*, colocada pela oposição homem x mulher. Em outra situação extremista, poderíamos apresentar uma vertente feminista, com caráter de movimento político e unilateral das mulheres feministas que defendem prioritariamente a visão feminina.

Nossa intenção neste breve histórico sobre o gênero feminino está em buscar os fatos e acontecimentos marcantes e desvendar o papel bem como a presença da mulher na vida pública e na política ao longo das várias épocas. O papel da mulher foi relegado, às vezes, à completa obscuridade e repressão, chegando seu *status* a ser equiparado aos dos escravos em termos de

cidadania, a exemplo do que ocorria na *pólis* grega, as cidades-Estado, onde as mulheres e os escravos não possuíam o direito de legislar nem de participar da vida política (ARISTÓTELES, s/d).

A autora francesa Monique Piettre (1974) apresenta a história da mulher nas diversas épocas das civilizações ocidentais e orientais sob a perspectiva de três eixos centrais, conforme as funções ou papéis sociais da mulher: mãe-esposa-pessoa. A esse trinômio associam-se questões fundamentais em relação à figura da mulher ligadas à maternidade, à sexualidade e à identidade, respectivamente.

2.1.1 Mãe e maternidade

Nos primórdios da história, a imagem da mulher está associada à sua capacidade de ser *genitora*, à figura de mãe, aquela que possui o *misterioso* poder de gerar, sendo envolvida pelas forças mágico-religiosas, nas quais a espécie, a tribo, a família eram as beneficiárias pelo percurso da hereditariedade. A mulher detém o corpo apropriado para parir filhos, sendo valorizada primordialmente (senão unicamente) pela capacidade de procriar e de cuidar da prole. Nesse universo das sociedades primitivas é que a mulher era considerada e respeitada, sobretudo, se gerasse filhos.

Nessa perspectiva, a participação feminina restringia-se ao lar, ao cuidar dos filhos e da casa, ao preparo da alimentação, sendo responsável pela educação e formação das crianças quanto aos hábitos, costumes, aprendizagem da língua e conhecimento da cultura da comunidade onde a família estava inserida.

2.1.2. Esposa, fidelidade e monogamia

Numa segunda fase ao longo das épocas, o papel da mulher transcende meramente o da procriação e passa a exercer a figura de *esposa*, especialmente nas civilizações egípcia e romana. Esse novo *status* abre espaço para maior participação feminina no ambiente externo ao lar, conforme os interesses sociais, econômicos e políticos, firmados a partir do cristianismo, extrapolando

as decisões domésticas. A mulher alcança a possibilidade de assumir papel político e de poder, a exemplo do caso da rainha Cleópatra, no Egito.

De personalidade forte, Cleópatra tornou-se rainha disputando o trono com seus irmãos, governando o Egito antigo no período de 51 a.C.-30 a.C. Seu governo marcou a história das civilizações antigas por ter desafiado o poder de Roma, articulando e influenciando em políticas econômicas e negociando em condições de igualdade com os césares, inicialmente com Julio César e em seguida com Marco Antonio, envolvendo-se até amorosamente com ambos ao usar de seu carisma e de sua condição de mulher (POMEROY, 1990).

Associado a esse novo *status* da mulher, impôs-se socialmente a questão da fidelidade, extensiva ao esposo também, surgindo o conceito de monogamia. A valorização da monogamia representou sinal de progresso decisivo para a humanidade, do ponto de vista da estruturação das famílias, da continuidade das gerações e da aglutinação e manutenção das diversas camadas sociais. Ainda que houvesse a defesa da monogamia para ambas as partes, a figura da mulher se submetia à figura do homem, chefe e responsável da família perante a comunidade e o Estado. Tal cenário social repercutiu na formação de modelos sociopolíticos com lideranças exercidas exclusivamente por figuras masculinas, e caracterizados, em diversos casos, pela centralização de poder.

2.1.3. Pessoa e identidade

A partir dos tempos modernos e da Renascença, emerge para a mulher a noção de pessoa, inspirada nas filosofias antigas (no estoicismo, em particular), conforme Piètre (1974), quando as legislações se humanizam, contemplando em parte as primeiras reivindicações a favor da mulher e dos escravos.

Despontam os primeiros sinais de modificação do destino da mulher no cenário social e cultural, apesar de restrições legais em termos de direitos. Participar do universo político ainda permanecia distante e de difícil acesso.

No espírito da Renascença, a mulher adquire nova noção de seu papel social e começa a conscientizar-se de seu valor e de suas possibilidades de participação na vida pública, apesar de períodos de regressão. Houve notório esforço de algumas mulheres ao longo da história, incluindo o apoio de alguns

homens, na conquista de maior participação feminina na sociedade e nas várias instâncias decisórias, em especial a do universo político.

De modo geral, ao longo das épocas, cada cultura e sociedade, ocidental ou oriental, tratou da temática feminina, na essência, de modo semelhante, embora apresentando variações de estilo e predominância de algum aspecto destacado, conforme o conjunto de valores culturais de cada sociedade. Tanto na civilização ocidental quanto na oriental, observa-se, inegavelmente, a hegemonia masculina e a presença do homem nas funções de maior relevância e de expressão de poder político.

2.1.4. Figuras femininas destacadas no cenário político

No final da Idade Média, entre os séculos XIV e XV, merece destaque a vida da francesa Joana D'Arc, chamada de donzela de Orléans, filha de Jacques d'Arc e Isabelle Romée. Embora não tivesse assumido oficialmente alguma função política de Estado, foi considerada heroína na denominada Guerra dos Cem Anos (1337-1453), entre França e Inglaterra, e representa exemplo significativo na história ocidental, ocorrido na França.

De personalidade forte para uma mulher da época, influenciou de modo contundente na solução do conflito entre aqueles dois países. Considerada uma mulher sensível e julgada enquanto *bruxa* pelas regras da Inquisição instituída pela Igreja Católica, foi queimada viva após várias acusações de *bruxaria*. Possuía sensibilidade parapsíquica acima do normal, antevendo situações e acontecimentos, que lhe conferiam um poder especial de liderança e força, inclusive assumindo o comando de um dos exércitos francês do rei Carlos VII, atuando nos campos de batalha juntamente com os soldados e trazendo a vitória para os franceses. Foi canonizada em 1920, pelo Papa Bento XV, 500 anos depois de sua morte, tornando-se santa padroeira da França desde então (Encyclopédie Larousse *on line*).

No período moderno, destacam-se alguns exemplos de figuras femininas importantes que assumiram funções supremas dentro do campo político e de poder, a exemplo da rainha Elizabeth I (ou Izabel I), que governou a Inglaterra de 1558 a 1603.

Elizabeth I é descrita pelos compêndios de história como sendo de personalidade forte e mulher decidida, considerada uma das rainhas mais cultas, helenista e latinista, teve formação humanista, possuindo conhecimentos dos idiomas francês, italiano, espanhol; nas políticas social e econômica, governou a Inglaterra com mãos de ferro, propiciando, também, o florescimento cultural. Foi em seu reinado que William Shakespeare viveu e produziu suas principais obras. Nunca se casou, embora não lhe faltassem pretendentes. Era chamada também de a rainha virgem, não tendo deixado herdeiros (Encyclopédie Larousse *on line*).

A partir da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1789, com a Revolução Francesa, as mulheres começaram a aspirar um espaço de participação política dentro da nova ordem. No entanto, Robespierre e Marat, principais líderes do movimento, eram absolutamente contra a participação feminina na vida pública e política (PIETTRE, 1974, p. 183). As legislações elaboradas na época, que perduraram até os séculos XVIII, XIX e parte do XX, acabaram por restringir os direitos às mulheres, especialmente o político, até mesmo quanto ao simples direito ao sufrágio universal e à permissão para se candidatarem a cargo político, direito conquistado somente a partir das décadas de 1930 nos países ocidentais.

Nessa época da Revolução Francesa, uma revolucionária lutou com veemência pela igualdade entre as mulheres e os homens. Trata-se da francesa Olympe des Gouges⁶ (1748-1793), pseudônimo de Marie Gouze, uma feminista francesa, historiadora, jornalista, escritora e autora de peças de teatro. Tendo observado que a *fraternité* apregoada na revolução de 1789 não correspondia ao conteúdo da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, liderou campanha juntamente com Madame Sophie de Condorcet, outra feminista da época, para a defesa da igualdade entre homens e mulheres, criando a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (em francês: *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne*) de setembro de 1791.

⁶ Roy Rosenzweig Center for History and New Media, Department of History and Art History, George Mason University, Virginia, EUA. Exploring the french revolution. **Olympe de Gouges**. The Declaration of the Rights of Woman (September 1791). Disponível em: <<http://chnm.gmu.edu/revolution/d/293/>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

DÉCLARATION DES DROITS DE LA
FEMME ET DE LA CITOYENNE,

*'A décréter par l'Assemblée nationale dans
ses dernières séances ou dans celle de
la prochaine législature.*

PRÉAMBULE.

Les mères, les filles, les sœurs, représentantes de la nation, demandent d'être constituées en assemblée nationale. Considérant que l'ignorance, l'oubli ou le mépris des droits de la femme, sont les seules causes des maux publics et de la corruption des gouvernements, ont résolu d'exposer dans une déclaration solennelle, les droits naturels, inaliénables et sacrés de la femme, afin que cette déclaration, constamment présente à tous les membres du corps social, leur rappelle sans cesse leurs droits et leurs devoirs, afin que les actes du pouvoir des femmes, et ceux du pouvoir des hommes pouvant être à chaque instant comparés avec le but de toute institution politique, en soient plus respectés, afin que les réclamations des citoyennes, fondées désormais sur des principes simples et incontestables, tournent toujours au maintien de la constitution, des bonnes mœurs, et au bonheur de tous.

En conséquence, le sexe supérieur en beauté comme en courage, dans les souffrances maternelles, reconnaît et déclare, en présence

Declaração dos direitos da mulher e da cidadã,

a ser decretada pela Assembleia Nacional nas últimas sessões ou na próxima legislatura.

Preâmbulo.

As mães, as filhas, as irmãs, representantes da nação, solicitam serem constituídas em Assembleia Nacional. Considerando que a ignorância, o esquecimento ou a indiferença aos direitos da mulher, são as verdadeiras causas dos males públicos e da corrupção dos governos, resolveram expor nesta declaração solene, os direitos naturais, inalienáveis e sagrados da mulher, a fim de que esta declaração, constantemente presente entre todos os membros do corpo social, seja lembrada para sempre de seus direitos e de seus deveres, para que os atos de poder das mulheres e aqueles do poder dos homens possam ser a cada instante comparados com a meta de qualquer instituição política, sejam mais respeitados, a fim de que as reclamações das cidadãs, fundadas doravante sobre os princípios simples e incontestáveis, voltem-se sempre à manutenção da constituição, dos bons costumes e à felicidade de todos.

Em consequência, o sexo superior tanto na beleza quanto na coragem, nos sofrimentos maternos, reconhece e declara, em presença ...

Preâmbulo da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, 1791.

[à esquerda o original em francês e à direita o texto em português de nossa tradução]

Por seu espírito forte, determinado e revolucionário, em favor dos direitos das mulheres, foi presa várias vezes e a última vez foi levada à guilhotina em 1793. No artigo 10 da Declaração se lia: *a mulher tem o direito de subir ao cadafalso; ela deve ter também o direito de subir à tribuna* [nossa tradução] (PIETTRE, 1974, p. 172), referindo-se à participação feminina na política.

A segunda rainha que destacamos, Vitória I, também da Inglaterra, que reinou no período de 1837 a 1901, tornou-se ícone nacional na Inglaterra e sua figura encarnava o modelo de valores rigorosos e moral pessoal. Influenciou principalmente um modo de ser de uma época, representando o conservantismo e a contenção das liberdades individuais femininas no tocante ao comportamento e ao modo de vestir-se das mulheres. Nas palavras de Piettre (1974, p. 182), esse século *encerra a mulher da burguesia sob o manto austero do puritanismo*. Casou-se com o príncipe Alberto de Saxe-Coburgo-Gota, com quem teve 9 filhos e 42 netos.

As duas rainhas inglesas, Elizabeth I e Vitoria I, tiveram poder de influir nas políticas adotadas pelo seu país, sempre assessoradas pelos conselheiros para subsidiá-las de informações técnicas, diplomáticas, econômicas, incluindo o conhecimento das tramas palacianas e da nobreza.

2.2. A participação feminina na política nos séculos XX e XXI

Somente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 10 de dezembro de 1948, proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU), que se delineiam os direitos humanos básicos, dentre os quais se tratou mais claramente dos direitos das mulheres, com destaque para os seguintes artigos:

Artigo I - Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

Artigo VII - Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Artigo XXI - 1. Toda pessoa tem o direito de tomar parte no governo de seu país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.

2. Toda pessoa tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país.

3. A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

A ascensão da participação da mulher na sociedade ocidental evidenciou a necessidade de integrá-la no mundo da política não tanto pela *permissão* dos homens, mas pelos acontecimentos sociais e dos avanços nos modos de organização social e da vida privada.

No primeiro ano da ONU⁷, em 1948, o Conselho Econômico e Social (ECOSOC) estabeleceu sua Comissão sobre o Status da Mulher como o principal órgão de decisão política dedicado exclusivamente à igualdade de gêneros e ao avanço das mulheres. Uma de suas primeiras realizações foi assegurar a neutralidade de gênero no projeto de Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Um exemplo da transformação do papel das mulheres na vida pública aconteceu nos Estados Unidos, durante a II Guerra Mundial (COOK, 2006, p. 624-625), quando aquele país, em pleno desenvolvimento industrial, viu-se *obrigado* a contratar mão de obra feminina para manter o volume das

⁷ Fonte: www.onu.org.br (conheça a ONU, história da organização).

produções industriais e atender às demandas sociais oriundas da guerra por produtos básicos de consumo, na área da alimentação, têxtil, confecção, higiene pessoal, e até mesmo de maquinaria e armamentos.

A maioria dos trabalhadores homens havia se alistado para defender o país no período de guerra. Assim que a guerra acabou, os homens retornaram ao país e (re)ocuparam seus postos de trabalho, provocando, ao longo dos anos de 1950, a volta das mulheres para seus lares e afazeres domésticos.

Com os movimentos sociais a favor da emancipação feminina, tal situação foi sendo alterada no final da década de 1960 e começo da de 1970, quando efetivamente a mulher conquistou vários postos no mercado de trabalho, transformando, assim, o perfil da vida cotidiana e social tanto no setor público quanto no privado.

O movimento feminista internacional (a partir de 1961), demonstrado com maior força na década de 1970, suscitou o apoio e a defesa da mulher dentro do principal organismo político do planeta, ação traduzida pela decisão de declarar 1975 como o Ano Internacional da Mulher, organizando a primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres, na Cidade do México.

No impulso da Conferência, o período de 1976 a 1985 foi declarado como a Década da Mulher, considerado marco histórico pela efervescência de várias discussões coletivas, estudantis, acadêmicas e governamentais sobre as questões femininas.

Após sua proclamação, em 1975, o *Ano Internacional da Mulher* repercutiu no Brasil, impulsionando movimentos e debates para organização dos direitos da mulher, eclodindo a criação de várias associações voltadas para as questões femininas, principalmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Essas organizações de mulheres alcançaram ganhos crescentes, mobilizando-se em torno de temas de seus interesses, entre eles o da saúde feminina, saúde reprodutiva, aborto, planejamento familiar. Somente na década de 1990 é que essas organizações, já numerosas, pautaram-se na defesa dos direitos à igualdade no trabalho, na política, na sociedade, na família, nas definições de políticas governamentais.

Segundo Avelar (1996, p. 59-60), dentre as várias formas de mobilização e organização política das mulheres, destacam-se aquelas sobre temas espe-

cíficos (reforma das leis do aborto, dos direitos reprodutivos, das leis do divórcio, etc.) e, ainda, aquelas referentes ao associativismo das mulheres provenientes das várias organizações econômicas. As organizações patronais e sindicais são exemplos para a prática e preparação da mulher para seu ingresso na vida política formal.

Nos anos de 1990, foi realizada pesquisa junto às organizações econômicas de grande porte, sendo detectada pequena percentagem das mulheres nas posições hierárquicas, fato que repercute diretamente na participação na elite política.

Em pesquisa específica de Avelar (1996, p. 60) junto a 79 mulheres executivas para investigar os principais obstáculos à ascensão das mulheres ao topo das organizações, a autora chegou aos seguintes dados: (27,2%) preconceitos sexuais e códigos culturais; (17,7%) dificuldade de conciliar atividades profissionais e papéis familiares; (13,9%) autodiscriminação, falta de autoestima e autoconfiança. Entre os executivos entrevistados sobre a razão desses dados, um deles declarou que não havia nenhuma iniciativa para melhorar a posição das mulheres na empresa.

Conforme apuração da autora, ao contrário da baixa participação das mulheres na diretoria de organizações da sociedade civil, incluindo entidades sindicais de trabalhadores, a presença do sexo feminino nas entidades de classe, a exemplo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) alcança o patamar de 52% dos membros, mas poucas têm acesso a cargos diretivos. Já em outras entidades de classes da área da Educação, do Jornalismo, das artes cênicas e dos movimentos dos Sem-Terra, há maior participação feminina e até mesmo nas lideranças.

Para Avelar (1996), conclui-se que as mudanças referentes à expansão das mulheres na elite política devem ser vistas como processos de muito longo prazo, na medida em que várias instituições de defesa dos direitos humanos incluem em suas agendas temáticas para discussão do assunto. Com isso, ocorre maior conscientização das mulheres de todo o mundo, facilitando a atuação na política e os avanços nos sistemas políticos ao incorporarem as mulheres em seus quadros diretivos e eletivos.

Para sintetizar o breve o histórico da presença feminina, o século XX representou época importante de transformação do papel e da participação da

mulher na vida social, política e em especial do exercício de cidadania, de votar e de ser votada. Segundo dado estatístico da ONU (UN Women, 2013), em 1911, a mulher tinha direito a voto somente em dois países, sendo na atualidade um direito quase universal. A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), uma das divisões da ONU, foi ratificada pelos 186 países que a compõem.

2.2.1. Primeira década do século XXI

O início do século XXI foi marcado por fato relevante anunciado pelo então Secretário-Geral da ONU (2010), Ban Ki-moon, em 14 de setembro de 2010, criando a ONU Mulheres e nomeando a ex-Presidente do Chile, Michelle Bachelet, Subsecretária-Geral. Essa subsecretaria está dedicada especialmente aos assuntos da mulher e começou a funcionar em 1º de janeiro de 2011.

A criação da ONU Mulheres reúne recursos e esforços de várias nações, centrados exclusivamente no objetivo da igualdade dos gêneros e empoderamento das mulheres, por meio de quatro subórgãos: Divisão para a Promoção da Mulher (DAW⁸); Instituto Internacional de Pesquisa e Capacitação para a Promoção da Mulher (INSTRAW⁹); Escritório de Assessoria Especial para as questões de gênero (OSAGI¹⁰); e, Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM¹¹).

Dentre as diversas funções da ONU Mulheres, as principais compreendem: dar apoio às entidades intergovernamentais como a Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher em sua formulação de políticas, modelos e normas mundiais; dar assistência aos Estados membros para implementar essas políticas e modelos, dando apoio técnico e financeiro, quando necessário, estabelecendo alianças com a sociedade civil; e, tornar efetiva a ação da ONU Mulheres nos vários países integrantes, assumindo compromissos em matéria de igualdade de gêneros, incluindo o monitoramento contínuo de seus progressos (ONU MULHERES, 2013).

⁸ DAW - Division for the Advancement of Women.

⁹ INSTRAW - International Research and Training Institute for the Advancement of Women.

¹⁰ OSAGI - Office of the Special Adviser on Gender Issues and Advancement of Women.

¹¹ UNIFEM - United Nations Development Fund for Women.

A escolha de Michelle Bachelet¹² para secretariar a ONU Mulheres não foi casual. Sua história pessoal traduz o pioneirismo de participação política na América Latina ao ser eleita a primeira Presidente do Chile em 2006, com mandato até 2010. Formou-se em Medicina, na especialidade de pediatria, curso realizado uma parte na Universidade do Chile e outra na Universidade Humboldt de Berlim, na Alemanha Oriental. Atualmente está divorciada e tem três filhos.

Associada ao Partido Socialista chileno, Michelle participou dos movimentos de esquerda, e com o golpe de Estado de Augusto Pinochet (1973-1990), foi presa, torturada e exilada. Seu exílio iniciou-se na Austrália, seguindo depois para Alemanha Oriental, onde retomou seus estudos de medicina. Tornou-se médica quando retornou ao Chile em 1979, unindo-se a várias organizações políticas, trabalhando na seção médica de PIDEE, ONG que oferece diversos tipos de tratamentos a crianças traumatizadas pela ditadura.

Em 2000, Michelle Bachelet foi nomeada Ministra da Saúde, dirigindo uma organização com mais de 70.000 funcionários, a rede nacional de serviços de saúde pública e o sistema privado de saúde. E em 2002, assumiu o Ministério da Defesa, sendo a primeira mulher da América Latina a ocupar esse cargo.

2.2.2. O Brasil no século XXI

Nas eleições presidenciais brasileiras do ano de 2010, foi eleita Dilma Rousseff, a primeira mulher Presidente do Brasil, recebendo 46,41% dos votos válidos, no primeiro turno, e 56,5%, no segundo turno (FOLHA ONLINE, 2010). Filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), foi eleita pela coligação *Para o Brasil Seguir Mudando*, composta pelos partidos PRB / PDT / PT / PMDB / PTN / PSC / PR / PTC / PSB / PC do B.

A fim de compor informações relevantes para este estudo, visando à descrição de *ethos* discursivo de voz feminina a partir de quatro discursos proferidos pela Presidente eleita, é relevante expor os principais fatos da vida de Dilma Rousseff, por meio da apresentação de minibiografia. Do ponto de

¹² Os dados biográficos de Michelle Bachelet foram extraídos do site ONU Mulheres (www.unwomen.org, biographical sketch).

vista da AD, embora o sujeito empírico e o sujeito enunciador sejam distintos, observamos reflexos e ecos de traços de personalidade do sujeito empírico na formação da imagem de si pelo sujeito enunciador, merecendo o pinçamento de determinados aspectos num breve histórico biográfico¹³ da Presidente brasileira eleita.

2.3 Minibiografia da Presidente Dilma Rousseff

Dilma Vana Rousseff nasceu em 14 de dezembro de 1947, na cidade de Belo Horizonte, MG, filha de Pedro Rousseff, imigrante búlgaro vindo para o Brasil em 1945, formado em Direito e Engenharia, e de Dilma Jane Coimbra da Silva, professora primária, nascida em Nova Friburgo, RJ.

Graças à influência do pai e dos estudos no Colégio Sion, em Belo Horizonte, começou a ler desde cedo os principais clássicos da literatura mundial, passando por Zola e Dostoiévski, e no campo político conheceu as obras de Karl Marx e outras obras marxistas, por meio da influência do jornalista Claudio Galeno, que se tornaria seu primeiro marido, na época de estudante de Economia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Quando se conheceram, Galeno já atuava nos movimentos políticos de esquerda e foi o canal de ingresso de Dilma nas primeiras experiências de participação política, revelando-se ótima leitora e debatedora das ideias de inspiração comunista. Começou a atuar no movimento chamado Polop (organização da classe proletária) e, posteriormente, no VAR-Palmares (movimento de esquerda com vertente militarista).

Na época de formação do movimento VAR-Palmares, em 1970, Dilma viajava pelo país participando de reuniões e discussões, quando conheceu Max, por quem se apaixonou. Certa vez foi a Porto Alegre, onde reencontrou seu marido Galeno e, conforme relatado por Amaral (2011, p. 56), com seu modo direto e objetivo de se comunicar, Dilma foi logo anunciando: *Eu estou com o Max e vou ficar com ele.*

¹³ Os dados biográficos foram extraídos do livro *A vida quer é coragem – a trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil*, do jornalista Ricardo Batista Amaral, publicado pela Sextante, em 2011.

Nesse episódio, chama a atenção o tratamento dado por Dilma às questões de relacionamento afetivo, conforme o próprio biógrafo da Presidente (AMARAL, 2001, p. 56) comenta:

Dilma nunca deixou de dizer coisas que doem mas devem ser ditas, como decretar um fim de um casamento. Nunca foi de preâmbulos, tampouco. A relação já tinha acabado para Galeno também, ele tinha até uma namorada, mas Dilma *abriu a questão* e abreviou o fim do casamento.

Max, o novo namorado de Dilma, era o codinome na militância dado ao gaúcho Carlos Franklin Paixão de Araújo, que se tornou oficialmente o segundo marido num casamento realizado pela polícia, dentro da prisão em São Paulo, em 1971, onde os dois se encontravam presos pelo DOI-Codi¹⁴, acusados de ações subversivas à ordem nacional imposta pelo regime militar.

Nos primeiros dias na prisão, a partir de 16 de janeiro de 1970, Dilma passou por extensos interrogatórios, sofrendo torturas sem dizer *nenhuma palavra* (AMARAL, 2011, p. 75) sobre qualquer um dos seus colegas. As investigações sobre as organizações armadas de esquerda, durante o regime militar (1964-1985), foram feitas pelos agentes da OBAN (Operação Bandeirante), centro de informações e investigações organizado pelo Exército do Brasil em 1969.

Após algumas semanas de prisão, cessaram as torturas, seguindo-se uma rotina carcerária, utilizada para atualizar leituras de autores marxistas, de Lévi-Strauss e de muita ficção científica. Leu também Dostoievski e livros sobre História da Arte. Em outros momentos, fazia crochê e tapeçaria e, junto com as demais prisioneiras, via televisão todas as noites e nos sábados o seriado *Jornada nas Estrelas*, cujo destaque era a racionalidade inabalável do Sr. Spock que sempre fascinou Dilma (AMARAL, 2011, p. 80).

Ainda na prisão, dava aulas de Economia para as colegas mulheres, também militantes políticas, defendendo que *estudar é uma tarefa revolucionária* (AMARAL, 2011, p. 80). Não era muito boa cozinheira, sendo mais admirada pelas opiniões e ideias políticas que expressava.

Foi com a ajuda da sogra, Marieta Araújo, que vinha visitá-la na prisão, que houve a permissão pela polícia paulista do casamento oficial entre os dois

¹⁴ DOI-Codi - Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna, órgão de inteligência subordinado ao Exército brasileiro.

prisioneiros, Dilma e Cláudio Araújo (AMARAL, 2011, p. 85). Anos depois, nora e sogra juntam-se a outras mães de militantes e ingressam no Movimento Feminino pela Anistia (MFA), criado em 1975 por uma das companheiras de Dilma na prisão: Therezinha Zerbini.

Em novembro de 1972, após seu julgamento pelo Superior Tribunal Militar, Dilma foi condenada a dois anos e um mês de prisão, porém, como já havia cumprido dois anos e nove meses, foi libertada. Ficou hospedada na casa dos pais de Carlos, em Porto Alegre, depois de alguns meses em Belo Horizonte com a mãe para se recuperar das feridas. *Estava muito magra e tinha a glândula tireoide arruinada, mas sobrevivera a um ano de clandestinidade, a três anos de cárcere e a 22 dias de tortura* (p. 88).

Em 1974, Dilma retomou os estudos ingressando na Faculdade de Economia da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre), perdendo os dois anos cursados na UFMG, que jubilou todos os alunos condenados por subversão, durante a ditadura militar.

A maternidade foi vivenciada por Dilma aos 28 anos de idade, em 1976, quando nasceu sua única filha Paula Rousseff de Araújo, no dia 27 de março. Nessa época sua casa era um centro de atividade política permanente, pois Carlos assumiu o escritório de advocacia do pai e participava de articulações com os líderes do Sindicato dos Bancários e dos Trabalhadores em Vestuário. Por meio deles, conheceu Luis Inácio Lula da Silva, que tinha sido eleito Presidente dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, em 1975 (AMARAL, 2011, p. 97).

Nesse mesmo ano, a família Rousseff sofreu a perda de Zana Livia, a irmã caçula de Dilma, que faleceu vítima de parada cardíaca um dia depois de ter inaugurado com seu companheiro o apartamento onde iriam viver juntos. Zana ia completar 25 anos e o enterro foi em Belo Horizonte.

Houve esforço de Dilma para conciliar maternidade e militância ao longo da infância de Paula. Entre 1978 e 1979, foi estudar pós-graduação de Ciências Econômicas na Unicamp (Universidade de Campinas), levando sua filha. Nos finais de semana, ora em Campinas, ora em Porto Alegre, a família se reunia. Ela concluiu os créditos do curso, porém, nunca apresentou dissertação final para receber o título de mestre (AMARAL, 2011, p. 98).

Sempre que ia a Porto Alegre juntava-se aos colegas gaúchos em articulações para criar novo partido trabalhista, dentro da reforma partidária prevista no projeto do então Presidente da República, Ernesto Geisel. Dilma liderava o setor feminino desse novo partido.

Com a Lei da Anistia, promulgada em 1979, vários políticos brasileiros retornaram do exílio. Para os gaúchos, Leonel Brizola era o mais esperado e logo anunciou a refundação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), já na expectativa das novas eleições diretas para governador. Carlos e Dilma se associam ao PTB e estabelecem relação política com Leonel Brizola *que ia subir e descer feito montanha-russa nos vinte anos seguintes* (AMARAL, 2011, p. 101).

Nas eleições de 1982, dois partidos oposicionistas se destacam, PDT e PT, sendo eleito Leonel Brizola para o cargo de governador do estado do Rio de Janeiro, pela legenda do PDT. No Rio Grande do Sul, o mesmo partido elege 13 deputados estaduais, entre eles Carlos Araújo, um dos mais votados na capital. Dilma, que atuava na direção do partido e no setor de mulheres, foi organizar a assessoria técnica e política da bancada na Assembleia Legislativa. Também fazia comentários sobre economia num programa de TV local.

Além de produzir estudos sobre economia e problemas regionais, Dilma começou a fazer seleção diária de notícias, com análise dos fatos que orientava os pronunciamentos e as entrevistas dos deputados. Numa de suas passagens pelo Sul, Brizola percebeu o potencial dessa *síntese* de notícias e pediu que fosse enviada por fax (novidade tecnológica da época) para o gabinete do governador, no Rio, e redistribuídos entre os deputados do partido e de outros estados (AMARAL, 2011, p. 104).

Com a redemocratização em 1985, Alceu Collares (PDT) elege-se prefeito de Porto Alegre com a ajuda de Carlos e Dilma. O novo prefeito convida Dilma Rousseff para ser secretária da Fazenda, tornando-se a primeira mulher a assumir a Secretaria Municipal da Fazenda e iniciando seu pioneirismo na carreira pública. No final do mandato de Collares, Dilma foi promovida para a Secretaria de Energia, Minas e Comunicação, cuja função também foi exercida pela primeira vez por uma mulher.

Enquanto a vida pública ia bem, sua vida privada estava conflituosa e no ano de 1994, Carlos e Dilma se separam, depois de 25 anos de vida em

comum. *Ele não estava apenas tendo um romance escondido, sua namorada esperava um filho dele. Dilma simplesmente pôs Carlos para fora de casa* (p. 114). Entretanto, após alguns anos, a própria Dilma inclui o rapaz na família, acolhendo-o em sua casa, mantendo a amizade com seu ex-marido.

A ascensão ao cargo de ministra de Minas e Energia, agora em nível federal, mostra outra vez o pioneirismo de Dilma na condição de mulher em cargo político. Convidada pelo recém-eleito Presidente em 2002, seu nome foi anunciado por Luis Inácio Lula da Silva para o Ministério de Minas e Energia, em 20 de novembro de 2002, da seguinte forma: *Havia quem pensasse que esse ministério era coisa de homem. Vamos provar que pode ser liderado por uma mulher* (p. 128).

Sua permanência no Ministério de Minas e Energia é interrompida ao assumir a chefia da Casa Civil da Presidência da República, em Brasília, em 2005, tornando-se, mais uma vez, a primeira mulher a ocupar tal cargo, a convite do ex-Presidente Lula. Sucedeu ao então ministro José Dirceu (PT), que se retirou em função das denúncias, feitas pelo deputado Roberto Jefferson (PTB) sobre seu envolvimento no chamado *esquema do mensalão*.

Em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*, publicada em 6 de junho de 2005, Roberto Jefferson utiliza pela primeira vez o termo *mensalão*, dizendo que *o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, vinha pagando mesada de 30 mil reais aos deputados do PL e do PP, em troca de apoio ao governo* (acervo on line do jornal *Folha de S.Paulo* (2005); AMARAL, 2011, p. 137).

Tal denúncia abriu uma crise política no governo Lula e no partido (PT) ao qual Dilma Rousseff está afiliada, provocando a abertura de investigações da Polícia Federal, do Ministério Público e de três Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), no Congresso Nacional, com repercussões até os dias de hoje.

Na campanha eleitoral de 2010 para a presidência da República, mesmo estando em andamento as investigações sobre as denúncias de práticas políticas irregulares por seu partido, Dilma Rousseff foi eleita, aos 63 anos, chefe da nação brasileira para o mandato de 2011-2014.

Como síntese da história de Dilma Rousseff, Ricardo Amaral (2011, p. 128), o biógrafo da Presidente brasileira, muito antes de ser eleita a chefe da nação, caracteriza seu perfil de personalidade no seguinte recorte:

Aos 55 anos, Dilma Rousseff era uma mulher madura, pessoal e profissionalmente realizada como poucas de sua geração. Conheceu a rebelião e a cadeia, a vitória e a derrota, verso e reverso da luta política. Aprendera a ser frontal, como os gaúchos, sem perder a cautela desconfiada dos mineiros. Sabia ser ativa com os interlocutores e exigente – terrivelmente exigente – consigo mesma e com os subordinados. Aquela mulher ainda lideraria muito mais que um ministério do novo governo...

2.3.1. *La femme politique* – a maneira rousseffiana de ser

A partir de recortes da biografia da Presidente (AMARAL, 2010), destacamos algumas frases e pequenos diálogos de Dilma com diversos interlocutores, na tentativa de caracterizar seu *modus operandi* e sua maneira de ser enquanto mulher no exercício da atividade política e de gestão.

Iniciamos citando uma das falas de Dilma feita, quando de sua gestão na Secretaria Municipal de Minas e Energia de Porto Alegre, durante as reuniões e negociações com políticos e empresários:

[Dilma] *sabia falar a linguagem dos empresários; tratava de negócios, não de política, e soube fazer deles seus aliados nas negociações com o governo federal* (p. 119).

Dilma também sabia falar duro, como perceberam os novos controladores da telefônica CRT (p. 120).

Dilma era obcecada por fontes alternativas de geração de energia (p. 120).

Em geral, nas referências aos seus interlocutores e observadores sempre aparece o caráter duro de seu modo de dizer: *Lula tinha se fixado “naquela secretária durona do Olívio [Dutra]”, desde os tempos do apagão* (p. 128). Em outra situação de discurso político, Amaral (p. 133) comenta: *Aí a ministra durona chorou*, referindo-se ao discurso de posse como Ministra de Minas e Energia, quando Dilma agradeceu *às companheiras que durante os anos 60 e 70 foram combatentes na resistência à ditadura militar, especialmente àquelas que não estão mais entre nós*.

Outra abordagem para desenharmos a maneira rousseffiana de ser é observar situações nas quais a Presidente manifesta o caráter feminino mais tradicionalmente considerado, em geral, relacionado à capacidade de cuidar e proteger. Em um de seus discursos num encontro do Partido dos Trabalha-

dores, Dilma afirma: *Nós, mulheres, nascemos com o sentimento de cuidar, amparar e proteger. Somos imbatíveis na defesa de nossos filhos e de nossa família* (AMARAL, 2011, p. 242).

A discussão sobre ser mãe aparece, em junho de 2009, quando Dilma ainda estava na Casa Civil em conversa com Michelle Bachelet, Presidente do Chile à época, durante um café da manhã. Amaral (2011, p. 242) comenta, citando a fala da presidente chilena, que a opinião das duas mulheres políticas converge sobre a questão da maternidade e das projeções de imagem relativas à figura de mãe:

A associação entre os papéis de mulher e mãe na política costuma provocar restrições entre militantes feministas. Dilma nunca se constrangeu em ser chamada de mãe do PAC¹⁵ [...]. A presidenta [Michelle Bachelet], chamada em seu país de mãe do Chile, disse à ministra para não se envergonhar do título: “As pessoas sabem que mãe é quem cuida, e é isso que o povo espera de nós, no Chile ou aqui”.

Outros exemplos de posicionamentos e de maneiras de ser da Presidente brasileira são destacados pelo biógrafo Amaral (2011). Descreve o comportamento e as atitudes de Dilma nas inter-relações de trabalho com seus assessores e colegas de trabalho, cujo temperamento forte pode ser aproximado, utilizando a designação de Charaudeau, ao *ethos* de autoridade, pela maneira *durona* de falar, explicitada no recorte a seguir:

Para tocar o programa [PAC], Dilma infernizou a vida de assessores e colegas de ministério. Miriam Belchior e outros assessores estiveram a ponto de deixar a Casa Civil. Lula contava que ministros iam a seu gabinete queixar-se da forma como eram cobrados por Dilma. O Presidente recomendava a ela que fosse mais suave, ao menos com os colegas, mas nunca a desautorizou. A fama de durona e irascível se espalhou na Esplanada e chegou à imprensa. Quando repórteres perguntavam sobre o assunto, Dilma costumava se sair com esta: “Sou uma mulher dura cercada de homens meigos” (AMARAL, 2011, p. 170).

Na rotina dos políticos no Palácio do Planalto, em momentos de livre trânsito entre os ministros, Dilma, quando ainda era chefe da Casa Civil, recebe a visita, em seu gabinete, de Antonio Palocci, então Ministro da Fazenda. Ela se surpreende com a insinuação de que seria indicada por Lula a ser candidata

¹⁵ Programa de Aceleração do Crescimento.

à presidência do país, pois ainda não tinha tido conversa direta com o Presidente a respeito. Dilma reage com a seguinte fala:

–Ô Palocci! *Ocê tá maluco?* – ela forçava a sílaba tônica da palavra maluco, o que dava à sentença um tom de acusação. Um jeito muito Dilma de dizer as coisas: jogar o interlocutor contra a parede. – De onde foi que *ocê* tirou isso? – ela cobrou (AMARAL, 2011, p. 182).

Nesse recorte, o modo rousseffiano de ser se revela de duas formas, na forma linguística, pelo uso das variações linguísticas típicas da fala mineira (*ôce*) feita pela Presidente; e pela construção e escolha da frase do biógrafo para descrever a cena, marcadora de comportamento direto e objetivo mostrado pelo *jeito muito Dilma de dizer as coisas*. Esse comportamento, de quem *joga o interlocutor contra a parede*, denota certa agressividade, podendo criar imagem de si de valentia e coragem, na vontade de encaminhar a interlocução *direto ao ponto*, sem rodeios.

Outro episódio revelador do modo de se comportar de Dilma verifica-se no caso do vazamento de informações sobre dossiê de investigações publicado na imprensa. A ex-secretária da Receita Federal, Lina Vieira, alegava que teria ouvido Dilma dizer em uma reunião para *agilizar a fiscalização nas empresas da família do ex-Presidente José Sarney* (p. 195). Em resposta à imprensa, Dilma negou tal acusação, pedindo provas que Lina não apresentou. No momento em que leu no jornal a matéria, a ministra limitou-se a comentar com seu assessor, utilizando um provérbio popular gaúcho:

– *Não tá morto quem peleia, disse a ovelha, cercada por 50 cachorros.* (p. 196).

Um significado possível do emprego desse provérbio pode ser de expressar o *ethos* de mulher *guerreira*, que se defende corajosamente, marcado pela analogia do ataque de uma matilha a uma *ovelha-vítima*, querendo dizer que se sentia ofendida pela acusação da ex-secretária.

A mesma expressão proverbial foi utilizada por Amaral para identificar o modo como Dilma lidou com a notícia de estar com um linfoma, um tumor nos gânglios, poucos meses antes de entrar em campanha eleitoral para Presidente. Apesar do choque e da tristeza sentida, a então ministra soube superar essa condição grave de saúde, aderindo ao tratamento de quimioterapia e obtendo resultado positivo.

Na caracterização da expressão da afetividade, um dos elementos compositivos do caráter, há vários pequenos episódios ilustrativos, narrados pelo biógrafo da Presidente. Além dos já referidos relatos da fala de Dilma ao anunciar o fim do primeiro e do segundo casamentos, destacamos outro ocorrido no período da prisão, em convívio com outras mulheres também militantes políticas.

A vida no cárcere isola a pessoa do contato com os familiares e pessoas mais íntimas, e todas se esforçavam para combater a solidão, inventando até uma sigla *CTA – Carência Total de Afeto* (p. 79), usada em tom de brincadeira. Um dia, surge um gato no presídio e as 27 mulheres presas adotam o animal, que *ia de cama em cama na maior manha*. Uma das prisioneiras, Maria Cristina Uslendi, recorda, mais tarde, que *Dilma era a mais cuidadosa com o gato e com sua caixinha de areia, de fundo falso, que servia de correio entre as celas* (p. 79).

Na composição de imagem de si feita pelas mulheres, em geral, os fatores estética e beleza são relevantes e, em alguns casos, prioritários. Para Dilma, cuidar da aparência física era pouco apreciado em sua juventude, quando era militante política. Daquela época, recorda-se de uma passagem com a colega Lara Lavelberg, de família judia e também militante do Polop, quando a moça tratou de ensinar algumas dicas para torná-la mais feminina. Convenceu Dilma a *cortar essa juba fora de moda* no salão de Carlos Jambert, onde serviam champanhe às clientes, além de ensinar a usar cartão de crédito [recurso financeiro restrito aos muito ricos, na década de 1960]. Referindo-se a esse jeito da nova amiga, de cuidar da aparência e de se vestir com bom gosto, Dilma comentou admirada: *Você é uma feminista, Lara, a primeira que conheço* (p.59).

Tempos depois, em 2008, quando teve a certeza de que sairia candidata do PT nas eleições presidenciais, pediu o telefone do cirurgião plástico Sérgio Panizzon para modificar sua aparência e imagem, conforme relata Amaral:

As mudanças mais notáveis quando Dilma saiu da clínica de Panizzon eram nos olhos: estavam mais destacados depois de um procedimento que reduziu as pálpebras. Dilma substituiu os óculos por lentes de contato gelatinosas. [...] Panizzon afilou o nariz da ministra e fez sumir marcas de rugas acima dos lábios. Dilma completou a mudança com um novo corte de cabelo, que ganhou um tom vermelho-claro, no lugar do castanho escuro, e uma pequena franja sobre a testa alta (2011, p.185).

Dias após o tratamento quimioterápico do linfoma, que provoca queda dos cabelos, Dilma mandou a cabeleireira *raspar tudo de uma vez* (p. 192). Passou a usar perucas para disfarçar a calvície forçada durante oito meses. Quando o tratamento foi concluído com sucesso, a então candidata à Presidente do país dispensou *a peruquinha básica e mostrou, pela primeira vez, o cabelo natural que voltava a crescer num tom castanho mais escuro* (p. 205).

Para um sujeito político, com imagem inevitavelmente exposta publicamente, a imagem a ser criada perante os cidadãos eleitores é refletidamente construída para gerar efeitos de impressão e de sentido, conforme o interesse desse sujeito e de acordo com os padrões socialmente aceitos.

Podemos, como considerações conclusivas a propósito da minibiografia de Dilma Rousseff, indicar que os fatos aqui pinçados, dentre muitos outros contidos na biografia autorizada feita por Ricardo Amaral, visam atender as abordagens a serem feitas nas análises dos quatro discursos proferidos pela Presidente eleita. A seleção de alguns acontecimentos intenciona auxiliar na reflexão sobre a imagem de si provocada pela maneira de ser da Presidente brasileira, mesmo que esboçada indelevelmente, a partir de seu perfil de personalidade, temperamento, modos de falar, de agir e de se comportar.

Em nossas análises vamos utilizar as conclusões obtidas nesse capítulo sobre o modo rousseffiano de ser e estabelecer algumas relações, quando couber, com o *ethos* discursivo que emerge nos quatro discursos proferidos pelo sujeito enunciador, buscando levantar as convergências e os efeitos de adesão dos co-enunciadores.

CAPÍTULO III

CARACTERIZAÇÃO DE *ETHOS* DISCURSIVO DE DILMA ROUSSEFF

3.1. Delimitação e perspectiva adotadas neste estudo

A estratégia de análise dos discursos de Dilma Rousseff alinha-se com as abordagens de Maingueneau e Charaudeau e será norteadas pelos preceitos linguístico-discursivos para descrever a imagem de si construída pelo enunciador. O interesse maior deste estudo está nos efeitos de sentido produzidos pelos discursos escolhidos para análise, não havendo a intenção de defender este ou aquele ponto de vista, em geral bastante diversificado dentro do campo político. Será considerado o contexto sócio-histórico e político, onde está inserido o sujeito enunciador, dentro da descrição das cenas de enunciação, tentando encontrar visão menos subjetiva ou menos parcial.

Em todo estudo acadêmico e científico prevalece a criticidade e objetividade das ideias, conceitos e opiniões apresentadas, em busca de visão de conjunto e priorizando o saber e o conhecimento com vistas a ampliar a compreensão dos usos diversos da linguagem, os diferentes modos de dizer e de ser de cada falante da língua.

Com essa pequena introdução para situar este trabalho, recordamos que em qualquer obra o autor está presente em sua produção, o mesmo valendo para esta pesquisadora e para o sujeito enunciador dos discursos a serem analisados. Cada detalhe observado auxiliará na análise dos elementos que compõem o *ethos* discursivo que se destaca pela voz feminina.

Nos estudos linguísticos, busca-se considerar o fato de que qualquer meio de comunicação sempre está impregnado pela *posição social* dos seus interlocutores: o sujeito enunciador marca sua presença no próprio discurso que enuncia; o sujeito empírico tem sua identidade pessoal e social marcadas por sua condição de cidadão de modo indissociável em quaisquer das abordagens de sua caracterização (autor, sujeito histórico, sujeito ideológico, sujeito social, sujeito enunciador etc.). Há sempre uma autoria da obra produzida e (re)produzida.

Iniciamos os primeiros comentários, a partir da noção de interdiscurso de Maingueneau, destacando a abordagem mais geral dos discursos de Dilma Rousseff. Constatamos a relação (dialógica) existente entre vários espaços discursivos bem como a preponderância de um deles, o político, observando que nesse *embate* prevalece o discurso político em *primeiro*, por ter sido o espaço inicial e motivador do enunciador para a realização do mesmo, sendo fator da formação das cenas de enunciação; e, em *segundo*, destaca-se o discurso de voz feminina, por ser o espaço de interesse específico do enunciador em abordar determinados temas do universo feminino, além de se posicionar enquanto sujeito do gênero feminino.

Colocamos em itálico a condição de *primeiro* e *segundo* na tipologia dos discursos analisados por mero efeito didático, pois concordamos com Maingueneau (2008, p. 75), quando este afirma que não há hierarquias entre os planos discursivos, pois cada qual visa a *condensar o essencial da especificidade de um discurso*, importando, então, a consideração dos fundamentos semânticos do discurso, estando cada um dos planos integrados, tanto na ordem do enunciado, quanto na própria enunciação.

Assim, dentro dos espaços discursivos de cada um dos discursos selecionados, vamos mesclar as análises de vários planos discursivos, visando ao entendimento das estratégias adotadas pelo enunciador na construção da imagem de si.

Tomaremos como referência de organização das análises o seguinte procedimento metodológico: 1- descrição das cenografias de cada discurso selecionado pela perspectiva de Maingueneau; e 2- suas relações com a constituição dos vários tipos de *ethé* manifestados pelo enunciador pelas perspectivas de Maingueneau e de Charaudeau. Para cada descrição de cenografia (D1, D2, D3, D4) **será feita análise daquele respectivo discurso**, sendo os recortes ali selecionados referentes ao discurso em pauta e, em geral, na sequência em que foi enunciado. Haverá subdivisões de itens e abordagens sobre alguns planos discursivos, destacados por nós, quando possível, e quando do interesse para o estudo.

A estrutura de exposição dessa categoria de análise (*ethos*) será feita de modo similar para cada discurso, identificando as cenas de enunciação propos-

tas por Maingueneau (1997, p. 87): cena englobante, cena genérica e cenografia.

Em nosso estudo, a cena englobante refere-se ao tipo de discurso, assemelhando-se ao conceito de campo político, pelo fato de os parceiros envolvidos na comunicação obedecerem a um estatuto pragmático, de interação social comum ao mundo da política. Todavia, considerar somente a cena englobante é insuficiente para especificar as atividades discursivas nas quais se encontram engajados os sujeitos políticos (MAINGUENEAU, 2008, p. 116). A linguagem política possui elementos específicos que a caracterizam, como veremos mais adiante.

Já a cena genérica relaciona-se ao próprio ambiente político, às instâncias onde de fato operam as relações políticas de modo essencial (partidos políticos, Congresso Nacional, Assembleias Legislativas, Câmaras de Deputados, sindicatos, Ministérios, entre outros). A caracterização da cena genérica se dá pelas marcas do gênero do discurso político, especificando detalhes e particularidades do local de acontecimento de determinado discurso político, apresentando condições variáveis que vamos observar em cada uma das amostras escolhidas. As cenas englobante e genérica compõem o que Maingueneau chama de *quadro cênico do texto* em que se desenrola a cenografia.

Para nossos objetivos, a cenografia é mais relevante e determinante para a constituição do *ethos* discursivo. A exploração da cenografia em nossas análises nos permitirá compreender os processos de legitimação do que é dito: *a cenografia legitima um enunciado* (MAINGUENEAU, 2008, p.116) na mesma proporção em que o enunciado legitima a cenografia. Essa reciprocidade demonstra que a cenografia intervém na cena de enunciação e é instituída pelo próprio discurso.

Simultaneamente às descrições das cenografias, vamos investigar e destacar as manifestações de *ethos discursivo* produzidas pelo enunciador na sequência dos quatro discursos, apoiando-nos em outras categorias de análise trazidas por Maingueneau e Charaudeau. A exposição desses discursos está em ordem cronológica de acontecimento, o que nos facilita a verificação, se há ou não algum tipo de crescendo na maneira de dizer do enunciador e de, portanto, construir sua imagem perante os co-enunciadores.

3.1.1. Síntese dos macrotemas e microtemas dos discursos selecionados para análise

Buscando visão de conjunto das amostras de discursos para análise, listamos de modo sintético, na Tabela 1, os tópicos ou temas e subtemas tratados pelo enunciador em seus discursos:

Discurso	Macrotema	Microtemas
D1	Apresentação da Presidente eleita Dilma Rousseff e de seu plano de governo (discurso de posse)	Miséria, pobreza, reforma política, sistema tributário, economia, produção industrial e agropecuária, desenvolvimento regional, serviços essenciais, fome, desigualdade social, políticas públicas, investimentos público e privado, PAC, educação, saúde, segurança, pré-sal, ciência e tecnologia, cultura, meio ambiente, política externa, liberdades individuais, governabilidade.
D2	Política e relações internacionais	Presença feminina na ONU, crise econômica internacional, sistema financeiro, recessão, desemprego, crise política, problemas fiscais, cooperação, papel da ONU, economia brasileira, Conselho de Segurança da ONU, projetos humanitários, conflitos nos países árabes, direitos humanos, o Estado da Palestina, meio ambiente, pobreza, a questão da mulher.
D3	Promulgação de dois projetos de lei	Transparência política, acesso à informação, memória, verdade, exercício da cidadania, democracia, direitos humanos.
D4	Mulheres, gênero e empoderamento das mulheres	Direitos das mulheres, desenvolvimento sustentável, presença das mulheres na política, empreendedorismo, papel social da mulher, mercado de trabalho feminino, tarefas domésticas, pobreza, programas sociais, meio ambiente, acesso aos variados recursos naturais e aos serviços públicos de saúde, desigualdades de gêneros, tipos de violência, políticas para as mulheres.

Tabela 1 – Síntese dos temas e subtemas dos quatro discursos analisados

3.2. A relevância das cenografias na constituição de *ethos* nos discursos de Dilma Rousseff

3.2.1. Cenografia no D1: a abrangência na escolha dos temas

Partindo da identificação do campo discursivo de nossas amostras como sendo o da política, vamos especificar a forma de organização do espaço discursivo quanto à categoria *tema*, observando a integração semântica de todos os temas presentes no D1 e, em consequência, ir compondo a manifestação do *ethos* nos discursos de Dilma Rousseff.

Maingueneau (2008, p. 81) não adere à perspectiva de só haver tema único a ser analisado. Em realidade, há temas e subtemas que se hierarquizam no discurso, formando conjunto temático, que se desdobra, sendo perceptível em todos os pontos do texto. No D1 proferido no dia da posse de Dilma Rousseff como Presidente do Brasil, observamos que há vários tipos de temas abordados e desenvolvidos em relação de dependência e consonância com a cenografia.

Em visão geral, há ocorrência de múltiplos temas durante o pronunciamento, que podem ser analisados e agrupados segundo o ponto de vista e o projeto do enunciador, considerando o momento e o local de sua enunciação. Estabeleceremos a correspondência com os conceitos trazidos por Maingueneau (2008, p. 84) de que num *espaço discursivo [...] os temas se dividem em dois subconjuntos: os temas impostos e os temas específicos*.

Em termos de organização dos temas e subtemas, o método adotado pelo enunciador, no D1, é de distribuir os subtemas em grandes blocos de enunciados precedidos pelo tratamento *Queridos brasileiros e queridas brasileiras*. A cada início de novo assunto, o enunciador retoma a atenção dos co-enunciadores variando esse vocativo, sinalizando a mudança de subtema. Em determinado momento da enunciação inicia com *Queridos brasileiros e queridas brasileiras* quando o assunto é de interesse nacional, sem especificidades; em outro, começa com *Queridas brasileiras e queridos brasileiros*, quando o enunciador quer se dirigir especialmente às mulheres, priorizando o público feminino. Vejamos alguns recortes como exemplos:

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,
 Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa
 presidencial cingirá o ombro de uma mulher.
 [...]
 Queridos brasileiros e queridas brasileiras,
 Para enfrentar estes grandes desafios é preciso manter os
 fundamentos [da economia] que nos garantiram chegar até aqui.
 [...]
 Queridas brasileiras e queridos brasileiros,
 A luta mais obstinada do meu governo será pela erradicação da
 pobreza extrema e a criação de oportunidades para todos.
 [...]
 Queridas brasileiras e queridos brasileiros,
 Junto com a erradicação da miséria, será prioridade do meu governo
 a luta pela qualidade da educação, da saúde e da segurança.
 [...]
 Meus queridos brasileiros e brasileiras,
 Muita coisa melhorou em nosso país, mas estamos vivendo apenas o
 início de uma nova era. O despertar de um novo Brasil.
 [...]
 Queridos brasileiros e queridas brasileiras,
 Considero uma missão sagrada do Brasil a de mostrar ao mundo que
 é possível um país crescer aceleradamente, sem destruir o meio
 ambiente.

Destacamos a forma de tratamento aos cidadãos com o vocativo *que-
 ridas* e *queridos*, opção feita por esse enunciador diferente da utilizada pelos
 seus antecessores (ex. *companheiros* e *companheiras*, do ex-Presidente Lula;
minha gente, do ex-Presidente Fernando Collor). Aqui é possível observar um
 sinal bastante característico do universo feminino de utilizar maneira mais
 afetiva e acolhedora em comparação com os enunciadores masculinos, que
 raramente optam por esse tratamento.

Em primeira abordagem sobre *tema*, podemos considerar de modo sin-
 tético a existência de um tema central nesse discurso (posse e apresentação
 de plano de governo da Presidente), o qual se subordina à finalidade motiva-
 cional de cada enunciado específico abordado. Emergem constantemente, em
 torno desse tema central, subtemas que se hierarquizam desenhando as
 temáticas prioritárias (V. Tabela 1), destacadas pelo enunciador, conforme sua
 percepção para obter a adesão dos co-enunciadores e como convém em uma
 cerimônia de posse presidencial.

O trabalho de identificar os temas e subtemas acaba sendo possível pe-
 la própria FD que orienta o enunciado e na qual se situa o enunciador. O modo
 de olhar e compreender a composição da FD corresponde ao detalhamento do
 espaço discurso, conforme nos propõe Maingueneau (2008, p. 82-83). A forma

de entrelaçamento dos temas tratados no D1 obedece ao sistema de restrições semânticas comum ao discurso político. Para Maingueneau, o que é importante é o tratamento semântico dado ao tema e não necessariamente a literalidade das palavras, das expressões, do vocabulário, pois seu sentido se constitui nas relações que tais palavras mantêm com outras da mesma FD. Como acontece em vários campos discursivos (político, religioso, publicitário, jurídico, entre outros), os temas não são necessariamente novos e podem aparecer até mesmo nos discursos dos adversários.

No D1, a abertura do discurso feita pelo enunciador busca iniciar diálogo com a *nação* (palavra despersonalizada e representativa do conjunto dos co-enunciadores), a fim de referendar o macrotema relativo à sua própria apresentação enquanto enunciador assumindo a função de Presidente. Além disso, sinaliza os propósitos e propostas de governo, agora de modo oficial, em tom diferente dos enunciados feitos em campanha eleitoral. O fato de receber a faixa presidencial, em cerimônia protocolar, confere às palavras ditas, pela nova Presidente, compromisso de governar o país em nome de todos os brasileiros, eleitores seus ou não.

Os recortes a seguir ilustram a ideia de macrotema com a anunciação pelo próprio enunciador de suas avaliações, propostas e projetos políticos e sociais, para se (auto)apresentar perante aos co-enunciadores da nação:

Sinto uma imensa honra por essa escolha do povo brasileiro e sei do significado histórico desta decisão.

[...]

E sei que meu mandato deve incluir a tradução mais generosa desta ousadia do voto popular...

[...]

Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres, também possam, no futuro, ser presidenta...

[...]

Venho, antes de tudo, para dar continuidade ao maior processo de afirmação que este país já viveu.

[...]

Minha missão agora é de consolidar esta passagem [transição de governos] e avançar no caminho de uma nação geradora das mais amplas oportunidades.

No D1, o mais longo discurso proferido por Dilma Rousseff, dentre os quatro selecionados, os microtemas vão ganhando destaque e sendo trazidos em movimentos sequenciados, com o intuito de abarcar, e mesmo *costurar*, a maioria das temáticas de um programa de governo, refletidas como subtemas,

uma vez que o foco principal é sua *inauguração*¹⁶ enquanto enunciador desempenhando o papel de Presidente eleita. Esse conjunto de temas pertence ao *sistema de restrições* (MAINGUENEAU, 2008, p. 84) ao qual todo discurso está submetido, e no caso do discurso político, há *temas impostos* que todo enunciador vinculado à determinada FD *deve* abordar, sob o risco de não ser reconhecido ou compreendido por seus co-enunciadores.

No campo discursivo político, na perspectiva brasileira, os *temas impostos* dizem respeito à qualidade de vida dos cidadãos: emprego, fome, miséria, saúde, educação, entre outros. Assim, o enunciador desenha um cenário nacional otimista, utilizando assunto chave para iniciar o processo de adesão dos co-enunciadores, colocando em pauta a saúde econômico-financeira do país:

Vivemos um dos melhores períodos da vida nacional: milhões de empregos estão sendo criados; nossa taxa de crescimento mais que dobrou e encerramos um longo período de dependência do FMI, ao mesmo tempo em que superamos nossa dívida externa.

A partir do eixo político, desdobram-se os subtemas das áreas da economia, do social, da infraestrutura, do comércio internacional e nacional, entre outros. Entretanto, o enunciador escolhe abrir o leque desses vários assuntos de interesse de qualquer país, iniciando com a questão da *miséria*.

Reduzimos, sobretudo, a nossa histórica dívida social, resgatando milhões de brasileiros da tragédia da miséria e ajudando outros milhões a alcançarem a classe média.

O enunciador, consciente da estratégia de construção de seu discurso, conduz a hierarquização dos subtemas conforme seu propósito de efeitos de sentido nos *milhões de cidadãos brasileiros*, naquele momento desempenhando papel de co-enunciadores e de participantes da cerimônia. O enunciador quer falar para a nação, para o conjunto de cidadãos, e não somente para aqueles que a elegeram, pressupondo que falar inicialmente da *miséria* cativa os co-enunciadores por entender que seja a preocupação maior do país. Mantém a mesma linha central de programa político de seu antecessor (Luis Inácio Lula da Silva) bem como o enfoque populista do partido (PT) ao qual está afiliada.

¹⁶ Em inglês, *inauguration speech*, equivalendo a *discurso de posse*.

Não vou descansar enquanto houver brasileiros sem alimentos na mesa, enquanto houver famílias no desalento das ruas, enquanto houver crianças pobres abandonadas à própria sorte.

[...]

Em suma: temos que combater a miséria, que é a forma mais trágica de atraso, e, ao mesmo tempo, avançar investindo fortemente nas áreas mais sofisticadas da invenção tecnológica, da criação intelectual e da produção artística e cultural.

[...]

O meu governo continuará engajado na luta contra a fome e a miséria no mundo.

A partir dos temas *fome* e *pobreza*, mundialmente propagados sobre os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, o enunciador faz discurso tipicamente político, no qual comumente são usados de modo estereotipado os *slogans*, as imagens consolidadas no imaginário popular, os chavões de propaganda e *marketing*, recursos sabidamente manipulados pelo cidadão político para alcançar efeitos de sentidos de acordo com seus propósitos eleitorais ou de manutenção no cargo.

Conjugado a esse modelo de discurso político frequentemente observado nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, o tratamento semântico dado a esse tema recorrente da miséria ajuda a construir o *ethos* populista, de imagem do enunciador com conotação de *salvador* dos pobres, de *justiceiro* contra a pobreza *desumana*. A maneira de operar o *ethos* pela perspectiva das emoções (*pathos*) comove os co-enunciadores menos críticos, menos atentos a esses efeitos de linguagem, deixando-se levar pela comoção patêmica, bastante explorada pelo perfil de político com características populistas.

Conforme comenta Charaudeau (2011, p. 16), *um político que queira suscitar a imagem de um indivíduo aberto e simpático pode ser percebido como um demagogo*. Pensar sobre o *ethos* de demagogia traz à tona o perfil tipicamente conhecido do político, de falar o que o cidadão quer ouvir, tornando seu dizer algo *mostrado* (*dizer é fazer*), promove o efeito de sedução e persuasão. Adentra no jogo de máscaras sociais e aparências, transmitindo uma imagem de seu estilo de governar como sendo o modo ideal e democrático (*para o povo, pelo povo e em nome do povo*).

A escolha por esse estereótipo do modo de agir do político está aderente à identidade social do enunciador, pois se sintoniza com a visão global

percebida em outros países no mundo sobre o ser político. Note-se que esse modo de ser e de dizer não é exclusivo do sujeito enunciador de voz feminina, podendo ser encontrado o mesmo traço de caráter nos discursos de enunciador de voz masculina.

O problema da pobreza e da fome está em pauta em diversas nações do mundo, alcançando as preocupações atuais da ONU¹⁷, que possui programa estratégico (um de seus *slogans*) de ressaltar ou de tratar essas problemáticas sociais como forma, inclusive, de sustentar a própria imagem de agir e mostrar as ações feitas por aquele organismo.

Outro subtema que destacamos, sintetizado pelo imaginário social, engloba as avaliações, julgamentos e percepções feitas pelo enunciador sobre o povo brasileiro.

No ambiente político, o comportamento discursivo dos sujeitos políticos constitui algo criado idealmente, pertencente ao plano do imaginário ou, conforme Charaudeau (2011), pertence a sistema de saber constituído pelos *imaginários sociodiscursivos*, não correspondendo, necessariamente, ao comportamento real e efetivo.

Conforme Charaudeau (2011, p. 197), o sistema de saberes constitui representações das *maneiras de ver* (discriminar e classificar) e de *julgar* (atribuir um valor) o mundo, mediante *discursos* que engendram *saberes*, responsáveis pela elaboração de sistemas de pensamento, misturas de conhecimento, de julgamento e de afeto, identificáveis no seguinte recorte do D1:

É preciso, antes de tudo, criar condições reais e efetivas capazes de aproveitar e potencializar, ainda mais e melhor, a imensa energia criativa e produtiva do povo brasileiro.

O enunciador, enquanto sujeito político, ao usar a expressão *a imensa energia criativa e produtiva do povo brasileiro*, mobiliza seu *ethos* para ressaltar valores pertencentes ao domínio das representações sociais partilhadas, refletindo o sistema de pensamento e de saberes disseminados na cultura

¹⁷ Por meio de vários órgãos ligados à ONU, há campanhas mundiais para defender e incentivar a melhoria de qualidade de vida de milhões de cidadãos do mundo vivendo em nível abaixo da pobreza. Exemplo: *Pensar. Comer. Conservar*, nova campanha do PNUMA e da FAO contra o desperdício alimentar (<http://www.onu.org.br/pensar-comer-conservar-nova-campanha-do-pnuma-fao-e-parceiros-contr-o-desperdicio-alimentar/>). Acesso em: 14 jun. 2013).

brasileira. A ideia de que o povo brasileiro é criativo e produtivo pertence ao conjunto dos *saberes de crença*. A compreensão dos co-enunciadores desse conteúdo dito no discurso pelo enunciador só vai ocorrer se ambos compartilharem o mesmo sistema de crença. A atribuição de valor ao que é dito pelo enunciador depende das circunstâncias ou do contexto social, exigindo a força da credibilidade para garantir o efeito de sentido desejado pelo enunciador (CHARAUDEAU, 2011, p. 181). Em razão desse aspecto, o enunciador justifica seu posicionamento aprofundando a questão social, a exemplo do seguinte recorte:

No plano social, a inclusão só será plenamente alcançada com a universalização e a qualificação dos serviços essenciais. Este é um passo, decisivo e irrevogável, para consolidar e ampliar as grandes conquistas obtidas pela nossa população.

A inclusão social depende de circunstâncias sociais que demarcam tanto as condições de produção discursiva, sobre a qual é examinada a cena de enunciação, quanto as condições de *universalização e qualificação dos serviços essenciais* para a população. Considerar a realização dessas condições de modo *decisivo e irrevogável* fornece ao enunciador um *status* de líder, envolto em atmosfera do ser capaz de *consolidar e ampliar as grandes conquistas*, dando-lhe um *ethos* de autoridade e competência. Elogiar as conquistas obtidas pela *nossa população* enaltece os co-enunciadores que vão, reciprocamente, enaltecer a construção da imagem do próprio enunciador.

Recortamos outro momento onde há identificação e mostra de valores pessoais assumidos pelo enunciador, agora no âmbito da política externa, a partir dos quais quer estender a toda a nação brasileira:

Nossa política externa estará baseada nos valores clássicos da tradição diplomática brasileira: promoção da paz, respeito ao princípio de não-intervenção, defesa dos Direitos Humanos e fortalecimento do multilateralismo.

No recorte acima, o enunciador referenda seu posicionamento por meio da situação de comunicação, a qual contribui e ao mesmo tempo interfere nas condições de produção do discurso. As diretrizes da política externa emanam do poder Executivo, sediado em Brasília-DF, local onde ocorre a situação de comunicação, situada na área externa ao Palácio do Planalto, local da cerimô-

nia de posse. Além das autoridades governamentais, civis e militares ali presentes, há um público assistindo presencialmente e, ainda, um público acompanhando simultaneamente por meio das mídias, rádio ou televisão.

Portanto, há um conagraçamento entre vários co-enunciadores em diferentes locais espalhados pelo país inteiro, colocando em holofote o enunciador vestindo a função de autoridade máxima do país. Suas palavras adquirem valor diferenciado, sem a conotação comum de uma interlocução coloquial por estarem inseridas no campo discursivo político, moldado pelas representações sociais, possuindo *status* e autoridade *autorizados* e instituídos socialmente. Ciente desse seu papel, Dilma Rousseff aciona em seu discurso modos de dizer carregados de valores e saberes pertencentes ao sistema de crença da população em geral, o que lhe confere o estatuto de enunciador legítimo e com credibilidade.

Enquanto o sistema de saberes baseia-se no conhecimento científico, o sistema de crença se sustenta no julgamento sobre o mundo, ou seja, nos valores que os cidadãos e a população em geral lhe atribuem e não ao conhecimento. Cabe ao sujeito político erigir como norma universal - o que dependeria do conhecimento -, aquilo que não é senão uma norma de moral que depende da crença: *ele procura fazer com que uma verdade de crença se passe por verdade de conhecimento* (CHARAUDEAU, 2011, p. 199). Exemplo disso está no recorte do D1 a seguir:

Que podemos ser, de fato, uma das nações mais desenvolvidas e menos desiguais do mundo - um país de classe média sólida e empreendedora.

Uma democracia vibrante e moderna, plena de compromisso social, liberdade política e criatividade institucional.

[...]

Uma nação com a marca inerente da cultura e do estilo brasileiros --o amor, a generosidade, a criatividade e a tolerância.

Desse modo, o que verificamos na estratégia do enunciador nesse discurso, e nos outros escolhidos, a utilização de temas, vocabulário, expressões de conteúdos típicos do sistema de crença sendo usados com o *status* de saber ou com valor de verdade em consonância ao propósito de, primeiro, obter a adesão dos co-enunciadores, e, segundo, para amplificar os efeitos de sentidos daquilo que é dito. Seu *ethos* se constrói sobre esse eixo de objetivos.

Já se antecipando a possível contraponto ao que está dizendo, o enunciador explicita os pontos extremos, percorrendo a delimitação tênue que divide a teoria da prática, a utopia da realidade, o concreto do abstrato, conforme vemos no D1, a seguir:

O ser humano não é só realização prática, mas sonho; não é só cautela racional, mas coragem, invenção e ousadia. E esses são elementos fundamentais para a afirmação coletiva da nossa nação.

Nesse recorte, o enunciador aprofunda seu modo de dizer, expondo sua maneira de ser associada aos valores pessoais declarados. Descortina a imagem de sujeito político, de modos de dizer contendo *chavões* e estilo *padronizado* para expressar algo mais humanizado, visando à constituição de seu *ethos*. O universo de crenças, até então apresentados, espelhavam a opinião mais geral de seu futuro governo, das posições manifestadas pelo seu partido. Nesse momento, há uma marca singular, relevante, que auxilia na construção da imagem de si.

Aspectos como *realização prática*, *sonho*, *cautela racional* adquirem valor e sentido correspondente ao perfil do *modus operandi* de gerenciar e de administrar, exemplificados pelos vários cargos e funções que Dilma Rousseff exerceu, conforme relatado no capítulo II em sua minibiografia. No entanto, a introdução, nesse momento, das palavras *coragem*, *invenção* e *ousadia* sinalizam característica de personalidade de um enunciador específico, que quer mostrar sua face de modo único, especial, forte e diferenciado.

Uma razão para tal atitude está no fato de reconhecer-se como a primeira mulher a assumir a presidência do Brasil, tendo como responsabilidade dupla obter sucesso e realizações dos projetos programados: primeiro, enquanto sujeito político investido do cargo de Presidente; segundo, enquanto mulher, pioneira na função e rompendo uma tradição secular no Brasil, país que fora sempre governado por homens. Está ciente da carga de responsabilidade aumentada pelo fato de ser mulher rompendo o peso da tradição e dos saberes de crença impostos social e culturalmente.

Desse modo, para construir *ethos* de mulher forte e capaz usou da estratégia de adotar a linguagem com esses *elementos fundamentais para a afirmação coletiva da nossa nação* (frase destacada do recorte anterior), agora

corporificada em sua pessoa. Conforme a ideia de corporalidade trazida por Maingueneau (1997), o enunciador assume discursivamente de tal maneira seu novo papel chegando a incorporar as qualidades percebidas em si às qualidades de um chefe de nação observadas por todos, fundindo-se em uma só imagem de si segundo o conjunto de valores compartilhados social e previamente.

A perspectiva dicotômica gerada pela oposição das palavras *realização prática* e *sonho*, marcada pela conjunção adversativa *mas*, contrapõe o concreto ao abstrato, o fazer em contraste com o sonhar, indicando a união entre o real e o imaginário, o sentido do trabalho e o sentido do pensar sobre as ações e possibilidades melhores de vida.

Tal característica presente na essência humana, ao ser expressa pelo enunciador, nessa cenografia, impõe nuances de sentidos correlacionadas ao universo feminino, podendo assumir uma dimensão amplificada para realçar sua imagem de *coragem* e *ousadia*, qualidades incomuns no perfil feminino e que, presumivelmente, conquista a adesão dos co-enunciadores, reforçando sentimentos de confiança, capacidade e competência. O equilíbrio entre essas forças opostas fornece um *ethos* de credibilidade e autoridade em contraste com o estereótipo de mulher, culturalmente percebida como *sexo frágil* ao longo dos milênios.

3.2.1.1. A interdiscursividade influenciando na construção do *ethos*

No D1, aparece, em uma das poucas vezes, a marca da interdiscursividade, verificada pela citação direta de um escritor brasileiro, mineiro, denominado simplesmente de *poeta* pelo enunciador:

Recorro a um poeta da minha terra: *o que tem de ser, tem muita força.*

Trata-se de referência a Guimarães Rosa, recorte de sua obra *O grande sertão: veredas*. Esse autor brasileiro, favorito de Dilma Rousseff, conforme observado em sua minibiografia, é, ao lado de outro poeta e filósofo grego, Cícero (citado no D3), os únicos referenciados nesses quatro discursos selecionados.

O recurso da citação direta fortalece o próprio argumento ou crença pessoal do enunciador, no intuito de dar *maior peso* ao seu ponto de vista, emoldurando com verdade e autoridade o que é dito (MAINGUENEAU, 1997, p. 86). Nessa citação direta, o enunciador distancia-se do co-enunciador, ficando *ausente*, ao projetar o seu *não eu* da responsabilidade daquilo que é dito. Traz a presença de outro (o autor da citação) com autoridade maior – consagrado escritor brasileiro – para corroborar o que é dito.

A noção de intertexto (citação de texto dentro de outro) serve para legitimar a autoridade argumentativa do enunciador dentro de seu campo discursivo. Dito de outra forma, a citação legitima a FD à qual o discurso pertence. Tem função de estabelecer o diálogo entre os conceitos e ideias apresentadas, e funciona como argumento na enunciação.

A escolha das palavras de Guimarães Rosa para entrelaçar-se com seu discurso de posse chancela o propósito de construção de imagem de si de *força* e de *coragem*, *ethos* que transparece claramente nesse discurso D1, com a perspectiva de construir imagem de si de mulher forte, corajosa. Notamos esforço do enunciador em desconstruir o estereótipo feminino de *fragilidade*, fixado no imaginário e nos *saberes de crença* por parte de alguns co-enunciadores, mostrando pelo seu modo de dizer e nas escolhas das palavras a afirmação de ter a *força* e a *competência* para governar o país.

A escolha da citação direta de Rosa pode ser examinada como desvelamento do caráter do sujeito enunciador ao destacar o elemento *coragem* na construção de seu *ethos*. Se fizermos um paralelo entre o caráter mostrado no discurso do enunciador com o texto de Ricardo Amaral (2011), a respeito da biografia de Dilma Rousseff, a coragem se mostra presente em ambos os discursos, tendo a coragem como essência de caráter. Tal característica de Dilma Rousseff trazida por Amaral relaciona-se à participação política da presidente desde a juventude, além de também relacionar ao seu modo de desempenhar a carreira pública como gestora municipal, estadual e federal. Acrescente-se a esse fato elementos da história pessoal da presidente, a exemplo dos dias vividos em cárcere durante o regime militar, são momentos carregados de *coragem*.

Mais adiante, em outro recorte, o enunciador retoma a fala de Rosa para reiterar seu modo de dizer buscando a adesão dos co-enunciadores:

Recorro mais uma vez ao poeta da minha terra:
 “O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria,
 aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer
 da gente é coragem”. [D1]

Tal recorte, da mesma obra de Guimarães Rosa, *O grande sertão: veredas*, citado no fim do D1, também aparece ao final de livro da biografia de Dilma Rousseff, escrita por Ricardo Amaral. A finalização dos dois discursos com a mesma referência evidencia o traço principal de caráter manifestado tanto pelo enunciador do D1 quanto pela cidadã Dilma Rousseff. O primeiro quer construir imagem de si positiva para seus co-enunciadores, capaz de governar o país e de marcar presença inédita no cargo da presidência pelo fato de ser *mulher*; o segundo, quando autoriza seu biógrafo, Ricardo Amaral, a mostrar para os leitores sua biografia, deixa construir um *ethos* de personalidade política histórica e, em ambos *ethé*, corporificam o sentimento de *coragem*. A interdiscursividade se mostra como instrumento de construção de autoimagem, ao usar da citação direta, escolhendo determinadas palavras. O efeito de sentido desejado é despertar reação emocional nos co-enunciadores e nos leitores do livro de seu biográfico, ciente dos efeitos patêmicos discursivos.

Mais adiante em seu discurso, o enunciador acrescenta a esse *ethos* de coragem outra faceta da imagem de si que quer mostrar: o *ethos* de humildade, o qual será analisado a partir do seguinte recorte:

Esta não é tarefa isolada de um governo, mas um compromisso a ser abraçado por toda sociedade. Para isso peço com humildade o apoio das instituições públicas e privadas, de todos os partidos, das entidades empresariais e dos trabalhadores, das universidades, da juventude, de toda a imprensa e das pessoas de bem.

A expressão *peço com humildade* mostra a estratégia do enunciador em posicionar-se diante dos co-enunciadores pertencentes a vários grupos: políticos, empresários, mulheres, cidadãos do gênero masculino em geral, para citar alguns. O primeiro efeito de sentido é mostrar a disposição de trabalhar em parceria com diversas instâncias da sociedade em condição de irmandade, no espírito de *união de forças* para atingir os resultados positivos para o país. Entretanto, há outro efeito de sentido que pode ser entendido, de significar um

modo de dizer clichê, típico das autoridades políticas, demagógicas, eleitoreiras, que falam e prometem ações que não poderão ser cumpridas ou de fato realizadas.

A simples explicitação de tal enunciado com essa característica já implica a vontade do enunciador em assumir conduta, ter um posicionamento explicitado indicando não alimentar em si a imagem de superioridade perante a nação, mas sim, possivelmente, manifestar a vontade de governar com as demais instituições públicas e privadas, despojada de viço autoritário, na crença de *compromisso a ser abraçado por toda a sociedade*.

Ressaltamos que a palavra *humildade*, manifestando *ethos* de humildade, será usada três vezes, dentre os quatro discursos escolhidos, conforme veremos mais adiante.

3.2.1.2. Enunciador de gênero feminino

Em determinados momentos do discurso são usados recursos patêmicos para auxiliar na construção de imagem de si pelo enunciador. *Ethos* e *pathos* se integram em harmonia, maneira de dizer facilmente encontrada na esfera política. O próprio conceito do ser político socialmente construído contempla a conjugação de linguagem emocional e subjetiva, às vezes beirando a dramatização, com a linguagem objetiva dos afazeres e propósitos da governança e administração de um país. Exemplo dessa chispa patêmica no D1, quase poética, é observável no seguinte recorte:

Sei, também, como é aparente a suavidade da seda verde-amarela da faixa presidencial, pois ela traz consigo uma enorme responsabilidade perante a nação.
Para assumi-la, tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira. Abro meu coração para receber, neste momento, uma centelha de sua imensa energia.

Expressões como *suavidade da seda verde-amarela, abro meu coração, uma centelha de sua imensa energia* provocam efeitos sensibilizadores nos co-enunciadores, indicando que o sujeito enunciador está sendo guiado por sua própria sensibilidade e subjetividade. O discurso político relaciona-se com a paixão (*pathos*) e com a razão (*logos*), mas também com uma imagem (*ethos*) (CHARAUDEAU, 2011, p. 94) e quando o enunciador se utiliza de expressões

com efeitos de sentido desloca o imaginário dos co-enunciadores na direção do sentimento e não mais da razão.

O que se pode entender dessa maneira de dizer, dita logo no início do discurso, é a vontade do enunciador em promover aproximação interativa, capturando o co-enunciador pelo envolvimento emocional, *suave*, delicado, tentativa de atenuar a responsabilidade assumida naquele momento único, de posse na condição de chefe do país, cargo máximo e de máximo poder nos caminhos da governança.

Contudo, quando enunciador afirma: *Para assumi-la, tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira*, ao se referir à responsabilidade do cargo assumido, traz o destaque da marca e da presença de figura feminina como modelo de comportamento e atitude valorizados pelo sujeito enunciador. Tal referência oferece pistas de elementos constitutivos do universo feminino. A escolha das palavras e a forma de construção dos sintagmas evidenciam a expressão da presença feminina. O enunciador reforça a ideia de pertencer ao gênero feminino, buscando distinguir-se de seus antecessores, todos eles do gênero masculino. O marco histórico do acontecimento da posse presidencial torna-se sua marca a ser explorada enquanto imagem de si.

Essa condição feminina do enunciador fica explicitada no seguinte recorte do D1:

Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres, também possam, no futuro, ser presidenta; e para que --no dia de hoje-- todas as brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher.
Não venho para enaltecer a minha biografia; mas para glorificar a vida de cada mulher brasileira. Meu compromisso supremo é honrar as mulheres, proteger os mais frágeis e governar para todos!

A escolha de expressões de efeito de sentido e que remetem à emoção ou aos sentimentos de orgulho, honra, vaidade, são, a rigor, patemizações indicadoras do universo de valores do enunciador. Pela noção de *ethos* trazida por Charaudeau, o entendimento da seleção de determinadas palavras, exemplificada no recorte acima, conduz a recepção por parte dos co-enunciadores para a construção de imagem de mulher de caráter, mulher-símbolo, assumindo papel de transcendência. Com isso, extrapola a imagem de enunciador de voz feminina para ousar construir no imaginário dos co-enunciadores a figura de

ethos feminino atribuída para si mesma, mesclando sua identidade discursiva com a identidade social de sujeito empírico.

Os verbos *sentir orgulho*, *enaltecer*, *glorificar*, *honrar*, *proteger* contêm significados semânticos do universo de valores compartilhados entre os enunciadores e os co-enunciadores no âmbito comportamental e de efeito moral. O sujeito possui conhecimento prévio sobre os atributos valorizados socialmente e adotados pelos interlocutores a quem se dirige durante o discurso. Apresenta-se como solidário dos mesmos valores, expressando-os da maneira que esses co-enunciadores apreciam ou referendam.

O ato de sentir orgulho e expressar esse sentimento representa maneira de o enunciador estabelecer uma promoção identitária de si, visando construir a força de seu *ethos*, pois, em geral, o orgulho confere, a quem o pratica, caráter altivo, soberbo, forte, de quem jamais sucumbe. Como afirma Charaudeau (2011, p. 87) *o ethos é como um espelho no qual se refletem os desejos uns dos outros*.

Os elementos utilizados pelo enunciador para construir sua imagem, tentando apagar a visão desfavorável existente sobre a figura feminina no poder, apoiam-se na referência a aspectos positivos ou a pessoas conhecidas e *bem avaliadas* social e politicamente e que possam auxiliar na constituição pretendida de *ethos*.

Associando essa questão da figura feminina com o recorte abaixo:

E sei que meu mandato deve incluir a tradução mais generosa desta ousadia do voto popular que, após levar à presidência **um homem do povo**, decide convocar uma mulher para dirigir os destinos do país.

O enunciador explicita a discussão sobre as diferenças entre homem e mulher quando evoca a figura de seu antecessor, *um homem do povo*. A palavra *homem* adquire aqui sentido ambíguo: pode expressar o modo genérico de referência ao ser humano e ao sujeito político do gênero masculino, e, também, à figura pessoal do ex-Presidente Lula, um cidadão trabalhador, metalúrgico, que chegou a ocupar o mais alto cargo de um país, ideia observada no recorte do D1, a seguir:

Venho para consolidar a obra transformadora do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, com quem tive a mais vigorosa experiência

política da minha vida e o privilégio de servir ao país, ao seu lado, nestes últimos anos.

De um Presidente que mudou a forma de governar e levou o povo brasileiro a confiar ainda mais em si mesmo e no futuro do seu País.

Notamos, além do sentimento de gratidão pelo apoio fundamental recebido em campanha, compromisso de continuidade de governo ao enunciar que veio *para consolidar a obra transformadora do Presidente Luis Inácio Lula da Silva*. Esse elemento contribui para a formação de sua própria imagem de mulher-chefe do país, agora ocupando o lugar do presidente anterior, com quem teve *a mais vigorosa experiência política*, reforçando o sistema hierárquico das forças políticas de representação atualmente vigentes.

No entanto, transparece nessa maneira de dizer certo traço de *orgulho* íntimo por receber os votos *ousados* dos eleitores, elevando o sujeito enunciador à condição de primeira mulher Presidente do Brasil:

E sei que meu mandato deve incluir a tradução mais generosa desta ousadia do voto popular que, após levar à presidência um homem do povo, decide convocar uma mulher para dirigir os destinos do país [D1].

Um duplo efeito estratégico obtido para a construção positiva de sua imagem ocorre quando enaltece seu antecessor, colocando-o em mais alta avaliação, e, ao mesmo tempo acrescenta que, ao seu lado, teve *a mais vigorosa experiência política da minha vida e o privilégio de servir ao país*. Destacar as qualidades de seu antecessor lhe dá, em contrapartida, mais pontos positivos na construção de *seu ethos*, uma vez que o ex-Presidente Lula possui ampla popularidade.

No próximo recorte, é apresentado um dos poucos momentos em que o enunciador deixa marcado sentimento pessoal expresso por sinais gráficos de pontos de exclamação, quando se sensibiliza especialmente pela conduta do ex-Vice-Presidente, José de Alencar. O indicativo de emoção refere-se ao ato de José de Alencar insistir e perseverar no tratamento contra um câncer que o acometeu, avaliado pelo enunciador como um ato de coragem e de força.

Quero, neste momento, prestar minha homenagem a outro grande brasileiro, incansável lutador, companheiro que esteve ao lado do Presidente Lula nestes oito anos: nosso querido vice José Alencar. Que exemplo de coragem e de amor à vida nos dá este homem! E

que parceria fizeram o Presidente Lula e o Vice-Presidente José Alencar, pelo Brasil e pelo nosso povo! [D1]

Tal alusão à doença de Alencar é assumida como conhecimento prévio pelo enunciador em relação aos co-enunciadores. Observamos, por esse modo de dizer emocionado, traduzido para a linguagem escrita pelo sinal gráfico de exclamação, uma identificação empática entre enunciador e o ex-Vice-Presidente quanto ao modo de lidar com uma doença grave, pois o próprio sujeito enunciador vivenciou experiência semelhante ao lidar com o tratamento de um linfoma meses antes da campanha eleitoral, conforme relatado na minibiografia de Dilma Rousseff.

O exemplo de força de vontade manifestada por José de Alencar, ao ser destacado e elogiado, funciona como reforço da própria construção de seu *ethos* de força, dentro da perspectiva de Charaudeau, pois o enunciador valoriza essa qualidade de caráter e insiste em mostrar tal traço aos seus co-enunciadores. Uma forma de uma mulher se mostrar à altura da expectativa de uma nação sobre sua capacidade é equiparar-se aos governantes bem-sucedidos do gênero masculino. Dessa forma, o *ethos* de força e de coragem é construído lateralmente: ao valorizar o *modo de ser* do outro, cria condição favorável para a construção de imagem de si de mesmo valor positivo.

Eu e Michel Temer nos sentimos responsáveis por seguir no caminho iniciado por eles.
Um governo se alicerça no acúmulo de conquistas realizadas ao longo da história [D1]

Dentro da concepção de *ethos* proposta por Charaudeau, o recorte acima exemplifica a imagem de credibilidade e de seriedade construída pelo enunciador autoconsciente de seu papel social e da responsabilidade outorgada pelos eleitores. Demonstra posicionamento com visão de conjunto e de futuro, descortinando um horizonte amplo e possível de realizações segundo suas ações projetadas e futuras. Esse compromisso assumido pelo enunciador, mostrando-se como mero instrumento de governança para os eleitores fiéis e os diversos cidadãos, evoca uma imagem de despojamento pensado, comedido, cuidadosamente trabalhado para gerar nos co-enunciadores o efeito de competência, *apesar de ser mulher*, como poderiam pensar alguns cidadãos masculinos de perfil específico, de caráter chauvinista.

No recorte a seguir, observamos no tom discursivo do enunciador a presença de *ethos* de sucesso manifestado pela ânsia de melhoria de vida e de mudança de patamar social daqueles que ainda se encontram na miséria:

Só assim poderemos garantir, aos que melhoraram de vida, que eles podem alcançar mais; e provar, aos que ainda lutam para sair da miséria, que eles podem, com a ajuda do governo e de toda sociedade, mudar de patamar.
Que podemos ser, de fato, uma das nações mais desenvolvidas e menos desiguais do mundo - um país de classe média sólida e empreendedora.

A vontade de obter sucesso para o país se espelha no desejo de sucesso pessoal frente à presidência da República, matizando cores otimistas para o futuro do país. O enunciador expressa seu universo de crença ao colocar seus ideais de transformar as camadas mais pobres da população em *um país de classe média sólida e empreendedora*, buscando o atendimento pleno dos anseios mais profundos de qualquer cidadão brasileiro para a situação de desigualdades sociais no país.

Uma democracia vibrante e moderna, plena de compromisso social, liberdade política e criatividade institucional [D1].

Todavia, esse *descolamento da realidade* de certa forma é coletivo, pois, outros tantos co-enunciadores compartilham esse sonho, esse ideário, e se sentem representados pela fala da Presidente. O enunciador acerta ao utilizar esse recurso emocional do *mundo do futuro*, imagem idealizada (por que não dizer estilizada?) do país, fazendo com que enunciador e co-enunciadores compartilhem de um mesmo projeto social, sendo reforçado também o propósito de aumentar as adesões.

Em recorte mais adiante, o enunciador volta ao tema da pobreza, mas, dessa vez, discursando em tom de crítica modalizada pelo verbo *envergonhar*, que desloca o eixo da discussão para o carregamento da emoção, e não da racionalidade, pois, a escolha do modo de dizer por meio do *sentir vergonha* é expressão de *pathos*. Aqui, a crítica adquire contornos mais suaves, não sendo discutidas as verdadeiras causas da situação:

Uma expressiva mobilidade social ocorreu nos dois mandatos do Presidente Lula. Mas, ainda existe pobreza a envergonhar nosso país e a impedir nossa afirmação plena como povo desenvolvido [D1].

O uso da conjunção adversativa *mas* contém duplo valor: ao mesmo tempo em que atenua o problema social também coloca as preocupações pessoais do enunciador expressas no sentido do *ainda*. A Presidente cuida para não querer expor a incompletude das ações do governo antecessor e, simultaneamente, quer mostrar o foco a ser enfrentado em seu governo.

Para tanto, seu modo de dizer transcorre com a utilização de recursos patêmicos, lançados para o efeito de sentido desejado, como no recorte a seguir, alinhado dentro de uma perspectiva do universo feminino:

Não vou descansar enquanto houver brasileiros sem alimentos na mesa, enquanto houver famílias no desalento das ruas, enquanto houver crianças pobres abandonadas à própria sorte. O conagraçamento das famílias se dá no alimento, na paz e na alegria [D1].

Com o propósito de marcar presença com caráter feminino, o enunciador explora o léxico do espaço discursivo feminino para construir *ethos* de empatia e de adesão aos co-enunciadores mulheres. Destacamos o uso de determinado grupamento de palavras, em geral conjugadas num mesmo campo lexical do universo feminino, como estas: alimentos, mesa, família, crianças, abandonadas, conagraçamento, paz, alegria.

A composição lexical em um só parágrafo, encabeçada pela frase *não vou descansar enquanto houver brasileiros...* mostra a posição do enunciador caracterizada pelo sentimento protetor típico da natureza materna das mulheres, de velar incansavelmente, ao lado de um filho enfermo ou necessitado. Os *brasileiros sem alimentos na mesa*, as famílias sem teto, as *crianças abandonadas* assumem, alegoricamente, o papel de criança enferma, necessitada de cuidados maternos especiais, que serão providos por ele, enunciador, disposto a exercer a função. O instinto materno expressa o *ethos* do lado feminino do enunciador.

Essa parte do discurso termina com o seguinte argumento enfático e emocionado, expresso pelo sinal gráfico de exclamação em evidente recurso patêmico sinalizado na forma escrita, conforme transcrito a seguir:

E este é o sonho que vou perseguir!

Por fim, é no encerramento do discurso D1 que o enunciador se mostra personalizado em suas características femininas, trazendo elementos correlacionados ao sujeito empírico (a mulher cidadã), ao aludir a seu passado político, na juventude:

Dediquei toda a minha vida a causa do Brasil. Entreguei minha juventude ao sonho de um país justo e democrático. Suportei as adversidades mais extremas infligidas a todos que ousamos enfrentar o arbítrio. Não tenho qualquer arrependimento, tampouco ressentimento ou rancor. Muitos da minha geração, que tombaram pelo caminho, não podem compartilhar a alegria deste momento. Divido com eles esta conquista, e rendo-lhes minha homenagem.

Sua maneira de dizer mostra-se franca, transparente, aberta em relação ao seu passado de militante política em luta armada, sem *arrependimento, ressentimento ou rancor*, buscando homenagear os outros colegas *que tombaram pelo caminho*. É nesse momento que retoma a noção de coragem enquanto fator de superação e de conquistas pessoais, e que pretende transportar para as conquistas de todos os brasileiros.

Mais adiante, o enunciador acrescenta que só a coragem não é suficiente e associa o carinho enquanto ferramenta de equilíbrio para a construção das relações interpessoais e interinstitucionais de boa qualidade, quando se expressa da seguinte maneira:

É com esta coragem que vou governar o Brasil.
Mas mulher não é só coragem. É carinho também.
Carinho que dedico a minha filha e ao meu neto. Carinho com que abraço a minha mãe que me acompanha e me abençoa.

Incluir com destaque o conceito de *carinho* ao lado do conceito de *coragem*, em relação dicotômica entre afeto e força, denota a face feminina do enunciador, compondo o universo de valores e de crenças a partir do qual enuncia seus propósitos de governo e seu modo de fazê-lo. Da mesma forma como trata carinhosamente e com consideração a própria família, mãe e filha, compromete-se a fazer o mesmo com o povo brasileiro, evidenciando *ethos* de mãe, de protetora, cuja ideia é revelada em tom quase apoteótico no parágrafo seguinte do D1:

É com este mesmo carinho que quero cuidar do meu povo, e a ele - só a ele - dedicar os próximos anos da minha vida.

O modo de amplificar os valores pessoais e familiares para o valor expandido do tamanho do povo brasileiro envolve e cativa, culminando como argumento definitivo para a conquista de adesão dos co-enunciadores. A noção implícita de dedicação de *corpo e alma* por parte do enunciador contribui para o aspecto da corporalidade discursiva, mencionada por Maingueneau (1997), a qual adquire dimensão do tamanho da nação brasileira, insinuando que, dentro de um coração de mulher, sempre reside o sentimento da grandeza do amor de mãe.

Explorar essa vertente do mundo feminino consiste em estratégia inco- mum na tradição dos discursos políticos de brasileiros, demarcando aqui um novo estilo discursivo de voz feminina e, portanto, uma singularidade na caracte- rização do *ethos* discursivo de voz feminina ao dar destaque às temáticas específicas da mulher brasileira e às questões relativas ao gênero feminino.

3.2.2. Cenografia no D2: a imagem de si globalizada

O desenho do primeiro discurso de Dilma Rousseff na ONU, em Nova York, obedece a movimento discursivo em torno ao macrotema que é a política e as relações internacionais. A estratégia é deslocar os temas constantemente, ora em plano primeiro, ora em plano secundário. Embora a situação de comunicação impulse e quase *obrigue* o enunciador a adentrar e manter-se nas temáticas do campo político, a atitude e vontade do enunciador é expor em primeiro plano, as questões relativas às mulheres.

As pontuações, alguns destaques, algumas referências explícitas indi- cam que, para o enunciador, importa ressaltar o aspecto do campo do femi- nino. O enunciador se assume como do gênero feminino em vários recortes do discurso, chamando a atenção para a particularidade histórica do momento vivenciado naquela plenária. Do mesmo modo que o orador quer persuadir seu auditório, na perspectiva da retórica aristotélica, no caso analisado, o enunciador quer a adesão de seus co-enunciadores, e essa vontade consiste *em fazer passar pelo discurso um ethos característico do auditório, para lhe dar a impressão de que é um dos seus que ali está* (MAINGUENEAU, 2008b, p. 15).

Assim, as temáticas políticas são forçosamente trazidas, porém acrescentadas em sua discussão pela perspectiva feminina, enfatizando a participação e importância da mulher nos resultados dentro do quadro econômico, financeiro, cultural, comportamental, familiar.

3.2.2.1. A presença do *pathos* na constituição do *ethos* na dêixis enunciativa

Propomos analisar no D2 as marcas de *pathos* associadas à dêixis enunciativa, agrupando-as em dois tipos: o posicionamento do enunciador pelo marcador pronominal *eu* e os verbos conjugados de conteúdos emocionais e marcadores espaço-temporais.

Para legitimar a maneira de dizer direcionada às mulheres, o enunciador complementa sua estratégia com recursos patêmicos, por meio dos temas afinizados ao universo feminino, carregando no aspecto de *pathos*. Revela, com isso, tendência a discutir ou ilustrar com fatos e acontecimentos guiado por sua sensibilidade e subjetividade, uma vez que pretende valer-se desses elementos para construir seu *ethos*.

Logo na abertura da 66ª Sessão da Assembleia das Nações Unidas, o enunciador assim se coloca:

Pela primeira vez, na história das Nações Unidas, uma voz feminina inaugura o Debate Geral. É a voz da democracia e da igualdade se ampliando nesta tribuna que tem o compromisso de ser a mais representativa do mundo.

O posicionamento do enunciador extrapola o mero contexto social daquela Sessão, transcendendo o tempo atual ao localizar seu ato de enunciação em linha de tempo maior, o tempo de existência e de fundação da ONU em 1948: *pela primeira vez, na história das Nações Unidas...*

Em gesto que se pretende grandioso, usa figura de linguagem – prosopopeia – para expressar sua própria condição de enunciador, se autointitulando a *voz da democracia e da igualdade*, ensejando o início das primeiras marcas de construção de seu *ethos*. Quer registrar sua presença destacando algo singular, diferente, o fato *sui generis* de ser a primeira mulher a realizar tal ato.

A escolha das palavras *democracia* e *igualdade* são pinçadas do dicionário de modo pensado e adequado ao perfil de imagem que quer construir de si. Ambas são palavras do léxico da língua portuguesa do gênero feminino assim como outras mais, destacadas no seguinte recorte, que o próprio enunciador ressalta com interesse linguístico:

Na língua portuguesa, palavras como vida, alma e esperança pertencem ao gênero feminino. E são também femininas duas outras palavras muito especiais para mim: coragem e sinceridade. Pois é com coragem e sinceridade que quero lhes falar no dia de hoje.

A escolha das palavras *vida*, *alma* e *esperança* reforçam o propósito de conquistar os co-enunciadores pelo viés da singularidade e da diferença, saindo do *lugar comum* de sujeitos enunciadores do gênero masculino quando inauguram aquele tipo de Debate Geral.

Mais particularizada se torna sua maneira de dizer quando realça que *são também femininas duas outras palavras muito especiais para mim: coragem e sinceridade*. A colocação apartada dessas duas palavras (*coragem e sinceridade*), fora do grupamento das anteriores, e com o marcador dêitico *eu (para mim)*, sinaliza o eixo de seu perfil de *ethos* a ser perseguido para conquistar o auditório ali presente. O conteúdo semântico da palavra *coragem* revela a marca principal de seu caráter: o *ethos* de coragem, também reiterado no D3.

No esforço de desenhar os primeiros traços de sua imagem, escolhe expressões do campo dos sentimentos e das emoções, maneira de ser que pode ser observada em discursos de enunciadores tanto do gênero masculino como do feminino: os sentimentos de *humildade* e de *orgulho*, embora nesse contexto, o enunciador queira enfatizar o *orgulho de mulher*, especificamente:

É com humildade pessoal, mas com justificado orgulho de mulher, que vivo este momento histórico.

Ao construir sua cena de enunciação com essas expressões do campo patêmico provoca efeito de sentidos provocadoramente ambíguo. Por exemplo, a escolha da palavra *humildade* induz à ideia de *submissão*, uma das acepções possíveis desse termo, embora seja mais frequentemente associada à ideia de respeito, deferência, modéstia, dentre seus vários significados semânticos. A

atitude humilde do enunciador, enquanto representante de nação no cenário político mundial, revela posição educadamente diplomática diante de tantas autoridades e estadistas ali presentes. Por outro lado, o ato de sentir orgulho eleva a posição do enunciador à condição de superioridade, de estar destacada dentre todas as mulheres, sejam brasileiras ou estrangeiras.

A ambiguidade de sentido situa-se entre a evocação da grandiosidade do momento histórico vivido e o orgulho pessoal de estar ali, sentindo a emoção que qualquer outra mulher sentiria estando em seu lugar. Para enfatizar as duas vertentes patêmicas, a estratégia foi separar as emoções sentidas: ser humilde enquanto chefe de nação brasileira e ter orgulho na condição de enunciador pertencente ao gênero feminino.

Essa duplicidade de sentimentos, cada um direcionado para uma vertente de co-enunciadores, exemplifica a construção de *ethos* na visão de Charaudeau quando considera o *ethos* o resultado da composição da identidade do sujeito enunciador mais a identidade do sujeito empírico. Nesse sentido, poderíamos pensar que a humildade estaria relacionada ao sujeito enunciador enquanto que o orgulho estaria associado ao sentimento do sujeito social empírico. Essas facetas de *ethé* são trabalhadas pelo enunciador ao longo do D2 para construir sua imagem.

Mantendo a atenção nos co-enunciadores do sexo feminino, compartilha explicitadamente sua emoção, enaltecendo o gênero feminino, personificando em si a *tenacidade* das mulheres, conforme recorte abaixo, na busca de equiparação dos direitos de participação política, entre outros direitos:

Divido esta emoção com mais da metade dos seres humanos deste planeta, que, como eu, nasceram mulher, e que, com tenacidade, estão ocupando o lugar que merecem no mundo. Tenho certeza, senhoras e senhores, de que este será o século das mulheres.

Conclui com a frase de efeito *este será o século das mulheres*, assumindo a percepção de exercer papel pioneiro no Brasil e também naquele momento histórico na ONU. O prenúncio de nova ordem mundial e novas perspectivas para as mulheres, mediante constatação implícita do sensível aumento da participação política em pontos decisivos no campo político, no mercado profissional internacional e na vida pública no cenário mundial,

incluindo o aumento do número de estadistas mulheres a assumirem cargos de comando de países, conforme relatado na introdução deste trabalho.

Nesse recorte apontado, vislumbramos possível relação entre o enunciador do discurso e o sujeito empírico, ambos representando o mesmo papel de luta e posicionamento político diante de um universo predominantemente masculino pela fusão de noções entre *ethos* dito e *ethos* mostrado, característica frequentemente observada no discurso político escrito.

O dizer e o mostrar assumem significados relevantes na estratégia do enunciador visando à adesão dos diversos co-enunciadores que podem estar situados, em termos geofísicos, em pelo menos três posições (*topos*) diferentes: o público dos estadistas ali presentes no evento na sede da ONU em Nova York; os ouvintes à distância, fora do ambiente da Assembleia Geral; os leitores *a posteriori* do discurso escrito.

De certa maneira esses diferentes co-enunciadores captam, cada um a seu modo, os efeitos de sentidos causados pela escolha do léxico pelo enunciador. Em cada caso, a percepção desses sentidos é determinada pelo espaço discursivo e contexto social a que pertence cada co-enunciador, conforme o entendimento da utilização dos recursos enunciativo-discursivos pelo enunciador. Por exemplo, o modo como constrói sua mensagem, seu pensamento e, principalmente, a imagem de si.

Retomamos as afirmações de Maingueneau (2008, p. 14-15) sobre o *ethos* para corroborar nossa hipótese de que o enunciador por meio de sua maneira de dizer, direcionada para o público em geral feminino, confere o caráter da lateralidade:

O *ethos* não age no primeiro plano, mas de maneira lateral; ele implica uma experiência sensível do discurso, mobiliza a afetividade do destinatário. [...] é em função de seu auditório que o orador se construirá uma imagem.

Dilma na ONU fala para as mulheres do mundo e para as brasileiras, pois sabe que elas também compõem o conjunto de co-enunciadores para os quais se dirige e não somente aos estadistas, chefes de Estado das várias nações do mundo. Recorre ao uso de uma linguagem *afetiva* ou, no mínimo, que causa efeitos emocionais ou comocionais nas interlocutoras identificadas

com este traço feminino: a expressividade de seus sentimentos. Conforme nos afirma Maingueneau (2008, p.15):

Persuadir consistirá em fazer passar pelo discurso um *ethos* característico do auditório, para lhe dar a impressão de que é um dos seus que ali está.

Portanto, a escolha das palavras no discurso (MAINGUENEAU, 2011, p. 16) constitui *ethos*, pensado e planejado anteriormente, não sendo algo natural e espontâneo.

O sujeito enunciador apropria-se de determinado tipo de saber, fundado no conhecimento sobre o funcionamento do universo feminino, para *falar da mesma forma*, em linguagem próxima aos co-enunciadores do gênero feminino, de modo tocante, envolvente e por que não, sedutor?

A escolha dessa maneira de dizer, que, em verdade, representa um saber, ajuda a construir um sistema de pensamento (CHARAUDEAU, 2011, p.197) para orientar o enunciador em seu propósito, tornando-se componente necessário para provocar o efeito de sentidos nos co-enunciadores de gênero feminino. Dessa maneira, *pathos* associa-se ao *ethos* para consolidar a imagem que o enunciador quer construir de si, como observamos no recorte a seguir do D2:

Nós, mulheres, sabemos, mais que ninguém, que o desemprego não é apenas uma estatística. Golpeia as famílias, nossos filhos e nossos maridos. Tira a esperança e deixa a violência e a dor.

As escolhas de vocabulário feitas pelo enunciador marcam sua posição no campo discursivo feminino (*nós, mulheres, sabemos; desemprego... golpeia as famílias; nossos filhos e nossos maridos*). Não se trata de eleger indiscriminadamente este ou aquele vocabulário, mas explorar os usos semânticos contraditórios que algumas palavras assumem nas mesmas unidades lexicais. Os pronomes *nós, nossos* e *nossas* gera efeito de aproximação e de inclusão de si no grupo dos co-enunciadores notoriamente identificado como o das mulheres, embora simultaneamente o *nós* dê efeito de exclusão do público masculino. Na verdade, o enunciador quer se colocar proximamente ao público feminino para que elas tenham a percepção de que

quem enuncia é *uma das nossas*, faz parte da *família* do mesmo gênero. A identidade recíproca se realiza por elos de cumplicidade.

Já a preferência pelo verbo *golpear* complementa o efeito dramático visado (*pathos*) por meio da última frase conclusiva do parágrafo: *tira a esperança e deixa a violência e a dor*. Constrói cena dramática explorando o fato de os temas *violência* e *dor* serem *comuns* ao universo feminino, situações mais frequentemente encontradas nos países em desenvolvimento ou de Terceiro Mundo. Equilibra com a negação implícita expressa pelo sintagma *tira a esperança*, querendo dizer que algo hipoteticamente bom (esperança) é enfraquecido pelas circunstâncias econômicas e pelo desemprego, aos quais pretende combater enquanto chefe de nação.

O tratamento semântico dado pelo enunciador vai configurando os contornos do *ethos* almejado ao longo do discurso, consolidando os espaços discursivos utilizados, evidenciando mais a FD pelo uso do vocabulário. Os significados mobilizados vão assumindo sentido mais fixo na cenografia, pelo seu uso recorrente. Daí a importância de se observarem as escolhas e a carga semântica de cada vocabulário utilizado por qualquer enunciador, conforme já falava Bakhtin (2003, p.292):

Quando escolhemos as palavras no processo de construção de um enunciado, nem de longe as tomamos sempre do sistema da língua em sua forma neutra, *lexicográfica*. Costumamos tirá-las de *outros enunciados* e antes de tudo de enunciados congêneres com o nosso, isto é, pelo tema, pela composição, pelo estilo.

No caso desse discurso da Presidente Dilma Rousseff, a escolha das palavras de gênero feminino traz implícita a estratégia do enunciador em compor cenário caracterizador de universo feminino e da presença do feminino no enunciado de selecionar no léxico da língua portuguesa palavras ao mesmo tempo do gênero feminino e qualificadoras do caráter e imagem previamente pensados que o enunciador quer construir de si, pressupondo diálogo empático com determinado perfil de co-enunciadores recortado do amplo universo da população planetária.

Essa estratégia sustenta e reforça a composição do estilo do enunciador ao fazer seu enunciado, ao mesmo tempo que delinea o tom discursivo empregado. Observa-se que a proposta da Presidente Dilma é diferenciar-se dos

demais palestrantes, chefes de Estado, autores de outros tantos discursos na abertura da Assembleia da ONU. Joga com o fato de ser mulher, colocando-o como trunfo a seu favor para explicitá-lo principalmente de modo diferencial, reforçado por outro fato: o de ser a primeira chefe de nação brasileira. Esses aspectos ficam bem demarcados em alguns momentos do discurso.

Retomando a seleção das palavras *vida*, *alma* e *esperança*, observamos que existe relação da palavra com o significado, assumindo desdobramentos na significação discursiva ao provocar efeitos de sentidos específicos do universo político conjugado com o do feminino. Para Bakhtin (2003, p. 293), essa relação acontece em alguns enunciados:

[...] a expressividade típica do gênero não pertence, evidentemente, à palavra enquanto unidade da língua, não faz parte do seu significado mas reflete apenas a relação da palavra e do seu significado com o gênero, isto é, enunciados típicos.

Além do aspecto lexical, de serem nomes ou substantivos pertencentes ao gênero feminino, há o aspecto de a inclusão do significado intrínseco remeter a outros gêneros, a partir de uma palavra, exercendo aqui função de enunciado no sentido bakhtiniano. Tais enunciados estão caracterizados dentro do conceito de interdiscurso e da noção das FDs.

Por exemplo, *vida*, muito além do aspecto biológico e fisiológico, tem significado abstrato e universal para o ser humano, sintetizando a ideia de existência, em termos filosóficos. Esse sentido mais genérico correlaciona-se com outros momentos desse discurso da Presidente Dilma em que vai explicitar menções ao universo feminino, do modo de vida, do ato de viver e das condições de vida da mulher dentro de seu cotidiano, aspectos que podemos observar nos seguintes recortes:

No meu país, a mulher tem sido fundamental na superação das desigualdades sociais. Nossos programas de distribuição de renda têm nas mães a figura central. São elas que cuidam dos recursos que permitem às famílias investir na saúde e na educação de seus filhos.

[...]

Mas o meu país, como todos os países do mundo, ainda precisa fazer muito mais pela valorização e afirmação da mulher. Ao falar disso, cumprimento o secretário-geral Ban Ki-moon pela prioridade que tem conferido às mulheres em sua gestão à frente das Nações Unidas.

Saúdo, em especial, a criação da ONU Mulher e sua diretora-executiva, Michelle Bachelet.

Nesses exemplos, o enunciador explicita a condição real, vivida, das mulheres em quaisquer níveis da sociedade globalizada a partir do diálogo entre os enunciados do campo do feminino e a própria unidade discursiva, sintonizando enunciador e co-enunciadores na defesa das mulheres. A linguagem utilizada não perde de vista os efeitos patêmicos visados, tais como ocorre no recorte a seguir:

Além do meu querido Brasil, sinto-me, aqui, representando todas as mulheres do mundo. As mulheres anônimas, aquelas que passam fome e não podem dar de comer aos seus filhos; aquelas que padecem de doenças e não podem se tratar; aquelas que sofrem violência e são discriminadas no emprego, na sociedade e na vida familiar; aquelas cujo trabalho no lar cria as gerações futuras.

O enunciador coloca-se enquanto *a defensora* das mulheres *anônimas*, oprimidas pela desigualdade social, indo além do mero papel de *defender* e assume o papel de *cuidadora*, de *protetora*, de *mãe*, evidenciando um dos traços mais marcantes da caracterização da mulher: a maternagem. Cuidar dos filhos para uma mãe é ato natural e esperado, mas o enunciador quer transcender e surpreender para construir uma imagem de *supermãe*, transformando os filhos da pátria Brasil em *seus filhos*, em analogia simbólica à figura de *mãe de todos os brasileiros* e representante de *todas as mulheres do mundo*.

Além disso, é oportuno lembrar que a palavra *vida* remete à ideia de vigor, sentido sempre presente no tom discursivo empreendido por Dilma para construir seu *ethos* de força e *coragem*. Expandindo essa vertente de análise, a palavra *vigor* acentua a constituição de seu *poder* investido pela posição de chefe de Estado, transmitindo caráter de energia, audácia, arrojo, veemência em seus enunciados.

Essa linguagem vigorosa compõe estratégia para autoafirmar-se perante os co-enunciadores de gênero masculino, realizando duplo esforço pessoal. O primeiro seria o desafio de suplantar possível desvantagem perante o grupo masculino, majoritário naquele evento, pelas imposições da tradição de caráter histórico e socioculturais a que a mulher secularmente vem sendo submetida. O segundo desafio vincula-se à sua representação política de nação emergente, que por si só, já possui implicitamente certa inferioridade diante das

principais nações líderes no contexto mundial, especialmente da perspectiva econômica.

Por outro lado, em contraste com essa imagem de força e poder, a própria palavra *vida*, que permanece em pauta durante todo o discurso, dialoga com aspecto mais sutil e delicado, que é a questão do feminino. O efeito do que é dito pelo enunciador causa determinada compreensão de sentido pelo co-enunciador e que pode ser interpretado como *efeito visado* referido por Charaudeau sobre *pathos*.

Tal propósito, como analisamos na abertura do D2, o jogo lexical de palavras femininas auxilia na caracterização de seu *ethos*, impulsionada pela combinação das palavras *vida*, *alma* e *esperança* no mesmo enunciado (*na língua portuguesa, palavras como vida, alma e esperança pertencem ao gênero feminino*), escolhidas para realçar a vertente do traço de espiritualidade e de sublimidade.

Importa a palavra *vida* para compor a cena discursiva com ênfase no gênero feminino, devido à exclusividade natural da mulher de ser genitora, capaz de dar à luz a outro ser, símbolo da fertilidade e da vida humana, do nascimento, trazendo ao mundo homens e mulheres, colocando-a em certo grau de superioridade em relação ao homem no quesito da procriação.

Outro aspecto comumente relacionado ao mundo feminino é a questão da proteção tanto no sentido de a mulher ser protegida (por ter sido considerada *sexo frágil* durante muitos séculos) quanto no sentido de proteger a prole, a família, de ser protetora. Todavia, há outros sentidos embutidos nesse contexto, conjugado ao caso da cooperação, da amizade, sentimentos que podem ser observados no seguinte recorte:

Muito se fala sobre a responsabilidade de proteger; pouco se fala sobre a responsabilidade ao proteger. São conceitos que precisamos amadurecer juntos. Para isso, a atuação do Conselho de Segurança é essencial, e ela será tão mais acertada quanto mais legítimas forem suas decisões. E a legitimidade do próprio Conselho depende, cada dia mais, de sua reforma.

Trazemos o fato de que é aceito socialmente a ideia de que as mulheres possuem instinto natural de proteção devido ao seu potencial de ser mãe e da questão da maternidade. O enunciador ao se colocar enquanto mulher apresenta modos de dizer reveladores do modo de pensar e de sentir do gênero

feminino, possuindo um olhar de cuidados quanto à segurança física e psicológica de qualquer cidadão.

Esse caráter é desvelado pela sutileza apresentada por meio da diferença semântica entre as duas expressões *responsabilidade de proteger* e *responsabilidade ao proteger*, apontando a importância de se dedicar atenção aos sujeitos envolvidos na questão da proteção: quem oferece a proteção e de quem recebe a proteção. O argumento reforça o propósito de o enunciador querer obter aprovação da ONU para o Brasil ingressar como membro efetivo no Conselho de Segurança daquele organismo, mas também funciona como marcador do perfil do próprio enunciador de querer expandir seu lado feminino do cuidar e do proteger para o âmbito das relações internacionais e, desse modo, construir seu *ethos* de força, de competência e de responsabilidade.

Tal constituição de *ethos* vincula-se à ideia de Charaudeau (1992, p. 106) sobre *a marcha dos valores sociais do signo*, seu valor identitário e *sociolectes (socioletos)*, a serem associado ao fato de a Presidente Dilma pretender construir *ethos* de mãe de todos os cidadãos brasileiros, de passar imagem maternal.

A identidade *mãe* possui valor cultural e social profundo e é amplamente difundido nas várias camadas da população especialmente a mais pobre, na qual a maternagem, o ato de dar à luz, de ser mãe, representa conquista de *status* social de importância, sendo função e papel valorizados, transmitindo a ideia de matriz da construção de uma família e de uma sociedade. Além disso, na sociedade atual, as mulheres são as chefes de família (ver dados do IBGE 2010, no capítulo 2), em grande parte encabeçando a gestão das finanças da casa, o cuidado e a proteção dos filhos.

Conclama, ao final de seu discurso, a união de todas as mulheres, em uma só voz:

Junto minha voz às vozes das mulheres que ousaram lutar, que ousaram participar da vida política e da vida profissional, e conquistaram o espaço de poder que me permite estar aqui hoje.

É dentro desse tom discursivo de atitude de aproximação empática com os co-enunciadores, que o enunciador introduz depoimento pessoal, aludindo às vivências dramáticas experimentadas durante a juventude, na época do

regime militar, conforme apresentado no capítulo 2, na minibiografia de Dilma Rousseff. Estabelece tom intimista, de testemunho, capturando os co-enunciadores, homens ou mulheres, pela emoção, recurso patêmico de efeito comocional e sentimental:

Como mulher que sofreu tortura no cárcere, sei como são importantes os valores da democracia, da justiça, dos direitos humanos e da liberdade.

O pilar de sustentação desse tom centra-se no *saber*, no *conhecimento* adquirido pela experiência pessoal, marcado pelo verbo conjugado pelo enunciador em primeira pessoa, *sei*, associado aos valores mais cruciais para os cidadãos do mundo na sociedade contemporânea ocidental do século XXI, relacionados às instâncias política e cidadã: *os valores da democracia, da justiça, dos direitos humanos e da liberdade*.

E é com a esperança de que estes valores continuem inspirando o trabalho desta Casa das Nações que tenho a honra de iniciar o Debate Geral da 66ª Assembleia Geral da ONU.

Com a instalação de clima de caráter intimista, quase confidencial, proporcionado pelo tom discursivo adotado, o enunciador encerra sua fala exaltando valores relacionados à instância subjetiva, dentro do conjunto de crenças ligado ao universo das emoções, tais como *esperança* e *honra*. Orquestra esses recursos com o propósito de imprimir imagem de si com caráter de força e coragem, saltando do extremo das emoções carregadas de dor e violência, pela lembrança de *tortura no cárcere*, para o tom ascendente de apoteose, construindo *ethos* de sujeito vitorioso, que venceu obstáculos, tidos como difíceis e intransponíveis pelo senso comum para chegar àquela cenografia específica de abrir o debate geral da ONU do ano de 2011. É dessa maneira que o caráter de *pathos* auxilia na construção do *ethos* discursivo no discurso de Dilma Rousseff.

3.2.2.2. O *ethos* de autoridade

Nesse D2, o enunciador estrutura suas falas, direcionando-as de modo eficaz e particular para determinados co-enunciadores para causar efeitos de

sentidos mais impactantes, compondo não só a força do argumento mas também o *ethos* de força e autoridade. A escolha de abrir e fechar o discurso, assumindo-se como voz feminina, implica, para o sujeito enunciator, posicionamento discursivo demarcado intencionalmente. Falar enquanto mulher e referir-se por várias vezes às mulheres nivela os interlocutores em mesmo patamar de igualdade, de cumplicidade, recursos afeitos à área da proxêmica¹⁸. Quanto mais próximo o enunciator se fizer dos co-enunciadores, mais adesão vai obter. Pela maneira de dizer, ao se aproximar do grupo das mulheres, co-enunciadores femininos, o enunciator vai construindo sua imagem de liderança feminina, outorgando-se o papel de porta-voz das mulheres. Abre sua fala da seguinte forma:

Além do meu querido Brasil, sinto-me, aqui, representando todas as mulheres do mundo.

Dirigir-se às mulheres em momentos específicos e no meio de falas destinadas ao público estadista ali presente, compõe o jogo de forças enunciativo com foco na adesão. Da mesma maneira, o fechamento do discurso, exemplificado a seguir, também explora o olhar feminino sobre o posicionamento político e maneira de ser e de agir no exercício da governança:

Como mulher que sofreu tortura no cárcere, sei como são importantes os valores da democracia, da justiça, dos direitos humanos e da liberdade.

E é com a esperança de que estes valores continuem inspirando o trabalho desta Casa das Nações que tenho a honra de iniciar o Debate Geral da 66ª Assembleia Geral da ONU.

Ao fechar o discurso falando de si, de mulher para mulher, deixando em suspenso (*stand by*) a presença masculina, traz a cena para si como reforço de seu *ethos* discursivo, mudando o foco de atenção para a questão feminina em ambiente tipicamente de embate diplomático da política internacional.

Nesse momento final, o enunciator se anuncia como pertencente ao gênero feminino, constituindo argumento e maneira de envolver os co-enunciadores, especialmente as mulheres, e provocar sua adesão. O eixo, referencial

¹⁸ O termo **proxêmica** (*proxemics*, em inglês) foi cunhado pelo antropólogo Edward T. Hall em 1963 para descrever o espaço pessoal de indivíduos num meio social, definindo-o como o *conjunto das observações e teorias referentes ao uso que o homem faz do espaço enquanto produto cultural específico*. Descreve as distâncias mensuráveis entre as pessoas conforme interagem, distâncias e posturas involuntárias, resultantes da aculturação. É exemplo de proxêmica um indivíduo encontrar banco de praça já ocupado numa das extremidades, tendendo a sentar-se na extremidade oposta, preservando espaço entre ambos.

de constituição de *ethos* discursivo de enunciador feminino, centra-se na defesa do próprio gênero, mesclando com a ideia de denúncia, crítica, reivindicação, de defesa e proteção dos direitos femininos.

As mulheres anônimas, aquelas que passam fome e não podem dar de comer aos seus filhos; aquelas que padecem de doenças e não podem se tratar; aquelas que sofrem violência e são discriminadas no emprego, na sociedade e na vida familiar; aquelas cujo trabalho no lar cria as gerações futuras. [grifos nossos]

Ao usar dessa estratégia, o enunciador e co-enunciadores coincidem na mesma voz, na mesma proposta, no agrupamento de forças para contrapor séculos de dominação masculina em vários níveis da estrutura social, subjungando a mulher à vivência em segundo plano. O tom do discurso adquire ares de protesto, vitimização, cumplicidade, irmandade, fraternidade, revelado, ora pelo posicionamento do enunciador no grupo das mulheres de todo o mundo, ora restringindo-se ao grupo de mulheres brasileiras. Marca esse tom discursivo a repetição do pronome demonstrativo *aquelas*, dando ritmo cadenciado às enumerações das *sofridas* mulheres.

Esse trânsito na abrangência da população feminina visa sensibilizar a atenção e os sentimentos dos referidos co-enunciadores com propósito político implícito de mostrar que o próprio enunciador faz parte de determinado grupo *discriminado* ou pouco considerado até então para obter a adesão.

Junto minha voz às vozes das mulheres que ousaram lutar, que ousaram participar da vida política e da vida profissional, e conquistaram o espaço de poder que me permite estar aqui hoje.

Entretanto, o sujeito enunciador enquanto ser político é parte interessada em encorpar a voz do conjunto de mulheres na busca e desejo de tomarem postos de liderança em condições de igualdade com os homens, misturando-se ao universo masculino, fonte e origem de vários tipos de poderes. Veladamente, a estratégia política feminina assemelha-se ao processo popularmente conhecido de *comer pelas beiradas*, de penetrar de modo lento e gradual, obtendo pequenos avanços sociais, legais, jurídicos e, finalmente, os de caráter políticos. Como lembra Avelar (1996), a participação feminina no campo político começa pela conscientização da própria mulher da necessidade

de ocupar espaços na sociedade, em postos chaves, assumindo lideranças de níveis diversificados, não somente aqueles relegados a segundo plano ou considerados *menores*.

No passado, havia maior associação da imagem da mulher nos conteúdos veiculados na propaganda e publicidade à ideia de *perfumaria*, pertinente às vaidades femininas, de caráter estético e cosmético. Atualmente, como contraponto, observa-se o crescimento e interesse masculino em cuidar mais da aparência, ocupando-se com cuidados pessoais de estética, antes restritos às mulheres. A igualdade dos gêneros transita pelas equivalências de atitudes, posicionamentos espalhando-se em várias áreas da sociedade e gerando o que poderíamos chamar de *revolução cultural branca*, alterando comportamentos antes consolidados pela tradição.

Na medida em que a mulher avança na ocupação de espaços em setores antes eminentemente reservados aos homens, da mesma maneira os homens adentram em comportamentos e hábitos antes usualmente considerados do universo feminino.

Semanticamente *dizer* é diferente de *mostrar*, equivalendo à diferenciação estabelecida por Maingueneau entre *ethos dito* e *ethos mostrado*. No D2, o enunciador utiliza seu dizer para mostrar os resultados conquistados a partir de suas decisões e ações, tornando discursivamente palpáveis suas realizações:

O Brasil avançou política, econômica e socialmente sem comprometer sequer uma das liberdades democráticas. Cumprimos quase todos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, antes de 2015. Saíram da pobreza e ascenderam para a classe média no meu país quase 40 milhões de brasileiras e brasileiros.

[...]

No meu país, a mulher tem sido fundamental na superação das desigualdades sociais.

[...]

Nossos programas de distribuição de renda têm nas mães a figura central. São elas que cuidam dos recursos que permitem às famílias investir na saúde e na educação de seus filhos.

Mas o meu país, como todos os países do mundo, ainda precisa fazer muito mais pela valorização e afirmação da mulher.

A evocação de ações de governo já implementadas, em especial aos programas destinados às mulheres, apoia a construção da imagem de si do

enunciador perante plateia seleta de centenas dos principais dirigentes mundiais. A constituição de *ethos*, em particular o de credibilidade, reside em fazer os co-enunciadores notarem aquilo que o sujeito enunciador quer mostrar. Podemos resumir essa ideia, muito comum no discurso político, em uma pequena frase: mostre os feitos e terá as adesões necessárias.

3.2.3. Cenografia no D3: as relações entre interdiscurso e memória discursiva

No discurso D3, a cena de comunicação está situada no Palácio do Planalto (*topos*), em Brasília-DF, ocorrida em 18 de novembro de 2011, às 13h35min (*chronos*). Trata-se da cerimônia de sanção do projeto de lei que garante o acesso a informações públicas e do projeto de lei que cria a Comissão Nacional da Verdade. Nessa análise, destacaremos a categoria de interdiscurso, sob a perspectiva de Maingueneau, também confluindo para as questões de construção do *ethos* discursivo de voz feminina.

Um ato político dessa natureza, de sancionar uma lei para investigar fatos e acontecimentos da história política brasileira, faz, invariavelmente, a evocação de *fantasmas* do passado, de uma época vivida com marcas dos *anos de arbítrio*, conforme a própria Presidente descreve.

Diante desse quadro histórico-discursivo, propomos examinar as relações do interdiscurso, também entendido como memória discursiva, e suas marcas constituintes. A abordagem pretende recortar os elementos históricos referidos, que ligam o presente ao passado e ao mesmo tempo evocam as reminiscências por vezes desconhecidas das gerações novas de brasileiros.

Orienta-nos para análise desse discurso, a afirmação de Certeau (*apud* MAINGUENEAU, 1997, p. 34) em que defende que *um discurso não é delimitado à maneira de um terreno, nem é desmontado como uma máquina. Constitui-se em signo de alguma coisa, para alguém, em um contexto de signos e de experiências*. O que nos interessa aqui é o conjunto dessas experiências, observadas não só na história pessoal do sujeito empírico, mas também na construção da maneira de dizer do enunciador sobre tais fatos pretéritos, trazendo aos co-enunciadores marcas de realidades adjacentes e subjacentes ao discurso.

Essas marcas apresentam caráter de dualidade quanto às realidades mostradas e são asseguradas pela presença de vários enunciadores, que se sobrepõem com o propósito de se fazerem importantes e valorizados perante os co-enunciadores, os quais são pertencentes a grupos de gerações diferentes. A estratégia básica é unir elementos discursivos aos fatos históricos para conquistar a adesão de variados perfis de co-enunciadores.

Esses enunciadores são: o enunciador Presidente, na função de chefe de nação [*Este 18 de novembro de 2011 é uma data histórica para o Brasil. É o dia em que comemoramos – e partir de agora iremos comemorar – a transparência e celebrar a verdade.*]; a cidadã Dilma Rousseff enquanto sujeito empírico [*Por isso, é grande meu orgulho ao sancionar essas duas leis.*]; a mulher política [*A Lei de Acesso à Informação corresponde plenamente ao nosso compromisso com a transparência de todos os órgãos públicos*].

O levantamento de alguns fatos do passado, centrado na época da ditadura militar, ganha novo significado conforme é enunciado, ultrapassando a realidade histórica referida ao constituir nova realidade, dessa vez discursiva. Entremeia o já dito com o dizer da realidade presente. Tal posição enunciativa gera a sobreposição dos espaços discursivos, criando condição interna discursiva facilitadora da construção de imagem de si de enunciador *preocupado com a verdade*.

Para preparar terreno favorável à adesão consensual dos variados co-enunciadores com posições políticas diferenciadas sobre o assunto, a estratégia inicial do enunciador foi criar tom amistoso e respeitoso para com os co-enunciadores ali presentes.

Para tanto, faz extenso uso das modalidades alocutárias, nomeando e cumprimentando individualmente os co-enunciadores, na abertura do discurso, indo além do ritual protocolar dos discursos políticos e diplomáticos, pois nomeia desde as autoridades políticas e civis até os jornalistas, cinegrafistas e fotógrafos, fato incomum e não observado nos demais discursos analisados. Com tal comportamento (relacionado ao *ethos*), o enunciador demonstra, em primeiro lugar, a intenção de obter o maior número de adesões, de diferentes áreas da política nacional e da sociedade civil perante assunto controverso; e, em segundo, o enunciador chama a atenção para si, que é forma de manifestar seu *ethos*, para evidenciar o que vai enunciar e anunciar mais adiante:

Queria cumprimentar as senhoras e os senhores ministros de Estado aqui presentes. Cumprimentando a ministra Gleisi Hoffmann, da Casa Civil; o ministro José Eduardo Cardozo, da Justiça; o ministro da Defesa, embaixador Celso Amorim; a ministra Maria do Rosário, dos Direitos Humanos; saúdo a todos os ministros aqui presentes.

Queria cumprimentar também os senhores comandantes das Forças Armadas: Julio Soares de Moura Neto, da Marinha; Enzo Martins Peri, do Exército; Juniti Saito, da Aeronáutica; José Carlos De Nardi, chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

Queria cumprimentar os senhores senadores Pedro Simon e Pedro Taques, aqui presentes,

Cumprimentar as senhoras e os senhores deputados federais aqui presentes: Reginaldo Lopes, Dalva Figueiredo, Luciana Santos, Érika Kokay, Edinho Araújo, Marina Santanna, Emiliano José, Alessandro Molon, Luiz Couto, Romanna Remor, Valmir Assunção e José de Filippi,

Queria cumprimentar o ex-ministro da Comunicação Social Franklin Martins,

Os senhores ex-ministros da Secretaria de Direitos Humanos Mário Mamede, Nilmário Miranda,

Queria cumprimentar também o ex-ministro Paulo Vannuchi,

Cumprimentar o Presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, o Marco Antônio Rodrigues Barbosa,

Cumprimentar o ministro José Paulo Sepúlveda Pertence, Presidente do Conselho de Ética da Presidência da República,

Cumprimentar também o secretário de Direitos Humanos da Argentina, senhor Eduardo Duhalde, por meio de quem cumprimento as autoridades estrangeiras aqui presentes,

Cumprimentar as senhoras e os senhores que comparecem a este ato,

Os senhores jornalistas, cinegrafistas e fotógrafos,

Senhoras e senhores,

O enunciador usa de sua imagem de *autoridade*, investida pelo papel e função de representante maior do país, para validar seus propósitos quanto ao teor dos dois projetos de leis ora sancionados, já denotando pelos chamamentos, o primeiro jogo da sedução, buscando agregar diferentes grupos, áreas, departamentos, ministérios, pessoas, para aderirem ao seu objetivo. Nesse preâmbulo, a estratégia baseia-se na convicção de que o *ethos* se mostra pela *conquista* dos co-enunciadores.

Sua fala remete à instância cidadã, de cunho democrático, colocando a questão do direito à informação e à verdade como um valor inalienável, que sobrepõe quaisquer outros valores. Indiscrimina os co-enunciadores, transformando-os em sujeitos de mesmo valor de identidade, independentemente de suas filiações, crenças e posição social e política:

Essas duas leis tratam de assuntos distintos, mas estão diretamente ligadas uma à outra. São leis que representam um grande avanço institucional e um passo decisivo na consolidação da democracia brasileira. Leis que tornam o Estado brasileiro mais transparente e garantem o acesso à informação e, ao mesmo tempo, o direito à memória e à verdade e, portanto, ao pleno exercício da cidadania.

Esse lugar de enunciação do sujeito enunciador – enquanto Presidente do Brasil – provoca sentido ambíguo ao seu principal compromisso: com a *verdade*. O enunciador enquanto figura chefe da nação se confunde com enunciador-cidadão envolvido diretamente nos fatos históricos, até então obscuros e inabordáveis, ocorridos durante o regime militar. O próprio sujeito social empírico foi uma das *vítimas* de um passado opressor, conforme relatado no item 2.3 Minibiografia da Presidente Dilma Rousseff.

Dois valores são substanciais em sua fala quando reforça o desejo de buscar a *transparência* e a *verdade* e, sobretudo, de mostrar essas qualidades em seu ato de promulgação, que lhe confere seu estatuto de enunciador, de *uma demonstração da maturidade da democracia brasileira* já que com seu anúncio pretende colocar *o nosso país num patamar superior, um patamar de subordinação do Estado aos direitos humanos*.

Por isso, ressalta que a data de assinatura dos dois projetos de lei torna-se marco histórico na mesma escala de proporção como o foram a criação das leis trabalhistas em 1943 e a promulgação da Constituição de 1988.

Este 18 de novembro de 2011 é uma data histórica para o Brasil. É o dia em que comemoramos – e a partir de agora iremos comemorar – a transparência e celebrar a verdade.

[...]

Ao longo da história do Brasil, alguns marcos civilizatórios são muito importantes, e eu me refiro, por exemplo, à criação das leis trabalhistas, em [19]43, e à promulgação da Constituição de [19]88, dando dois exemplos de momentos em que a democracia brasileira avançou, juntamente com o direito social.

A estratégia discursiva do enunciador simula apagamento de seu *ego* – aquele envolvido nos acontecimentos históricos da época da ditadura militar – escolhendo argumentos e maneiras de dizer ao defender a sanção dos dois projetos de leis, utilizando o modo de sobreposição, como se fosse guardiã e porta-voz das várias vozes silenciadas naquela época e ao longo da História brasileira. Esse *status* reivindicado para si revela-se no modo de construir as justificativas:

Acredito que, também, a entrada em vigor da lei do acesso à informação e da lei que constitui e cria a Comissão da Verdade são momentos especiais, que ficarão para sempre marcados na história do Brasil, e que colocam o nosso país num patamar superior, um patamar de subordinação do Estado aos direitos humanos.

Com a vigência dessas duas leis, o cidadão ganha mais poder perante o Estado, mais poder de controle e de fiscalização, o que reverterá em benefício para toda a sociedade e no fortalecimento da cidadania.

Vejam a diferença: o Brasil tinha uma lei de sigilo, que impedia que uma parte das informações do Estado se tornasse pública. A partir de hoje, o que era lei de sigilo se transforma em lei de direito ao acesso à informação, e isso é uma transformação muito significativa para a construção do Estado de direito no sentido mais amplo da palavra.

Embora representante supremo do Poder Executivo, coloca-se em posição de igualdade, buscando a harmonia com os demais Poderes (Legislativo e Judiciário) ao enfatizar seu compromisso com a transparência.

A Comissão da Verdade tem grande significado para o Brasil e para os brasileiros. O Congresso Nacional reconheceu isso, pois o projeto que hoje sancionamos foi apoiado por todos os partidos políticos com representação no Legislativo federal. Este apoio suprapartidário mostra que a Comissão significa, fundamentalmente, uma manifestação de respeito e um tributo aos que lutaram pela democracia no Brasil em qualquer época.

O estilo de linguagem adotado pelo enunciador possui caráter proxêmico (igualmente observado no D2), na tentativa de estar próximo dos co-enunciadores, o que lhe facilita a manifestação de seu *ethos* de irmandade, fraternidade e solidariedade. Conjuga esses atributos com o da seriedade, outro valor previamente refletido para expressar seu *ethos* de credibilidade, pois joga com

o conhecimento de que *ser sério* é importante na figura de um político e, com isso, *garante* a adesão dos co-enunciadores, independentemente de seus posicionamentos políticos, pois, afinal, está prestando um serviço à nação. Ao mesmo tempo, pretende distender eventual tensão ou ressentimentos existentes entre os personagens históricos da época, seus herdeiros, sejam familiares das vítimas, de um lado, sejam os oficiais militares e representantes da polícia do Estado, de outro.

A estratégia para configurar tal estilo revela-se na escolha de expressões mais coloquiais, centradas na perspectiva do próprio enunciador: *vejam a diferença [...] eu me refiro [...] são momentos especiais [...] mas, a verdade interessa, como eu disse, [...] quero, também, destacar [...]*

Os elementos constitutivos da memória discursiva, lugares habitados pelos enunciadores e suas inter-relações, ajudam a compreender os conteúdos históricos presentes no discurso. Recuperar fatos históricos, movimento feito pelo próprio enunciador para compor sua cena discursiva, amplia a busca pelos sentidos daquilo que é dito, tornando possível relacioná-los com os conhecimentos de mundo e mesmo à própria *realidade* discursiva. As menções de fatos dessa realidade histórica estão presentes nos seguintes recortes:

Ao longo da história do Brasil, alguns marcos civilizatórios são muito importantes, e eu me refiro, por exemplo, à criação das leis trabalhistas, em [19]43, e à promulgação da Constituição de [19]88, dando dois exemplos de momentos em que a democracia brasileira avançou, juntamente com o direito social.

[...]

isso lançará luzes sobre períodos da nossa história que a sociedade precisa e deve conhecer. São momentos difíceis que foram contados até hoje, ou, melhor dizendo, foram contados durante os acontecimentos sob um regime de censura, arbítrio e repressão, quando a própria liberdade de pensamento era proibida.

[...]

É fundamental que a população, sobretudo os jovens e as gerações futuras, conheçam nosso passado, principalmente o passado recente, quando muitas pessoas foram presas, foram torturadas e foram mortas.

[...]

Depois de passarem por períodos ditatoriais, vários países da América Latina tiveram suas comissões da verdade com nomes diferentes, com formas de atuação distintas. Houve experiências no Chile, na Argentina, no Peru, na África do Sul. Cada país fez do seu jeito e fez a seu tempo, segundo as suas próprias circunstâncias e sua própria história. O Brasil está fazendo agora. Este é o nosso momento histórico, esta é a nossa hora.

Conforme afirma Maingueneau (1997, p. 34) referindo-se à cenografia, *é preciso admitir que a “encenação” não é uma máscara do “real”, mas uma de suas formas, estando o real investido pelo discurso*. Nos recortes escolhidos, é possível destacar os elementos que compõem esse *real* e de que modo é percebido pelo enunciador.

A situação de comunicação, instalada no Palácio do Planalto, em Brasília, com a presença de autoridades políticas, civis e cidadãos bem como a constatação da ausência de outras (já falecidas), demonstra a pluralidade dos envolvidos no processo que, necessariamente, passava pelo acordo entre diferentes posições.

O enunciador discursiva, identificando-se com pelo menos duas realidades: uma, a realidade do mundo atual, em que Dilma Rousseff está eleita chefe da nação brasileira pela maioria dos votos em pleito democrático de eleições diretas; e outra realidade pretérita, pertencente ao passado histórico-político do Brasil, incluindo seu próprio passado pessoal de militante política na juventude e de outros brasileiros de sua geração. Essas duas realidades entrecruzadas, na interação passado-presente, estão permeadas pela realidade discursiva, fazendo emergir os elementos constituintes da memória discursiva.

Examinar o fato histórico e social, acontecido no mundo real exterior ao discurso e relacioná-lo com a realidade discursiva, aquela construída e referida ao já dito anteriormente, ao já vivido em passado de outras décadas, permite ao analista compreender os vários sentidos contidos no modo de dizer do enunciador. Buscar essa realidade discursiva confirma a reflexão de Maingueneau (1997, p.60) de que o sujeito se inscreve de maneira indissociável em processos de organização social e textual, implicando em determinada formação discursiva contendo, por vezes, diversas categorias intrínsecas. Afinal, a realidade discursiva de qualquer enunciação para existir depende de sujeitos empíricos e de sujeitos enunciadores construindo as diversas FDs acumuladas historicamente.

Assim, no caso desse discurso da Presidente brasileira, a cenografia resulta da confluência dos fatos oriundos de dois caminhos: aquele percorrido pelo sujeito enunciador, o *eu* discursivo, representado e legitimado pela autoridade política investida desse enunciador, e aquele trilhado pelo sujeito de

identidade social, a cidadã Dilma Rousseff eleita chefe de nação, cujos fatos vão ser (re)construídos ou recuperados no próprio discurso.

O *ethos* é construído mediante a conjugação desses dois polos, um legitimando o outro, pelo eco ressoando entre eles, o que ajuda a validar o conceito de *verdade* nos co-enunciadores: alguns deles sendo até mesmo testemunhas dessa *verdade*; outros, não participantes daquele momento histórico, são chamados a participar ou a questionar essa mesma *verdade*; e ainda outros, com interpretações diferentes desses mesmos fatos, vão duvidar dessa *verdade* a ser apurada.

Mais uma vez, o enunciador usa a estratégia de pressupor que o co-enunciador é bem informado e detém o conhecimento de que seu passado pessoal foi o mesmo de um daqueles cidadãos *silenciados* pelo regime militar. Tal estratégia *engrandece* seu *ethos*, principalmente pelo fato de ter sido uma *sobrevivente de um regime de censura, arbítrio e repressão, quando a própria liberdade de pensamento era proibida*.

O discurso analisado ao ser enunciado vai construindo a imagem do enunciador como um sujeito que sabe do que fala, com o aval dos co-enunciadores: *o conhecimento, a informação e a verdade são, nós todos sabemos, indispensáveis para o exercício pleno da cidadania*. Ao deixar marcas de sua experiência quanto aos fatos político-sociais relativos à História do Brasil, quer lançar *luzes sobre períodos da nossa história que a sociedade precisa e deve conhecer*. Antecipa-se às possíveis demandas dos co-enunciadores, sejam de dúvidas, de elogios ou de protesto, discorrendo de modo seguro e firme, dirigindo-se várias vezes aos jovens e às gerações futuras, justificando a promulgação dos dois projetos de lei para que esses jovens

conheçam nosso passado, principalmente o passado recente, quando muitas pessoas foram presas, foram torturadas e foram mortas. A verdade sobre nosso passado é fundamental para que aqueles fatos que mancharam nossa história nunca mais voltem a acontecer.

[...]

Mas, a verdade interessa, como eu disse, muito, às novas gerações que tiveram a oportunidade de nascer e viver sob regime democrático. Interessa, sobretudo, aos jovens que hoje têm o direito à liberdade e devem saber que essa liberdade é preciosa e que, muitos, por ela lutaram e pereceram. As gerações brasileiras se encontram hoje em torno da verdade. O Brasil inteiro se encontra, enfim, consigo mesmo sem revanchismo, mas sem a cumplicidade do silêncio.

Esse modo de dizer do enunciador delinea a FD na qual seu discurso se afilia, criando relações estreitas com os co-enunciadores, tomados como representação do conjunto de brasileiros. Ao trazer para o presente informações variadas sobre os indivíduos que compuseram essa sociedade no passado, o enunciador busca, hoje, a adesão, *em algum grau de envolvimento, a esses modos de olhar e dizer sobre as realidades vivenciadas* (MAINGUENEAU, 1997, p.62).

Os discursos se interpenetram, dificultando a identificação do limite entre um campo discursivo e outro, havendo, entretanto, a predominância do campo discursivo político, devido ao lugar social ocupado pelo enunciador. Essa FD é atravessada pela questão do tempo, pelas lembranças de algo do passado que são fatos históricos e que pertencem a outra FD: a da História do Brasil. O enunciador oscila entre uma e outra, tece considerações sobre a importância de reacender e reabrir essa *caixa de Pandora* dos atos políticos praticados durante a ditadura militar.

Da mesma forma que o enunciador se posiciona nesse lugar confluyente entre os campos discursivos passado-presente, também se posiciona entre uma maneira de dizer característica de constituição de *ethos* com o jogo dos efeitos de sentido de visada patêmica, ao referir-se a *muitas pessoas [que] foram presas, foram torturadas e foram mortas*. Com isso, mobiliza também emoções referentes a sofrimento, à dor e à morte.

O anúncio da sanção do projeto de lei possui valor de verdade em função da investidura do cargo de Presidente eleita. Tal *status* confere ao enunciador a autoridade para sancionar um projeto de lei, configurando-lhe *ethos* de autoridade, podendo fazer tal anúncio com o valor de *verdade*. Existe correlação entre legitimidade e poder instituído outorgado pelo voto das urnas, que lhe confere a autoridade de abrir ou decretar abertura de comissão para apurar a verdade sobre o tempo da ditadura.

Tal ato, revestido e validado pela sua autoridade de chefe de nação, representa a corporalidade discursiva que, por sua vez, legitima sua função conferida pelas instituições socialmente constituídas, outorgando-lhe o direito para realizá-lo enquanto chefe do Poder Executivo da Federação. A dêixis enunciativa ganha forma a partir da configuração dessa cena enunciativa,

vinculada a determinado lugar e a determinado tempo, sendo exigida a presença de um sujeito enunciador autorizado legalmente a dizer determinado discurso e de modo legítimo, da mesma forma, por exemplo, que o juiz de paz tem o direito e a autoridade de dizer o discurso *eu vos declaro marido e mulher*, em determinada cena e em determinado tempo, pois o enunciador-juiz pertence àquela cenografia matrimonial.

Diante de tema tão delicado e controverso de investigar sobre as mortes e os desaparecimentos de militantes políticos da década de 1970, o enunciador se posiciona perante a nação a partir de seu *ethos* de autoridade, e expande seus argumentos fundamentando-se na voz de outrem, um filósofo grego, orador, escritor, advogado e político romano, Cícero (106-43 a.C.) para validar seu propósito de buscar a *verdade*, ao citar de modo direto a seguinte frase:

Aliás, há mais de dois mil anos um filósofo disse: “A verdade se corrompe tanto com a mentira quanto com o silêncio”. Nós não podemos deixar que, no Brasil, a verdade se corrompa com o silêncio.

Com isso, entrecruza discursos pertencentes a campos discursivos diferentes, para explicitar seu ponto de vista traduzido pelo argumento favorável a seu ato. Ao trazer a voz de outro, pertencente ao campo filosófico, pela citação direta, o enunciador promove certo distanciamento da ação realizada com a promulgação do projeto de lei de acesso às informações, gerando, desse modo, um fato externo ao discurso, sendo-lhe recurso favorável.

Nessa composição de intertexto, o enunciador escolhe o fragmento de discurso do filósofo Cícero, usando-o com competência discursiva para legitimar seu próprio discurso. Tal competência está calcada na confiança de que os co-enunciadores possuam o mesmo conhecimento de mundo, a mesma lembrança das referências conceituais, a mesma memória, seja discursiva, seja histórica, evidenciando a exploração de conhecimento enciclopédico, compartilhado entre enunciador e co-enunciadores.

Portanto, a citação direta num texto serve para legitimar a autoridade argumentativa do enunciador no interior da FD, a qual também é legitimada pela própria citação. Essa dupla função estabelece o diálogo entre os conceitos e as ideias defendidas na função de argumento dentro de qualquer discurso. É desse modo que o interdiscurso, ao dialogar com os diversos espaços discursivos,

sivos, se configura elemento importante na construção da imagem de si para qualquer enunciador.

3.2.3.1. As pistas deixadas pela memória discursiva na construção do *ethos*

Há vários significados e contextos no uso da palavra memória. Na perspectiva histórica, o conceito de memória remete à ideia de acúmulo de fatos históricos, assim como o registro de locais, conteúdos e ações realizadas pelos personagens da História. Na abordagem linguística, em primeira instância, temos a memória intratextual (MAINGUENEAU, 2006, p. 96) referente à remissão de um enunciado a outro precedente, cujo conteúdo é construído progressivamente pelas retomadas do já dito anteriormente.

Como dissemos no Capítulo 1, o discurso, na AD, compõe-se de um conjunto de enunciados que não são associados, na análise, a contextos, mas sim às condições de produção desse discurso. Esse conjunto de enunciados pertence a uma espécie de cadeia de ideias ou de um *arquivo linguístico* que são retomados ou lembrados no processo discursivo, integrando memória discursiva específica para cada FD.

Maingueneau (2008 [1984], p. 126; 2006, p. 96-97) afirma que o discurso é sempre dominado pela memória de outros discursos. Nas inter-relações discursivas, chamadas pelo autor de interdiscurso, observamos correspondência entre a ideia de memória discursiva e o conceito de FD, pois essas relações discursivas interconectam espaços de memória diferenciados, como vimos no item anterior.

A esses espaços de memória, Maingueneau classifica de memória externa e memória interna em relação ao que é dito. Possenti (2009, p. 364) acrescenta que a memória discursiva deriva das relações internas entre os elementos do discurso, responsáveis por sua *coesão*. Tais elementos são relidos como intradiscurso ou como forma de linearização de um discurso e como efeito do interdiscurso, na medida em que o que se retoma não é apenas o que deve ter sido dito antes, no mesmo texto, mas o que pode ter sido dito em outros textos pertencentes ao mesmo arquivo.

A memória interna ou intratextual está voltada para os enunciados do próprio discurso, nos processos de remissão ou de referenciação de um enunciado a outro precedente, pelos marcadores e conectores discursivos, cujo conteúdo é construído progressivamente pelas retomadas do já dito anteriormente. Por sua vez, a memória externa é construída na medida em que se coloca na filiação de FDs anteriores e faz relação com outros campos discursivos. Tem-se aí, portanto, o espaço do interdiscurso.

Por essa perspectiva, nesse D3, o enunciador seleciona elementos constituintes dessa dupla memória, visando ao entrecruzamento da memória externa e da memória interna para obtenção dos efeitos de sentidos e dar significados aos enunciados.

Exemplos de recortes, nesse D3, em que aparecem elementos componentes dessas memórias, apontando para o nível de adesão de seus co-enunciadores quanto ao fato central motivador da cena discursiva instalada:

Memória interna:

Quero, também, destacar uma grande conquista que a nova Lei de Acesso à Informação Pública nos proporciona.

[...]

Mas, a verdade interessa, como eu disse, muito, às novas gerações que tiveram a oportunidade de nascer e viver sob regime democrático. [grifo nosso]

Memória externa:

Eu sou testemunha da incansável determinação do ex-ministro Franklin em relação a todos os desafios e dificuldades que era elaborar, conceber e construir através de um processo que, necessariamente, passava pelo acordo entre diferentes posições.

[...]

Ao longo da história do Brasil, alguns marcos civilizatórios são muito importantes, e eu me refiro, por exemplo, à criação das leis trabalhistas, em [19]43, e à promulgação da Constituição de [19]88, dando dois exemplos de momentos em que a democracia brasileira avançou, juntamente com o direito social.

[...]

Informações Públicas e a Lei que institui a Comissão da Verdade se somam ao esforço e dedicação de gerações de brasileiros e de brasileiras que lutaram e lutarão...

[...]

... gerações de brasileiros que morreram e que, hoje, nós homenageamos... [grifos nossos]

O sujeito enunciador se apropria de ideias, fatos e argumentos e organiza os elementos discursivos, entrelaçando memória externa com memória interna. Ao estabelecer essas relações interdiscursivas, fazendo essas escolhas e procedimentos discursivos, deixa transparecer sua subjetividade no discurso, revelando seus valores, expressando seu *ethos* de identidade social, ao defender o ideal de democracia e de liberdade de expressão, além do valor atribuído àqueles que lutaram por esses ideais.

Courtine (1981, p. 52) também considera a noção de memória discursiva subjacente à análise das FDs, destacando que toda enunciação possui em seu *domínio associado* outras enunciações, que se repetem, refutam, transformam, negam, produzindo efeitos de memória específicos. Para a AD, importam as questões da duração e da pluralidade dos tempos históricos no uso do conceito de FD.

Um mesmo acontecimento discursivo pode ter duração no tempo histórico de modo breve ou longo, dependendo do olhar de quem observa. Para um historiador, a tendência é examinar o fato conforme os efeitos provocados ao longo do tempo, importando a duração no tempo para o ponto histórico. Já em uma situação cotidiana, um acontecimento tende a ter duração curta para o olhar do cronista ou jornalista, por exemplo.

Além do aspecto temporal, Courtine (2009), em seu estudo mais recente sobre a intericonicidade, afirma que a memória discursiva é sempre necessária para a interpretação e compreensão de qualquer texto ou discurso, podendo assumir um corpo (ícone), na forma de imagem visual ou mesmo de imagem imaginada. A ligação referencial entre a memória discursiva e o texto ou o ícone é constante.

No contexto político, a memória é um tipo de poder em que os partidos se organizam para assegurar seu futuro pela evocação de seu passado, pois é nela que se concretiza a possibilidade de expressão e o direito à fala, além de condicionar a existência do partido que precisa se inscrever em uma genealogia e lembrar uma filiação capaz de sustentar uma legitimidade (COURTINE, 2006).

A escolha de sancionar esses dois projetos de lei com esses conteúdos reflete possivelmente a afiliação partidária do enunciador, no desempenho do

papel de Presidente, porém, sinalizando posicionamento identificado com o grupo de esquerda, refletindo a vida pessoal de Dilma Rousseff.

O sujeito enunciador lança mão de seu *ethos* de legitimidade para tornar público o acesso às informações anteriormente sigilosas e mesmo ajuda a *passar a limpo* os fatos históricos do período investigado, por meio do poder investido e legitimado pelo voto popular.

3.2.4. Cenografia no D4: rompendo centenas de anos de exclusão política

Este D4 configura-se o mais característico para a análise da relação entre a cenografia e a construção do *ethos* discursivo de voz feminina. A constituição do cenário, as pessoas ali presentes e os objetivos do encontro são elementos marcantes para a significação da presença da mulher no universo político e de poder, antes restrito aos homens.

A situação de comunicação deste discurso tem como local de acontecimento a cidade do Rio de Janeiro, no espaço das convenções do complexo Rio Centro, onde se realizou o evento internacional denominado abreviadamente de Rio +20, em alusão aos 20 anos depois de encontro semelhante no Rio de Janeiro sobre meio ambiente, desenvolvimento sustentável e preservação do planeta.

Esse encontro de 2012, criado sob a concepção de privilegiar a voz e a vez das mulheres no cenário político, contou com presença majoritária de mulheres e foi planejado para a discussão de assuntos ligados ao desenvolvimento sustentável – tema central da Rio+20 – mas abordados sob a perspectiva feminina, tratando de várias instâncias desde a social, passando pela econômica e ambiental, até a principal, a política, pois discute a questão do empoderamento das mulheres, suas conquistas e o que ainda falta realizar.

A inserção da mulher na vida política desde a metade do século XX permite, na contemporaneidade do século XXI, a criação de espaços de discussão, de modo diferenciado, sobre as angústias e a marginalização histórica vivenciada pelas mulheres.

Desde a ascensão de Michele Bachelet à Presidência do Chile, primeira mulher eleita para tal cargo na América Latina, outras mulheres latino-americanas vêm assumindo postos de poder, engrossando o grupo feminino no exercício de liderança e de comando, o mesmo acontecendo em outros países dos demais continentes, conforme listagem apresentada na Introdução deste trabalho.

O discurso de Dilma – naquele momento a protagonista do evento por presidir o país sede do evento – cumpre as etapas protocolares do mundo político internacional, e é iniciado com os cumprimentos e a enumeração, uma a uma, das autoridades presentes. Todas as mulheres citadas, sem exceção, foram ou são chefes de Estado, conforme a designação de função relativa ao regime de governo adotado pelos países que representam. Havia também senadoras, deputadas e vereadoras e outras personalidades femininas importantes. A situação de comunicação compunha-se principalmente por participantes do gênero feminino, favorecendo a conexão discursiva entre enunciadore e co-enunciadore, na interação de mulher para mulher.

A representatividade das autoridades femininas reforça a própria condição do enunciador, que já assume posição discursiva em vantagem para seus propósitos de interação com os co-enunciadore e na constituição de seu *ethos*. Sua voz duplamente caracterizada pelo feminino (enunciador e sujeito empírico se juntam) fala a uma plateia composta principalmente de mulheres, destacando o campo discursivo relativo às temáticas do gênero feminino.

O aproveitamento da condição da situação de comunicação favorável visa explorar o aumento do *ethos* de credibilidade pelo enunciador, pois a Presidente brasileira possui autoconsciência de seu papel e da necessidade de forjar imagem de si com base na relação de verdade e autenticidade. Sob a perspectiva de Charaudeau (2011), que diverge da noção de *ethos* de Maingueneau, o *ethos* de credibilidade exige o atendimento de três condições: a seriedade, a competência e a eficácia. Esses três elementos possuem peso relevante no discurso político visando à adesão de seus co-enunciadore, sobre os quais vamos detalhar a seguir.

3.2.4.1. O *ethos* de credibilidade: o empoderamento feminino

Há muitos séculos as mulheres esperavam a condição de ocupar espaços políticos e sociais, em busca da constituição de identidade social própria. Neste discurso D4, as identidades social e discursiva se fundem em razão de o enunciador discursar com voz feminina e ao mesmo tempo, o sujeito empírico ser do gênero feminino. Concordamos com Charaudeau (2011) que *as identidades (social e discursiva) podem se fundir no ethos*, tornando tênue sua distinção.

A estratégia adotada pelo enunciador, no D4, foi de unir o *ethos* de credibilidade com o exercício do poder pelas mulheres (empoderamento feminino). A partir das escolhas das amplas temáticas relativas às questões do feminino, estamos diante do campo discursivo do feminino, fato que nos favorece verificar a maneira de constituição do *ethos* discursivo de voz feminina.

Os assuntos abordados partem do campo discursivo do feminino, composto por temáticas afeitas às mulheres (maternidade, direitos das mulheres, mercado de trabalho feminino, para citar alguns). O enunciador, posicionando-se a partir desse campo e incluindo-se nele, dirige-se de modo indiscriminado e de caráter universal às mulheres pertencentes a vários grupos: das líderes de países ali presentes no momento da enunciação, das mulheres do Brasil e das do mundo, de modo geral. O enunciador percorre amplo leque de temas e subtemas relativos às conquistas das mulheres e aos que ainda precisam ser realizados para ampliação da participação feminina no espaço político e da igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Esses temas podem ser divididos em dois grandes blocos: um relativo ao âmbito internacional e comum a todas as mulheres do mundo; e outro relativo ao Brasil, dirigido ou relacionado às mulheres brasileiras.

No tocante ao âmbito internacional, predomina a visão planetária e universal como condutora das ações das mulheres na política, sob a perspectiva de três pilares de sustentação, explicitado no seguinte recorte do D4:

A preocupação com a consolidação da presença das mulheres na política deve nortear as iniciativas ligadas a cada um dos pilares do desenvolvimento sustentável: o econômico, o social e o ambiental.

A condição feminina ao longo das épocas da história da humanidade sempre esteve intrinsecamente vinculada ao aspecto econômico, sendo padrão na maioria das culturas, da posição subalterna e de dependência econômica em relação ao pai, ao marido e mesmo, em alguns casos, aos filhos homens.

O enunciador usa o conhecimento de mundo compartilhado, especialmente a dinâmica contemporânea da economia mundial, lembrando fatos observados criticamente e sob o olhar de uma mulher. Tal estratégia une e aproxima enunciador e co-enunciadores femininos em busca de soluções, ao mesmo tempo em que se apontam os pontos fracos e vitais para a transformação da condição feminina no mundo, conforme a sequência de recortes do D4:

A autonomia econômica das mulheres, particularmente afetada nessa conjuntura de crise global, é fundamental para a construção de sua cidadania plena.

[...]

O empreendedorismo das mulheres deve ser facilitado por instrumentos de crédito, assistência técnica e propriedade,...

[...]

As mulheres, como geradoras de vida, ocupam, em todas as sociedades humanas, um papel especial... da proteção ao meio ambiente... como agentes do desenvolvimento.

[...]

O papel das mulheres, também, nas atividades de ciência, tecnologia e inovação tem que ser cada vez mais impulsionado.

[...]

Defendemos a qualidade crescente do trabalho feminino. Além disso, a participação das mulheres no mercado de trabalho...

[...]

As mulheres são a face principal da pobreza no mundo - as mulheres e as crianças.

Já pela abordagem das temáticas nacionais, os fatos referentes ao universo feminino são contemplados na seleção das ações presidenciais direcionadas às mulheres brasileiras, mostrando a prática interdiscursiva ao interligar os campos discursivos político, econômico e do feminino. Os recortes do D4 a seguir ilustram essa ideia:

Nos nossos programas sociais, no Brasil, essa é uma realidade. Por isso, no Bolsa Família, 93% dos cartões de transferência de renda estão nas mãos de mulheres. No Minha Casa, Minha Vida, é obrigatório que o título de propriedade seja emitido em nome das mulheres, no caso das famílias mais pobres. Nas políticas fundiárias

do governo brasileiros, as mulheres também estão sendo empoderadas como proprietárias.

[...]

Em sua relação com o meio ambiente as mulheres têm se destacado como aliadas nas mudanças nos padrões de consumo, no uso de energia, no uso da água e do solo. São guardiãs de conhecimentos tradicionais, mas também são capazes de disseminar avançadas práticas sustentáveis.

[...]

No Brasil, estamos investindo para superar dificuldades e precariedades neste acesso aos serviços públicos de saúde com pleno exercício dos direitos sexuais e reprodutivos, inclusive, o planejamento familiar, a gestação, o parto, o puerpério com assistência de qualidade.

[...]

Por isso, precisamos antecipar os desafios emergentes do desenvolvimento sustentável,...

[...]

O desenvolvimento sustentável deve ser construído como um projeto inclusivo e aberto para todos os sexos, raças, etnias, orientações sexuais, filiações religiosas, idades e condições físicas.

[...]

Devemos pôr fim a todas as formas de violência, de discriminação de que as mulheres são vítimas, em tempos de guerra e em tempos de paz.

A cena de enunciação, revelada neste D4, ajuda a construir o lugar do enunciador que sempre ultrapassa o do sujeito empírico e faz coincidir com conceito maior e despersonalizado, como *o Brasil, o país*, enfim, qualquer nação do mundo (MAINGUENEAU, 1997, p. 62). Uma das ações políticas realizadas pode ser exemplificada no seguinte recorte do D4:

Muito foi conquistado pelas brasileiras nos últimos anos. A criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, elaborado com a participação da sociedade, e a Lei Maria da Penha, que torna crime a violência contra mulher, inclusive a violência doméstica, são alguns exemplos.

A instância de representação da cidadã implicada nas ações políticas adotadas pelo enunciador, posicionado na instância política, amplia o valor dessas estratégias de criar organismos representativos e gerenciados por mulheres e voltados às causas das mulheres. Nota-se a interfusão dos papéis assumidos pelo enunciador no tocante aos temas e propostas do campo do feminino.

O enunciador aproveita o próprio papel de representação social enquanto Presidente, consolidando a constituição de seu *ethos*. Curiosamente, além

da autoconsciência de ser e estar construindo seu *ethos* discursivo, o enunciador também se vale da imagem que os outros fazem de si, enquanto mulher, para reforçar seu próprio *ethos*. Sua maneira de dizer sintoniza-se com sua maneira de se comportar, aproximando-se dos co-enunciadores, visando fundir-se numa única identidade social, igualando representante e representado.

A constituição do *ethos* do enunciador resulta da construção de imagem de si no discurso conjugada à imagem de mulher veiculada em sociedade. Suas posições, opiniões, colocações, críticas e defesas são calcadas nos valores comuns, disseminados social e culturalmente, valendo-se de estereótipos para constituir sua imagem pública.

A maneira de conciliar essa imagem pessoal e pública é feita em tom sério, quase austero, revelando nesse procedimento um *ethos* de *seriedade*, cuja predominância não foi observada nos discursos anteriores analisados. Aqui, mesmo o enunciador estando imerso no campo do discurso político e do feminino, sua maneira de dizer é feita com a ausência de recursos patêmicos, não apelando para estruturas linguísticas carregadas de significados semânticos ligados às emoções.

Perante o público feminino, o enunciador de voz feminina posiciona-se acima de qualquer conotação de disputa entre o universo masculino e o feminino, para transcender a questão de gênero humano, relegada aqui ao segundo plano, pois ao enunciador interessa discutir com *seriedade* usando sua posição de *credibilidade*. Esse tom discursivo engendrado beira à neutralidade de gênero humano, podendo ser representativo tanto de enunciador de voz feminina quanto o de voz masculina.

Com isso, a imagem de mulher defendida pelo enunciador no Fórum das Mulheres Líderes, no Rio+20, centra-se no diferencial de acesso aos recursos econômicos e sociais, expondo as desigualdades sociais de direitos, as precariedades da vida familiar e de sobrevivência de milhares de mulheres em diversos países, em contradição à conquista de postos de poder e de *status* por outras camadas sociais mais elitizadas. O olhar realista e engajado politicamente predomina na constituição de *ethos* do enunciador, nesse D4, convergindo com a afirmação de Avelar (1996, p. 75) que *quanto mais elevado o status na rede de inter-relação social e pessoal, maiores são as chances de ascender à elite política*.

3.2.4.2. O *ethos* constituído pelo estatuto do enunciador e do co-enunciador

O estatuto do enunciador estabelece a relação existente entre enunciados e co-enunciadores. É essa relação que garantirá a legitimidade do discurso, pois o enunciador considera antecipadamente a existência da competência discursiva do co-enunciador para fazer inferência, reconhecer intertextos e formular proposições a partir do que é dito ou escrito.

Tal fala/discurso conforme o estatuto de enunciador é institucional e não pessoal. Há uma relação institucional entre o enunciador, por exemplo, o político com o co-enunciador. O outro também tem seu estatuto próprio e o diálogo fica mais positivo e produtivo quando há o respeito entre os estatutos de cada um. Por exemplo, quando Dilma Rousseff diz algo para os eleitores é porque acredita que o que está dizendo tem uma aceitação e harmoniza-se com o estatuto do eleitor, estabelecendo certo pacto.

O estatuto do enunciador relaciona-se com os papéis de cada um dos atores. O discurso do enunciador contém papel que deverá ser reconhecido e aceito (e não rejeitado) para acontecer a relação discursiva (estratégia adesiva de convencimento). O enunciador deve ter competência discursiva do mesmo modo que o co-enunciador, caso contrário, este não terá poder para completar, preencher lacunas, fazer inferências e interagir com as proposições feitas pelo enunciador.

A meta desse estatuto é criar um clima de adesão com o co-enunciador, com a legitimação de enunciador condicionada à existência do co-enunciador. Da mesma forma que em psicanálise, o eu só se legitima porque existe o outro.

O tratamento do enunciador, neste D4, revela, frente aos seus co-enunciadores, de modo propositado e distanciado, caráter diferenciado e subjetivo ao abordar o tema liderança feminina. Joga com sua identidade de líder feminina e ao mesmo tempo com seu *ethos* de credibilidade. Tal atitude representa um desses diversos modos da subjetividade enunciativa reveladores da competência discursiva do enunciador. Cada discurso define o estatuto que o enunciador deve se atribuir e o que deve atribuir a seu destinatário para legitimar seu dizer (MAINGUENEAU, 2008, p. 87).

Simone Bonnafous (2003, p. 121), uma analista do discurso francesa, comenta sobre as pesquisas de duas especialistas em estudos sobre as mulheres na política, Mariette Sineau e Jane Feedman. As conclusões das duas pesquisadoras, uma francesa e outra inglesa, convergiram e oscilaram entre dois polos: de um lado, as autoras destacam os obstáculos experimentados pelas mulheres, os medos, as dificuldades de se impor num universo ainda largamente percebido como masculino e, de outro, elas aderem a uma visão quase redentora do papel das mulheres na política, com a qual até mesmo alguns homens parecem concordar.

Bonnafous (2003, p. 121) acrescenta que as mulheres na política são mais concretas, mais práticas, mais modestas, mais hábeis para o diálogo e têm mais abertura. Representariam ainda (uma vez ultrapassado seus bloqueios) a esperança de um mundo político melhor, quando liberadas de toda a carga atribuída pelo mundo político tradicional, a saber: a fala de duplo sentido, o distanciamento da realidade, o maniqueísmo, a corrupção, a ineficiência, entre outros aspectos. Segundo a autora, essa superioridade feminina pode ser atribuída à natureza ou à situação de dominação por longo tempo e ainda largamente vivenciada pelas mulheres (versão mais frequentemente defendida pela esquerda). Em síntese, para a autora, de todas essas falas de mulheres políticas sobressai claramente a ideia de um *valor agregado* das mulheres na política (2003, p. 122).

Podemos correlacionar os dados observados pelas pesquisadoras francesas, com o discurso D4 de Dilma Rousseff, pautados na percepção do anseio, tanto do enunciador quanto da Presidente, de contribuir para o aumento da emancipação feminina no campo político, ao mostrar compreensão do cenário nacional e internacional quanto à condição da mulher no universo político e, ainda, ao possuir a consciência de seu papel e de seu *status* de líder e chefe da nação, podendo influir no percurso dos acontecimentos futuros relativos à participação da mulher na política.

A ênfase dada pelo enunciador às questões das mulheres, corroborada pela cenografia tipicamente feminina, reforça seu *ethos*, revelado de modo pessoal, mas com arremedos de querer se tornar *ethos* universal caracterizador do feminino.

3.3. Análise dos diversos *ethé* observados nos D1, D2, D3 e D4 e a repercussão na imagem da mulher na política

Da mesma forma que o *caráter corresponde a um feixe de traços psicológicos* (CHARAUDEAU, 2011, p. 18), analisar o *ethos* discursivo de qualquer enunciador, em especial de um político, também corresponde a analisar o conjunto dos diferentes *ethé* manifestados durante a enunciação, compondo, portanto, um feixe de *ethé*. Esse feixe de *ethé*, por sua vez, vai dar o tom do discurso, não só desenhando o corpo do enunciador, fenômeno da corporificação descrito por Maingueneau, como também estabelecendo a cadência e o ritmo dos elementos constituintes da enunciação.

Em verdade, o enunciador de discurso político tende a dominar esse percurso discursivo e seus efeitos de sentido, manobrando o tom conforme seu interesse, vontade e propósito, visando a obter a adesão dos co-enunciadores e realimentar o seu próprio *ethos*.

Podemos destacar a faixa de variação dos vários *ethé* que se manifesta no *ethos* discursivo. Nesse espectro, o que varia relaciona-se com o enunciador e conforme as condições de produção de seu discurso. Nesse sentido, poderemos esboçar um perfil de *ethos* discursivo, composto por *ethos* concentrado ou convergente, que conjuga em si mesmo o conjunto de características de manifestação discursiva do enunciador.

O papel da cenografia na composição do *ethos* é relevante e decisivo para a elaboração das estratégias de conquista das adesões dos co-enunciadores. Nos quatro discursos analisados, observamos a flutuação e modificação do tom discursivo conforme as condições de produção, em particular do local (*topos*) de onde fala o enunciador.

Há também correlação cronológica na maneira do enunciador de manifestar seu *ethos* conforme o lugar de onde discursa. O D1 apresenta a situação de comunicação na cidade de Brasília (DF), no Palácio do Planalto, local de trabalho da autoridade máxima do país, onde Dilma Rousseff recebeu a faixa presidencial e realizou seu primeiro discurso enquanto Presidente eleita. A caracterização de seu *ethos* pode ser examinada a partir do cenário nacional, ressaltando a predominância do conjunto de co-enunciadores brasileiros na

posição dos mais interessados naquela cerimônia e com maior expectativa de como será o seu governo.

O *ethos* do enunciador nessa situação de comunicação apresenta-se forte, firme, expressando coragem e visão otimista do futuro, traduzindo reflexos dos efeitos patêmicos das emoções de esperança e confiança nos próximos anos de mandato. O enunciador procura abarcar o maior número possível de temas para expressar seu propósito de governar para todos e atender a todas as demandas. Além disso, o *ethos* de coragem e de mãe cuidadora se manifestam também.

No D2, a situação de comunicação se translada para o exterior, na cidade de Nova York (EUA), sede da ONU, onde o enunciador se dirige a uma plateia de co-enunciadores estrangeiros, chefes de Estado das diversas nações ali representadas. A partir desse cenário internacional, a manifestação de seu *ethos* expressa firmeza, coragem, havendo o propósito de o enunciador alternar o foco de atenção entre dois principais campos discursivos: o político e o universo feminino.

Nesse D2, há evidente organização enunciativa interdiscursiva pela concorrência constante desses dois campos discursivos, pois o enunciador quer demarcar seu posicionamento de pertencimento a ambos, a fim de corroborar a constituição de seu *ethos* pretendida. Sua vontade de passar imagem de força e de coragem mistura-se ao desejo de assumir-se enquanto mulher, concentrando para si o poder que lhe foi conferido enquanto Presidente do Brasil e o poder ora exercido por sujeito do gênero feminino, rompendo barreiras de séculos de opressão e de ausência de direitos civis e políticos destinados às mulheres.

Já no D3, com situação de comunicação novamente em Brasília (DF), discursa para brasileiros pertencentes a amplo leque de origem social, visando à aglutinação e à convergência para o tratamento de tema tão controverso sobre o passado histórico brasileiro vivenciado durante a ditadura militar. A manifestação do *ethos* do enunciador visa passar imagem de verdade, justiça e equilíbrio entre as forças antagônicas dos vários atores políticos, militares, revolucionários e familiares envolvidos nos fatos a serem investigados. Aqui, nota-se preocupação do enunciador em tratar de assunto delicado, de modo distanciado, pois os co-enunciadores sabem dos interesses que poderiam

interferir na decisão tomada. Enquanto sujeito empírico envolvido diretamente no episódio, a Presidente brasileira possui poder instituído pela investidura de seu cargo e função para assinar a promulgação de lei e abrir a Comissão da Verdade.

No D4, enfim, em situação de comunicação na cidade do Rio de Janeiro, com plateia de co-enunciadores predominantemente feminina, discursa com objetividade, mostrando o tom de enunciador burocrático e responsável, mas distanciando-se um pouco dos co-enunciadores, quando comparado aos discursos anteriores, pois evita o uso de palavras ou expressões com efeitos patêmicos. Mantém-se no objetivo de constituir *ethos* de força, destacando o *ethos* de credibilidade e o de responsabilidade, com propósito de atender à expectativa das autoridades internacionais ali presentes, de dizer o esperado pelas demais mulheres chefes de Estado, mas sem querer chamar para si a liderança mundial para a solução dos problemas levantados. Neste quarto discurso observa-se a manifestação de *ethos* com menor visada de efeitos patêmicos e com maior seriedade.

Assim, construção de *ethos* pelo enunciador abrange visão multifacetada e fragmentada da identidade desse sujeito, resultando sua constituição da soma das características dos diversos *ethé* discursivos manifestados e observados. Entendemos o *ethos* de modo simbólico semelhante a feixe de *ethé* formando uma identidade projetada (bloco identitário) que poderíamos chamar de *ethos* síntese das várias facetas.

As estratégias de utilização de elementos de *pathos*, das emoções, associadas ao *ethos*, visaram conquistar a adesão dos co-enunciadores, especialmente do gênero feminino, com base na crença de que as mulheres são mais sensíveis aos apelos emocionais, às referências à dor e ao sofrimento, além dos elementos associados ao senso comum da capacidade natural do cuidar e proteger, observados nas mulheres.

As marcas discursivas do campo do feminino foram exploradas pelo enunciador quando das referências à condição de liderança da mulher na família brasileira, à responsabilidade na condução dos assuntos domésticos, à gestão da vida familiar, tornando-se exemplos da demonstração do posicionamento e atitude responsiva, de modo geral, das mulheres no estabelecimento

do *tom* das ações e decisões importantes do lar, atualmente inerentes ao gênero feminino no século XXI.

As novas gerações, após a revolução feminista nos anos 1960, despontam com maior maturidade para adentrarem em ambientes antes exclusivos aos homens, impelidas pela força do grito de liberdade implícito nos movimentos feministas. Participar da vida pública e política de um país deixou de ser tabu para a realidade brasileira, embora se observe que esse comportamento ainda não é totalmente aceito por todas as camadas sociais, sejam políticas, econômicas, religiosas ou institucionais.

O aspecto moral embutido no *modus faciendi* feminino, carregado de resquícios da moral religiosa-cristã, especialmente no Ocidente, dificulta o rompimento pleno das barreiras no mundo político-social-econômico.

A presença dessas marcas discursivas do campo do feminino revela o desejo do enunciador de construir um *ethos* solidário, compartilhado, empático, conjugando a adesão do outro em seu discurso e ao mesmo tempo realizando o próprio imaginário, enquanto sujeito enunciador, na imagem construída de si e projetada nos e pelo co-enunciadores. Configura-se, assim, interdependência na constituição do *ethos* do enunciador em relação aos seus co-enunciadores, especialmente os do gênero feminino, transparecendo, de certo modo, a defesa de determinado grupamento social.

Exemplos de recortes em que a fala da Presidente brasileira inclui a imagem de si e a imagem que o enunciador tem de seus co-enunciadores, construindo por meio de determinado vocabulário uma ideia pré-concebida do perfil das mulheres não só brasileiras como também das estrangeiras, pertencentes a outras culturas:

Mas mulher não é só coragem. É carinho também. [D1]

Nós, mulheres, sabemos, mais que ninguém, que o desemprego não é apenas uma estatística. Golpeia as famílias, nossos filhos e nossos maridos. Tira a esperança e deixa a violência e a dor. [D2]

No meu país, a mulher tem sido fundamental na superação das desigualdades sociais. Nossos programas de distribuição de renda têm nas mães a figura central. [D2]

As mulheres anônimas, aquelas que passam fome e não podem dar de comer aos seus filhos. [D2]

As mulheres, como geradoras de vida, ocupam, em todas as sociedades humanas, um papel especial, e devemos, por isso, reconhecer este papel, tanto do ponto de vista da proteção ao meio

ambiente, quanto do ponto de vista das garantias de inclusão social, como também como agentes do desenvolvimento. [D4]

As mulheres são a face principal da pobreza no mundo - as mulheres e as crianças. [D4]

Essa imagem estereotipada criada pelo enunciador em seu discurso reforça e corrobora a imagem veiculada na mídia impressa ou televisiva de perfil idealizado de mulher trabalhadora, com múltiplas tarefas dentro e fora de casa. Um perfil de mulher moderna, dinâmica, incansável, corajosa, que atende tanto às demandas do mundo doméstico, familiar e conjugal, como ao mundo externo, da cidadã, da líder comunitária, dos papéis vivenciados de ordem pública e social. No coletivo, a mulher vai ganhando espaços, experimentando ocupar funções e papéis de modo às vezes original, com perfil feminino, personalizado, outras vezes, de modo a imitar e reproduzir a maneira de ser do homem, do perfil masculino, tradicionalmente demonstrado ao longo de vários séculos de dominação, de caráter dominador e autoritário, em geral.

A noção de ethos discursivo engloba portanto tudo o que, dentro da fala de um enunciador, faz emergir, tanto sob seu controle, quanto involuntariamente, uma representação de sua pessoa no auditório (VASSY, 2008, p. 106). Assim, podemos dizer que os traços manifestados nos atos de fala que concernem ao caráter (*ethos*) visam à receptividade do co-enunciador (*pathos*).

As variações de *tom* dos discursos analisados, apresentando temas e co-enunciadores diferenciados, contribui para esboçar um terreno mais favorável à manifestação de *ethos* de voz feminina, por meio dos problemas sociais, que influenciam a vida das pessoas de maneira relativamente direta, sob a perspectiva feminina. Assim, para os efeitos de variações de contexto, de suporte e de gênero mediático sobre a maneira de as mulheres políticas mencionarem sua feminilidade, destacada por S. Bonnafous, convém acrescentar os efeitos das variações temáticas. *Aquela palavra multiforme, modulada em função dos territórios temáticos investidos, poderá ser ela mesma uma característica de ethos político feminino* (VASSY, 2008, p. 114).

Outro componente importante na constituição desse *ethos político feminino* está na maneira como o *pathos* contribui para a construção do *ethos* no discurso político, constatando a presença das emoções, ainda que não

mostradas explicitamente no enunciado, mas que participam da construção do posicionamento e da identidade discursiva do enunciador.

Os resultados da pesquisa revelam que o uso da dêixis discursiva projeta *ethé* distintos que legitimam o modo de enunciação, buscando posicionamentos sobre o universo feminino, a emancipação da mulher e a necessidade de maior empoderamento das mulheres nas várias instâncias políticas e cidadã. Apesar da manifestação de *ethos* de coragem ser mais presente nos D1, D2 e D3, há a combinação entre este com o *ethos* de credibilidade, de responsabilidade e de seriedade, compondo um sistema de crença calcado na ideia de representação social da mulher.

Essa representação social da mulher possui conteúdos, sobre a questão feminina, consolidados ao longo de séculos, especialmente a partir da época vitoriana, na Inglaterra e espalhando-se pela Europa e nas Américas. Os vários papéis assumidos socialmente pelas milhares de mulheres habitantes deste Planeta, tais como a condição de pobre, rica, trabalhadora, dona de casa, estudada, erudita, intelectual, vítima, oprimida, violentada, endeusada, adorada, amante, entre outras categorias, participam da constituição de *ethos* do enunciador de voz feminina. Assim como a literatura cria *ethos* com efeito de real, o discurso político cria *ethos* com efeito universal, com tons estereotipados, sem perder de vista os parâmetros do real, visando à adesão do maior número de co-enunciadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados pesquisados e as análises efetuadas contribuem para a elaboração de proposta de *ethos* discursivo de voz feminina, muito embora tenhamos a noção de que analisar quatro discursos proferidos por um só sujeito empírico não nos possibilita concluir elementos consistentes para efeito de transcendência e generalização, em termos de pesquisa qualitativa profunda.

Contudo, para esta proposta e na delimitação do campo e espaço discursivos, percebemos alguns pontos que podem sinalizar a constituição de *ethos* de voz feminina, bem como de rever os estereótipos da imagem da mulher.

O discurso político revela o propósito do político em sua essência mais fundamental, caracterizada pela imagem idealizada de si, mostrada por um *ethos* com caráter dissimulado, em geral, por um jogo de máscaras dentro das representatividades sociais. Conjuga elementos da encenação com o conteúdo, em geral, estereotipado dos desejos inconscientes dos co-enunciadores, para tornar-se a figura de referência, central, *ápice da intenção persuasiva e manipuladora* (CHARAUDEAU, 2011).

Falar torna-se sinônimo de fazer e, nas palavras de Charaudeau, o enunciador de discurso político usa lucidamente o saber dizer e o saber mostrar para provar o *seu* saber-fazer. A noção de ser capaz de produzir esse ato está intimamente dependente do grau de adesão dos co-enunciadores.

As adesões variam conforme a localização desses co-enunciadores nas principais instâncias sociais: a política, a cidadã, a social, a institucional, a midiática. Nos discursos analisados, as instâncias predominantes implicadas são a política e a cidadã, porém, a influência da instância social referente ao universo feminino conduz a certo tipo de constituição de *ethos* discursivo de voz feminina.

O jogo dos estereótipos da imagem da mulher ao longo das épocas cristalizou imagem convencionada da maneira de ser da mulher, seja pelo aspecto da natureza em si do gênero feminino, com qualidades relacionadas à maternagem e prole, seja pela ideia mundialmente difundida de ser o *segundo*

sexo, condição observada ao longo da História das civilizações de hegemonia masculina.

Nessa perspectiva, algumas interpretações e significados dos conteúdos existentes nos discursos analisados apontam para uma tentativa de resgate do valor da mulher enquanto cidadã, com direitos civis e políticos conquistados, porém não amplamente exercidos. A própria estratégia do enunciador em fazer valer sua condição de ser mulher, lançando mão de valores, emoções e sentimentos intrinsecamente femininos, produz eco no *ethos* ao espelhar significados reciprocamente valorizados entre enunciador e co-enunciadores do gênero feminino.

Nos discursos analisados, a mistura das duas instâncias, a cidadã e a política, é proposital e com intencionalidade dirigida, a fim de obter a adesão de seus co-enunciadores não só pela força de argumentos, ideias e propostas, mas também, e talvez principalmente, pela firmeza de caráter, poder decisório, eficiência, agilidade administrativa na gestão de pessoas, pela evitação ou dispensa de rodeios e floreios na escolha das palavras, segundo o perfil pessoal de *mão de ferro* e capacidade de governar de modo comedido, sem alardes ou espectacularização, a exemplo de outros governantes que já passaram pelo Palácio do Planalto.

A representação simbólica dos valores expressos nos discursos da Presidente Dilma pode ser exemplificada quando o enunciador diz algo relativo à temática do feminino que é interpretado por um co-enunciador do gênero feminino inscrito no campo discursivo do feminino, implicando uma posição social, reagindo a essa fala. Tal reação reverbera na própria enunciação feita pelo enunciador, fortalecendo, assim, a constituição do *ethos* discursivo. O circuito dos estereótipos contidos nesse campo reforça a visão sobre as temáticas femininas encadeando significados-interpretações-*ethos*. Esses ecos discursivos contêm infinidade de *ethé* discursivos, originados de uma mesma matriz: o propósito do enunciador de voz feminina.

Com isso, o jogo de forças discursivas e conceituais criado pelo enunciador expressa, aberta e veladamente, em alguns casos, o desejo de emancipação das mulheres no cenário político, com intuito de romper o antagonismo superioridade-inferioridade existente entre homem-mulher, tanto no sentido simbólico quanto no sentido real vivenciado no cotidiano. Desse modo, o enun-

ciador firma imagem de *ethos* de voz feminina construída positivamente, com resultados claros, sinceros, como aparece na própria fala do enunciador: *pois é com coragem e sinceridade que quero lhes falar no dia de hoje.*

Na composição do *ethos* do enunciador estão presentes os traços de sinceridade e fidelidade para construir imagem virtuosa de si, visando ao público feminino em especial e, com isso, deixa perceber certa força de convicção íntima. Ao mesmo tempo, passa a imagem de altivez quando esboça seu atributo ou perfil de coragem. Contudo, os vários atributos observados de sua maneira de ser não se firmam de modo marcante a ponto de caracterizar uma das facetas do carisma na constituição de seu *ethos*, de acordo com a descrição proposta por Charaudeau (item 1.3.3.1).

Com base nos discursos analisados, observamos distanciamento da manifestação do enunciador da **faceta** do carisma **transcendental**, pois o mesmo não apresenta traços messiânicos, no sentido religioso do termo, nem se coloca como figura de *ninfa inspiradora* para os movimentos sociais populares, embora revele a característica de ser mãe, genitora e cuidadora em sua imagem feminina.

Da **faceta cesarista**, destacamos o *ethos* de coragem, presente nos líderes com personalidade forte, porém usa o valor coragem nas circunstâncias pessoais vividas e não na construção de discurso político contestador, crítico, com tons revolucionários como se caracterizam os políticos de carisma cesarista. Na verdade, sua energia é canalizada para um discurso conciliador e não para gerar atos de dominação ou de coerção.

Tampouco podemos afirmar a existência de **faceta enigmática** do carisma do enunciador, em função de não manifestar atmosfera de sedução ou de mistério em sua personalidade para que possam atrair os co-enunciadores pelo manejo das palavras.

O enunciador também se distancia da **faceta** do carisma **do sábio**, aquele que toma como referência o ideal humano, em geral carregado de compaixão, mas sem estar revestida de emoção. Essa característica é contrariada pelo traço observado nas patemizações discursivas identificadas nos discursos analisados, especialmente o D1.

Tal indicação da presença de *pathos* nos discursos revela-se pela escolha de temática feminina elegendo para discussão temas centrais para

qualquer mulher cidadã do mundo. A estratégia procura abordar problemas sociais, familiares e culturais sob a ótica da co-moção (emocionar junto), para dar efeito patêmico, pois o enunciador sabe que a instância de recepção (os co-enunciadores) pensa da mesma maneira e se posiciona a favor da condição emancipada e autônoma da mulher na vida pública social e política. Embora os métodos de se alcançar esse objetivo às vezes diverjam, as mulheres *empoderadas*, referidas especialmente no D4, convergem na defesa da questão do gênero feminino. Esse foi o propósito principal do encontro no Fórum das Mulheres Líderes, na Rio+20.

Algumas pistas ou referências, percebidas pela escolha do léxico, levam à exacerbação da emoção com o intuito de impressionar, sensibilizar, em busca da adesão dos co-enunciadores, mostrando a representação do que seria racional, mas com um toque de emoção. O diálogo resultante entre *logos* (razão) e *pathos* (emoção) produz o *ethos* (imagem) caracterizado pela figura de Presidente humana, com sensibilidade para descrever as emoções de que já viveu o sofrimento (a exemplo dos tempos do cárcere).

Assim a tríade aristotélica se incorpora no discurso e, pela perspectiva de Charaudeau sobre *ethos*, a representação da identidade social do sujeito social se associa à representação da identidade discursiva do enunciador para convergir na mesma imagem.

A própria escolha dos temas sociais problemáticos gera uma tensão nos discursos da Presidente brasileira, criando certo efeito na recepção (*captação*) das informações veiculadas nos co-enunciadores. A habilidade com que o enunciador usa os conteúdos temáticos intercalados ou mesclados com a presença patêmica (das emoções) de elementos discursivos faz dos discursos D1 e D4, principalmente, funcionar como a representação simbólica da imagem das mulheres do século XXI, que coexistem em suas diferenças e semelhanças quanto aos direitos à cidadania, à autonomia política, à igualdade de gêneros, à discriminação de salários e de profissão. Enfim, ao exercício pleno de sua cidadania e de suas decisões pessoais sobre o seu próprio corpo.

O enunciador, ao evocar situações cotidianas, oferece garantias de credibilidade e de autenticidade sobre o que é dito, tornando-o em algo mostrado, enquanto verdadeiro e comprovável para qualquer mulher informada e atenta ao conhecimento de mundo compartilhado. Tal atitude também corrobora a

construção de *ethos* discursivo de voz feminina, uma vez que o enunciador se equipara a todas as mulheres do mundo como que querendo dizer *sou uma de vocês, sou igual a vocês (areté)*. Essa identificação mútua torna-se capaz de constituir uma identidade social e uma identidade discursiva fundida em um único *ethos*, não o *ethos* generalista, ou mesmo o *ethos* fragmentado do sujeito contemporâneo, mas uma imagem de si apreciada simultaneamente pela condensação de vários *ethé*, resultado da soma do *ethos* do enunciador e dos *ethé* dos co-enunciadores. Essa pluralidade remete à possibilidade simbólica de singularidade de imagem de si. Essa noção se confunde com a noção de estereótipo.

A patemização manifestada nos discursos D1 e D2 por meio de termos com valor emblemático é percebida em seus opostos:

Dor --- alegria

Angústia --- esperança

Antipatia --- simpatia

Atração --- repulsa

O enunciador ao explorar o enunciado sobre a miséria, na tentativa de eliminar a sensação de impotência do cidadão comum frente à miséria humana, conduz os co-enunciadores ao campo discursivo da afetividade e das emoções.

Assim são instauradas as condições de produção dos quatro discursos escolhidos, mesmo apresentando graus diferentes em cada um deles, de o enunciador articular as emoções e sua visada patêmica para fazer eco com seu *ethos*, sintonizando seu desejo de encontrar *a verdade do dito* com a *verdade do vivenciado*, ou pelo menos sua representação.

A conjugação dessa estratégia patêmica com o discurso político, em sua essência, visa eliminar a dicotomia entre o dizer e o fazer, aderindo ao *dizer é mostrar*, mesmo correspondendo a valores diferenciados da realidade. O enunciador busca correlacionar compaixão e ação com base no olhar feminino diferente do olhar masculino, que, pela distinção dos gêneros, não contém a essência do cuidar da prole e o da maternagem. Cuidar da miséria pode transmitir sentimento de compaixão, efeito patêmico que move o enunciador a agir para solucionar tal problema enquanto sujeito político, como também move-o em direção aos co-enunciadores (femininos em particular) em

aproximação empática (HALL, 2007) enquanto sujeito pertencente ao gênero feminino.

Assim, o efeito patêmico auxilia na constituição de *ethos* discursivo de voz feminina. O enunciador está autoconsciente dessa dinâmica de movimentação, ora alargando e expandindo os limites do campo discursivo político, ora aproximando e estreitando a cumplicidade e o compartilhamento de emoção com os co-enunciadores no campo discursivo do feminino.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

- AMARAL, Ricardo Batista. *A vida quer é coragem – a trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil*. 304 p. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.
- AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso – a construção do ethos*. Trad. Dilson F. da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2011.
- ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Trad. Antonio Pinto de Carvalho. Coleção Universidade de Bolso. São Paulo: Ediouro, s/d.
- _____. *Aristóteles – A política*. Trad. Nestor Silveira Chaves. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal, n.16. São Paulo: Escala, s/d.
- _____. *Ética a Nicômaco*. Trad. Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Heterogeneidades enunciativas*. In: Cadernos de Estudos linguísticos, 19. Campinas, IEL. 1990.
- AVELAR, Lúcia. *Mulheres na Elite Política Brasileira – canais de acesso ao poder*. Coleção Pesquisas, Centro de Estudos da Fundação Konrad-Adenauer Stiftung. N. 6, Ano 1996. São Paulo: UNESP, 2001.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- _____. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla. *Feminismo como crítica da modernidade – Releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.
- BERENSTEIN, Eliezer. *A inteligência hormonal da mulher*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- BONNAFOUS, Simone. *Femme politique: une question de genre?*, revue *Réseaux*, La Découverte, vol.4, n. 120, ano 2003, p. 119-145.
- BONNAFOUS, Simone; TEMMAR EDS, Malika. *Analyse du discours et sciences humaines et sociales*. Paris: Ophrys, 2007.

CASTRO, Flávia Lages de. *História do direito geral e do Brasil*. 5. ed. São Paulo: Editora Lumen Juris, 2007.

CHAGAS, Fundação Carlos. *Mulher brasileira – Bibliografia anotada*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

CHARADEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARADEAU, Patrick. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette Éducation, 1992.

_____. Une analyse sémiolinguistique du discours. *Langages*, vol. 29, n. 117, 1995. p. 96-111.

_____. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIOKUS, Maria Aparecida Lino; SIGRID, Gavazzi (orgs). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Trad. Fabiana Komesi e Dilson Ferreira. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

_____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Coordenação da equipe de tradução Ângela M. S. Corrêa & Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. Cap. 1. In: *As emoções no discurso*. MENDES, Emilia; MACHADO, Ida Lúcia (orgs.). vol. II. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

_____. *Discurso Político*. Trad. de Dilson F. da Cruz e Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. *Notes de Campagne. Charisme quand tu nous tiens – Les paradoxes du charisme en politique*. Material fornecido em aula, disciplina Teoria Semiolinguística, prof. Ida Lúcia Machado, POSLIN, UFMG, 17 out. 2012.

CHESLER, Phyllis; *Women & Madness – When is a woman mad... and who decides whether she is?* New York: Avon Books, 1973.

COOK, Bernard A. *Women and war: a historical encyclopedia from antiquity to the present*. Vol. 1. Santa Barbara, California, EUA: ABC-Clio Inc., 2006. p. 624-625.

COURTINE, Jean-Jacques. *Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública*. Trad. Nilton Milanez, Carlos Piovezan Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

_____. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours, à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. In: *Langages*, 15e année, n.62, 1981. p. 9-128.

FOUCAULT, Michel. *L'Archéologie du Savoir*. Paris: Gallimard, 2010 [1969].

_____. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Trad. Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 1975.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 1. ed. em 1992, 11. ed. em 2007. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 102 páginas.

HALL, Edward T. *A dimensão oculta*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

HORNEY, Karen. *La psychologie de la femme*. 286 p. Bibliothèque Scientifique. Paris: Payot, 1969.

MAAR, Wolfgang Leo. *O que é Política*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MACHADO, Ida. Algumas reflexões sobre a teoria semiolinguística. *Rev. Letras & Letras*. Uberlândia. n. 22., v.2., jul./dez. 2006, p. 13-21.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Campinas: Unicamp, Pontes, 1997.

_____. Analisando discursos constituintes. *Revista GELNE*, v. 2, n. 2, 2000.

_____. *Análise de Textos de Comunicação*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Termos chaves da análise do discurso*. Trad. Márcio V. Barbosa e Maria Emília A. Torres Lima. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

_____. Formação discursiva, unidades tópicas e não-tópicas. In: BARONAS, Roberto Leiser (org.). *Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007.

_____. A análise do discurso e suas fronteiras. *Revista Matraca*. v. 14., n. 20, Rio de Janeiro, jan. / jun. 2007b.

_____. *Gênese dos Discursos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1995].

_____. *Cenas da enunciação*. Org. Sírio Possenti, Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola Editorial, 2008a.

_____. A propósito do *ethos*. In MOTTA, Ana Raquel & SALGADO, Luciana. *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008b.

_____. *Doze conceitos em análise do discurso*. Sírio Possenti, Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva (orgs.). Trad. Adail Sobral et al. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MENEZES, William A. Semiolinguística e política. In: MACHADO, Ida L.; SANTOS, João Bosco Cabral dos; MENEZES, William Augusto (orgs.). *Movimentos de um percurso em Análise do Discurso - Memória acadêmica do Núcleo de Análise do Discurso da FALE/UFMG*. Belo Horizonte: NAD/POSLIN/FALE/UFMG, 2005.

MILES, Rosalind. *A história do mundo pela mulher*. 342 p. Rio de Janeiro: Casa Maria Editorial e LTC Livros Técnicos e Científicos, 1989.

MILLETT, Kate. *Sexual politics – the single most important book to challenge the tyranny of sex*. 544 p. The feminist classic. New York: Ballantine books, 1978.

MOTTA, Ana Raquel & SALGADO, Luciana. *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.

MUSSALIN, F. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C.(orgs.). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. Vol. 2, 6ª ed. São Paulo: Cortez, p.101-141, 2009.

ORLANDI, Eni P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2003.

OSTERMANN, Ana Cristina & FONTANA, Beatriz (Org.). *Linguagem, Gênero, Sexualidade*. 166 p. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

PACHECO E CHAVES, Anésia. *E agora, mulher?* 330 p. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. de Eni Pulcinelli Orlandi. São Paulo: Pontes, 1990.

PIETTRE, Monique A. *La condition feminine à travers les ages*. 256 p. Paris: Marabout université, 1974.

PIMENTEL, Silvia. *Evolução dos direitos da mulher – norma fato valor*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1978.

POSSENTI, Sírio. *Os limites do discurso*. Curitiba: Criar, 2002.

_____. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à linguística – fundamentos epistemológicos*. Vol. 3, 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. *Questões para analistas do discurso*. Parábola: São Paulo, 2009.

SEARLE, John. Métodos e Objeto, cap. 1. In: _____. *Os actos de fala: um ensaio de filosofia da linguagem*. Coimbra: Almedina, 1991.

SORJ, Bila e BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. 286 p. São Paulo: Fundação Carlos Chagas e Marco Zero, 1994.

Vários autores. Livro de cabeceira da mulher. *Nova Fase*. Vol. 2. Rio de Janeiro: publicação bimestral da Civilização Brasileira: reportagens, crônicas, confissões, entrevistas, contos, humorismo, 1975.

VERUCCI, Florisa. *A mulher e Direito*. 212 p. São Paulo: Nobel, 1987.

SITES

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Hétérogénéité(s) énonciative(s). In: *Langages*, 19^e. année, n. 73, 1984. p. 98-111. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726X_1984_num_19_73_1167>.

Acesso em: 23 fev. 2013.

BARTHES, Roland. L'ancienne rhétorique. In: *Communications*, 16, 1970. p. 172-223. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/comm_0588-8018_1970_num_16_1_1236>. Acesso em: 18 out. 2012.

BENVENISTE, Émile. L'appareil formel de l'énonciation. In: *Langages*, 5^e année, n°17, 1970. p. 12-18. Disponível em:<http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726X_1970_num_5_17_2572>. Acesso em: 15 abr. 2012.

BIOGRAPHICAL SKETCH. *Michelle Bachelet*, UN Women. Disponível em: <<http://www.unwomen.org/about-us/directorate/former-ed-michelle-bachelet/biographical-sketch-michelle-bachelet/>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, em 10.12.1948. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 17 fev. 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. *Itinerário brasileiro de um analista do discurso - A enunciação a cada momento da vida*. Artigo. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/Itinerario-brasileiro-de-um.html>>. Acesso em: 12 mai. 2012.

_____. Pathos et discours politique. In RINN, M. (coord.) *Émotions et discours. L'usage des passions dans la langue*, Presses universitaires de Rennes, 2008a. Disponível em <<http://www.patrick-charaudeau.com/Pathos-et-discours-politique.html>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

CHNM (Center for History and New Media). Roy Rosenzweig. Department of History and Art History, George Mason University, Virginia, EUA. Exploring the french revolution. *Olympe de Gouges. The Declaration of the Rights of Woman (September 1791)*. Disponível em: <<http://chnm.gmu.edu/revolution/d/293/>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

COURTINE, Jean-Jacques. *Intericonicidade*. Sorbonne Nouvelle, Paris III, em 2005. Entrevista concedida por Jean-Jacques Courtine a Nilton Milanez, publicada *on line* em 03 jun. 2009. Disponível em: <<http://grudiorcorp.blogspot.com.br/2009/06/intericonicidade-entrevista-com-jean.html>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

ENCICLOPEDIA BRITANICA. *Michelle Bachelet's biography*. Disponível em: <<http://global.britannica.com/EBchecked/topic/1009973/Michelle-Bachelet>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

FOLHA ONLINE. *A íntegra do discurso da Presidente*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2209201105.htm>>. Acesso em: 27 set. 2011.

FOLHA ONLINE. *Leia íntegra do discurso de posse de Dilma Rousseff no Congresso*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/853564-leia-integra-do-discurso-de-posse-de-dilma-rousseff-no-congresso.shtml>>. Acesso em: 23 mai. 2012.

FOLHA ONLINE. *Resultados das eleições para Presidente do Brasil em 2010, primeiro e segundo turnos*. Disponível em: <<http://placar.eleicoes.uol.com.br/2010/2turno/>> e <<http://placar.eleicoes.uol.com.br/2010/1turno/>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/defaulttab.shtm>>. Acesso em: 29 nov. 2011.

JORNAL FLORIPA. *Leia a íntegra do discurso de Dilma na Comissão da Verdade*. Disponível em: <<http://www.jornalfloripa.com.br/politica/index1.php?pg=verjornalfloripa&id=3720>>, Acesso em: 23 mai. 2012.

JORNAL FOLHA DE S.PAULO. Dia 6 jun. 2005. Primeira página: *PT dava mesada de R\$ 30 mil a parlamentares, diz Jefferson*. Íntegra da entrevista de Roberto Jefferson. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2005/06/06/2/>>. Acesso em: 21 abr. 2013.

LAROUSSE. *Encyclopédie Larousse on line*. *Moyen Âge. Histoire de la Sainte Jeanne D'Arc*. Disponível em <http://www.larousse.fr/encyclopedie/personnage/sainte_Jeanne_dArc/125788>. Acesso em: 23 abr. 2013.

LAROUSSE. *Encyclopédie Larousse on line*. *Biographie de Élisabeth I^{re}*. Disponível em:<http://www.larousse.fr/encyclopedie/personnage/%C3%89lisabeth_Ire/117916>. Acesso em: 23 abr. 2013.

LAROUSSE. *Encyclopédie Larousse on line*. *Victoire I^{re}*. Disponível em: <http://www.larousse.fr/encyclopedie/personnage/Victoria_Ire/148807>. Acesso em: 23 abr. 2013.

MAINGUENEAU, Dominique. *Scénographie épistolaire*. Artigo publicado na página personalizada do autor. In: _____. *La lettre entre réel et fiction*. J. Siess éd., Paris, Sedes, 1998. Disponível em: <<http://dominique.maingueneau.-pagesperso-orange.fr/contents3.html>>. Acesso em: 27 fev. 2013.

MULHER. *Declaração dos direitos da mulher*. França. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Declara%C3%A7%C3%A3o_dos_Direitos_da_Mulher_e_da_Cidad%C3%A3>. Acesso em: 13 mar. 2013.

NERIS, C.. *O funcionamento discursivo da polifonia em estruturas narrativas do discurso político: uma análise modular*. Congresso Nacional de Estudos Linguísticos, Brasil, set. 2011. Disponível em: <<http://www.eventos.ufes.br/index.php/conel/iconel/paper/view/146>>. Data de acesso: 24 Jan. 2012.

ONU. *Organização das Nações Unidas*. Disponível em: <<http://gadebate.un.org/66/brazil>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

ONU MULHERES. *Entidade das Nações Unidas para a igualdade dos gêneros e empoderamento das mulheres*. Disponível em: <<http://www.unwomen.org/about-us/about-un-women/>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

POMEROY, Sarah B. *Women in hellenistic Egypt: from Alexander to Cleopatra*. 243 p. Detroit, Michigan, EUA: Wayne State University Press, 1990. Consultado in: <http://books.google.com.br/books/about/Women_in_Hellenistic_Egypt.-html?hl=pt-BR&id=lCH6oWafBq8C>. Acesso em: 21 abr. 2013.

SPINELLI, Miguel. Sobre as diferenças entre éthos com épsilon e êthos com eta. *Revista Trans/Form/Ação*, Semestral, Vol. 32; N. 2, Marília, 2009, p. 9-44. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732009000200001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 ago.13.

VASSY, Serge, Ethos de femmes ministres. Recherche d'indices quantifiables, *Mots*. Les langages du politique, n. 78, 2008 [2005]. Disponível em <<http://mots.revues.org/422>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

ANEXO 1

Discurso de posse da Presidente da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, Palácio do Planalto, Brasília-DF, em 01/01/2011.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher.

Sinto uma imensa honra por essa escolha do povo brasileiro e sei do significado histórico desta decisão.

Sei, também, como é aparente a suavidade da seda verde-amarela da faixa presidencial, pois ela traz consigo uma enorme responsabilidade perante a nação.

Para assumi-la, tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira. Abro meu coração para receber, neste momento, uma centelha de sua imensa energia.

E sei que meu mandato deve incluir a tradução mais generosa desta ousadia do voto popular que, após levar à presidência um homem do povo, decide convocar uma mulher para dirigir os destinos do país.

Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres, também possam, no futuro, ser presidenta; e para que --no dia de hoje-- todas as brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher.

Não venho para enaltecer a minha biografia; mas para glorificar a vida de cada mulher brasileira. Meu compromisso supremo é honrar as mulheres, proteger os mais frágeis e governar para todos!

Venho, antes de tudo, para dar continuidade ao maior processo de afirmação que este país já viveu.

Venho para consolidar a obra transformadora do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, com quem tive a mais vigorosa experiência política da minha vida e o privilégio de servir ao país, ao seu lado, nestes últimos anos.

De um Presidente que mudou a forma de governar e levou o povo brasileiro a confiar ainda mais em si mesmo e no futuro do seu País.

A maior homenagem que posso prestar a ele é ampliar e avançar as conquistas do seu governo. Reconhecer, acreditar e investir na força do povo foi a maior lição que o Presidente Lula deixou para todos nós.

Sob sua liderança, o povo brasileiro fez a travessia para uma outra margem da história.

Minha missão agora é de consolidar esta passagem e avançar no caminho de uma nação geradora das mais amplas oportunidades.

Quero, neste momento, prestar minha homenagem a outro grande brasileiro, incansável lutador, companheiro que esteve ao lado do Presidente Lula nestes oito anos: nosso querido vice José Alencar. Que exemplo de coragem e de amor à vida nos dá este homem! E que parceria fizeram o Presidente Lula e o vice-Presidente José Alencar, pelo Brasil e pelo nosso povo!

Eu e Michel Temer nos sentimos responsáveis por seguir no caminho iniciado por eles.

Um governo se alicerça no acúmulo de conquistas realizadas ao longo da história. Ele sempre será, ao seu tempo, mudança e continuidade. Por isso, ao saudar os extraordinários avanços recentes, é justo lembrar que muitos, a seu tempo e a seu modo, deram grandes contribuições às conquistas do Brasil de hoje.

Vivemos um dos melhores períodos da vida nacional: milhões de empregos estão sendo criados; nossa taxa de crescimento mais que dobrou e encerramos um longo período de dependência do FMI, ao mesmo tempo em que superamos nossa dívida externa.

Reduzimos, sobretudo, a nossa histórica dívida social, resgatando milhões de brasileiros da tragédia da miséria e ajudando outros milhões a alcançarem a classe média.

Mas, em um país com a complexidade do nosso, é preciso sempre querer mais, descobrir mais, inovar nos caminhos e buscar novas soluções.

Só assim poderemos garantir, aos que melhoraram de vida, que eles podem alcançar mais; e provar, aos que ainda lutam para sair da miséria, que eles podem, com a ajuda do governo e de toda sociedade, mudar de patamar.

Que podemos ser, de fato, uma das nações mais desenvolvidas e menos desiguais do mundo - um país de classe média sólida e empreendedora.

Uma democracia vibrante e moderna, plena de compromisso social, liberdade política e criatividade institucional.

Queridos brasileiros e queridas brasileiras,

Para enfrentar estes grandes desafios é preciso manter os fundamentos que nos garantiram chegar até aqui.

Mas, igualmente, agregar novas ferramentas e novos valores.

Na política é tarefa indeclinável e urgente uma reforma política com mudanças na legislação para fazer avançar nossa jovem democracia, fortalecer o sentido programá-

tico dos partidos e aperfeiçoar as instituições, restaurando valores e dando mais transparência ao conjunto da atividade pública.

Para dar longevidade ao atual ciclo de crescimento é preciso garantir a estabilidade de preços e seguir eliminando as travas que ainda inibem o dinamismo de nossa economia, facilitando a produção e estimulando a capacidade empreendedora de nosso povo, da grande empresa até os pequenos negócios locais, do agronegócio à agricultura familiar.

É, portanto, inadiável a implementação de um conjunto de medidas que modernize o sistema tributário, orientado pelo princípio da simplificação e da racionalidade. O uso intensivo da tecnologia da informação deve estar a serviço de um sistema de progressiva eficiência e elevado respeito ao contribuinte.

Valorizar nosso parque industrial e ampliar sua força exportadora será meta permanente. A competitividade de nossa agricultura e da pecuária, que faz do Brasil grande exportador de produtos de qualidade para todos os continentes, merecerá toda nossa atenção. Nos setores mais produtivos a internacionalização de nossas empresas já é uma realidade.

O apoio aos grandes exportadores não é incompatível com o incentivo à agricultura familiar e ao microempreendedor. As pequenas empresas são responsáveis pela maior parcela dos empregos permanentes em nosso país. Merecerão políticas tributárias e de crédito perenes.

Valorizar o desenvolvimento regional é outro imperativo de um país continental, sustentando a vibrante economia do nordeste, preservando e respeitando a biodiversidade da Amazônia no norte, dando condições à extraordinária produção agrícola do centro-oeste, a força industrial do sudeste e a pujança e o espírito de pioneirismo do sul.

É preciso, antes de tudo, criar condições reais e efetivas capazes de aproveitar e potencializar, ainda mais e melhor, a imensa energia criativa e produtiva do povo brasileiro.

No plano social, a inclusão só será plenamente alcançada com a universalização e a qualificação dos serviços essenciais. Este é um passo, decisivo e irrevogável, para consolidar e ampliar as grandes conquistas obtidas pela nossa população.

É, portanto, tarefa indispensável uma ação renovada, efetiva e integrada dos governos federal, estaduais e municipais, em particular nas áreas da saúde, da educação e da segurança, vontade expressa das famílias brasileiras.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

A luta mais obstinada do meu governo será pela erradicação da pobreza extrema e a criação de oportunidades para todos.

Uma expressiva mobilidade social ocorreu nos dois mandatos do Presidente Lula. Mas, ainda existe pobreza a envergonhar nosso país e a impedir nossa afirmação plena como povo desenvolvido.

Não vou descansar enquanto houver brasileiros sem alimentos na mesa, enquanto houver famílias no desalento das ruas, enquanto houver crianças pobres abandonadas à própria sorte. O conagraçamento das famílias se dá no alimento, na paz e na alegria. E este é o sonho que vou perseguir!

Esta não é tarefa isolada de um governo, mas um compromisso a ser abraçado por toda sociedade. Para isso peço com humildade o apoio das instituições públicas e privadas, de todos os partidos, das entidades empresariais e dos trabalhadores, das universidades, da juventude, de toda a imprensa e de das pessoas de bem.

A superação da miséria exige prioridade na sustentação de um longo ciclo de crescimento. É com crescimento que serão gerados os empregos necessários para as atuais e as novas gerações.

É com crescimento, associado a fortes programas sociais, que venceremos a desigualdade de renda e do desenvolvimento regional.

Isso significa - reitero - manter a estabilidade econômica como valor absoluto. Já faz parte de nossa cultura recente a convicção de que a inflação desorganiza a economia e degrada a renda do trabalhador. Não permitiremos, sob nenhuma hipótese, que esta praga volte a corroer nosso tecido econômico e a castigar as famílias mais pobres.

Continuaremos fortalecendo nossas reservas para garantir o equilíbrio das contas externas. Atuaremos decididamente nos fóruns multilaterais na defesa de políticas econômicas saudáveis e equilibradas, protegendo o país da concorrência desleal e do fluxo indiscriminado de capitais especulativos.

Não faremos a menor concessão ao protecionismo dos países ricos que sufoca qualquer possibilidade de superação da pobreza de tantas nações pela via do esforço de produção.

Faremos um trabalho permanente e continuado para melhorar a qualidade do gasto público.

O Brasil optou, ao longo de sua história, por construir um estado provedor de serviços básicos e de previdência social pública.

Isso significa custos elevados para toda a sociedade, mas significa também a garantia do alento da aposentadoria para todos e serviços de saúde e educação universais. Portanto, a melhoria dos serviços é também um imperativo de qualificação dos gastos governamentais.

Outro fator importante da qualidade da despesa é o aumento dos níveis de investimento em relação aos gastos de custeio. O investimento público é essencial como indutor do investimento privado e como instrumento de desenvolvimento regional.

Através do Programa de Aceleração do Crescimento e do Minha Casa Minha Vida, manteremos o investimento sob estrito e cuidadoso acompanhamento da Presidência da República e dos ministérios.

O PAC continuará sendo um instrumento de coesão da ação governamental e coordenação voluntária dos investimentos estruturais dos estados e municípios. Será também vetor de incentivo ao investimento privado, valorizando todas as iniciativas de constituição de fundos privados de longo prazo.

Por sua vez, os investimentos previstos para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas serão concebidos de maneira a dar ganhos permanentes de qualidade de vida, em todas as regiões envolvidas.

Este princípio vai reger também nossa política de transporte aéreo. É preciso, sem dúvida, melhorar e ampliar nossos aeroportos para a Copa e as Olimpíadas. Mas é mais que necessário melhorá-los já, para arcar com o crescente uso deste meio de transporte por parcelas cada vez mais amplas da população brasileira.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Junto com a erradicação da miséria, será prioridade do meu governo a luta pela qualidade da educação, da saúde e da segurança.

Nas últimas duas décadas, o Brasil universalizou o ensino fundamental, porém é preciso melhorar sua qualidade e aumentar as vagas no ensino infantil e no ensino médio.

Para isso, vamos ajudar decididamente os municípios a ampliar a oferta de creches e de pré escolas.

No ensino médio, além do aumento do investimento público vamos estender a vitoriosa experiência do PROUNI para o ensino médio profissionalizante, acelerando a oferta de milhares de vagas para que nossos jovens recebam uma formação educacional e profissional de qualidade.

Mas só existirá ensino de qualidade se o professor e a professora forem tratados como as verdadeiras autoridades da educação, com formação continuada, remuneração adequada e sólido compromisso com a educação das crianças e jovens.

Somente com avanço na qualidade de ensino poderemos formar jovens preparados, de fato, para nos conduzir à sociedade da tecnologia e do conhecimento.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Consolidar o Sistema Único de Saúde será outra grande prioridade do meu governo.

Para isso, vou acompanhar pessoalmente o desenvolvimento desse setor tão essencial para o povo brasileiro.

Quero ser a presidenta que consolidou o SUS, tornando-o um dos maiores e melhores sistemas de saúde pública do mundo.

O SUS deve ter como meta a solução real do problema que atinge a pessoa que o procura, com uso de todos os instrumentos de diagnóstico e tratamento disponíveis, tornando os medicamentos acessíveis a todos, além de fortalecer as políticas de prevenção e promoção da saúde.

Vou usar a força do governo federal para acompanhar a qualidade do serviço prestado e o respeito ao usuário.

Vamos estabelecer parcerias com o setor privado na área da saúde, assegurando a reciprocidade quando da utilização dos serviços do SUS.

A formação e a presença de profissionais de saúde adequadamente distribuídos em todas as regiões do país será outra meta essencial ao bom funcionamento do sistema.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

A ação integrada de todos os níveis de governo e a participação da sociedade é o caminho para a redução da violência que constrange a sociedade e as famílias brasileiras.

Meu governo fará um trabalho permanente para garantir a presença do Estado em todas as regiões mais sensíveis à ação da criminalidade e das drogas, em forte parceria com Estados e Municípios.

O estado do Rio de Janeiro mostrou o quanto é importante, na solução dos conflitos, a ação coordenada das forças de segurança dos três níveis de governo, incluindo - quando necessário - a participação decisiva das Forças Armadas.

O êxito desta experiência deve nos estimular a unir as forças de segurança no combate, sem tréguas, ao crime organizado, que sofisticava a cada dia seu poder de fogo e suas técnicas de aliciamento de jovens.

Buscaremos também uma maior capacitação federal na área de inteligência e no controle das fronteiras, com uso de modernas tecnologias e treinamento profissional permanente.

Reitero meu compromisso de agir no combate as drogas, em especial ao avanço do crack, que desintegra nossa juventude e infelicita as famílias.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

O pré-sal é nosso passaporte para o futuro, mas só o será plenamente se produzir uma síntese equilibrada de avanço tecnológico, avanço social e cuidado ambiental.

A sua própria descoberta é resultado do avanço tecnológico brasileiro e de uma moderna política de investimentos em pesquisa e inovação. Seu desenvolvimento será fator de valorização da empresa nacional e seus investimentos serão geradores de milhares de novos empregos.

O grande agente desta política é a Petrobrás, símbolo histórico da soberania brasileira na produção energética.

O meu governo terá a responsabilidade de transformar a enorme riqueza obtida no Pré-Sal em poupança de longo prazo, capaz de fornecer às atuais e às futuras gerações a melhor parcela dessa riqueza, transformada, ao longo do tempo, em investimentos efetivos na qualidade dos serviços públicos, na redução da pobreza e na valorização do meio ambiente. Recusaremos o gasto apressado, que reserva às futuras gerações apenas as dívidas e a desesperança.

Meus queridos brasileiros e brasileiras,

Muita coisa melhorou em nosso país, mas estamos vivendo apenas o início de uma nova era. O despertar de um novo Brasil.

Recorro a um poeta da minha terra: *o que tem de ser, tem muita força.*

Pela primeira vez o Brasil se vê diante da oportunidade real de se tornar, de ser, uma nação desenvolvida. Uma nação com a marca inerente da cultura e do estilo brasileiros --o amor, a generosidade, a criatividade e a tolerância.

Uma nação em que a preservação das reservas naturais e das suas imensas florestas, associada à rica biodiversidade e a matriz energética mais limpa do mundo, permitem um projeto inédito de país desenvolvido com forte componente ambiental.

O mundo vive num ritmo cada vez mais acelerado de revolução tecnológica. Ela se processa tanto na decifração de códigos desvendadores da vida quanto na explosão da comunicação e da informática.

Temos avançado na pesquisa e na tecnologia, mas precisamos avançar muito mais. Meu governo apoiará fortemente o desenvolvimento científico e tecnológico para o domínio do conhecimento e a inovação como instrumento da produtividade.

Mas o caminho para uma nação desenvolvida não está somente no campo econômico. Ele pressupõe o avanço social e a valorização da diversidade cultural. A cultura é a alma de um povo, essência de sua identidade.

Vamos investir em cultura, ampliando a produção e o consumo em todas as regiões de nossos bens culturais e expandindo a exportação da nossa música, cinema e literatura, signos vivos de nossa presença no mundo.

Em suma: temos que combater a miséria, que é a forma mais trágica de atraso, e, ao mesmo tempo, avançar investindo fortemente nas áreas mais sofisticadas da invenção tecnológica, da criação intelectual e da produção artística e cultural.

Justiça social, moralidade, conhecimento, invenção e criatividade, devem ser, mais que nunca, conceitos vivos no dia-a-dia da nação.

Queridos brasileiros e queridas brasileiras,

Considero uma missão sagrada do Brasil a de mostrar ao mundo que é possível um país crescer aceleradamente, sem destruir o meio ambiente.

Somos e seremos os campeões mundiais de energia limpa, um país que sempre saberá crescer de forma saudável e equilibrada.

O etanol e as fontes de energia hídricas terão grande incentivo, assim como as fontes alternativas: a biomassa, a eólica e a solar. O Brasil continuará também priorizando a preservação das reservas naturais e das florestas.

Nossa política ambiental favorecerá nossa ação nos fóruns multilaterais. Mas o Brasil não condicionará sua ação ambiental ao sucesso e ao cumprimento, por terceiros, de acordos internacionais.

Defender o equilíbrio ambiental do planeta é um dos nossos compromissos nacionais mais universais.

Meus queridos brasileiros e brasileiras,

Nossa política externa estará baseada nos valores clássicos da tradição diplomática brasileira: promoção da paz, respeito ao princípio de não-intervenção, defesa dos Direitos Humanos e fortalecimento do multilateralismo.

O meu governo continuará engajado na luta contra a fome e a miséria no mundo.

Seguiremos aprofundando o relacionamento com nossos vizinhos sul-americanos; com nossos irmãos da América Latina e do Caribe; com nossos irmãos africanos e com os povos do Oriente Médio e dos países asiáticos. Preservaremos e aprofundaremos o relacionamento com os Estados Unidos e com a União Europeia.

Vamos dar grande atenção aos países emergentes.

O Brasil reitera, com veemência e firmeza, a decisão de associar seu desenvolvimento econômico, social e político ao de nosso continente.

Podemos transformar nossa região em componente essencial do mundo multipolar que se anuncia, dando consistência cada vez maior ao Mercosul e à Unasul. Vamos contribuir para a estabilidade financeira internacional, com uma intervenção qualificada nos fóruns multilaterais.

Nossa tradição de defesa da paz não nos permite qualquer indiferença frente à existência de enormes arsenais atômicos, à proliferação nuclear, ao terrorismo e ao crime organizado transnacional.

Nossa ação política externa continuará propugnando pela reforma dos organismos de governança mundial, em especial as Nações Unidas e seu Conselho de Segurança.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Disse, no início deste discurso, que eu governarei para todos os brasileiros e brasileiras. E vou fazê-lo.

Mas é importante lembrar que o destino de um país não se resume à ação de seu governo. Ele é o resultado do trabalho e da ação transformadora de todos os brasileiros e brasileiras. O Brasil do futuro será exatamente do tamanho daquilo que, juntos, fizermos por ele hoje. Do tamanho da participação de todos e de cada um:

Dos movimentos sociais,

dos que labutam no campo,

dos profissionais liberais,

dos trabalhadores e dos pequenos empreendedores,

dos intelectuais,

dos servidores públicos,

dos empresários,

das mulheres,

dos negros, dos índios e dos jovens,

de todos aqueles que lutam para superar distintas formas de discriminação.

Quero estar ao lado dos que trabalham pelo bem do Brasil na solidão amazônica, na seca nordestina, na imensidão do cerrado, na vastidão dos pampas.

Quero estar ao lado dos que vivem nos aglomerados metropolitanos, na vastidão das florestas; no interior ou no litoral, nas capitais e nas fronteiras do Brasil.

Quero convocar todos a participar do esforço de transformação do nosso país.

Respeitada a autonomia dos poderes e o princípio federativo, quero contar com o Legislativo e o Judiciário, e com a parceria de governadores e prefeitos para continuarmos desenvolvendo nosso País, aperfeiçoando nossas instituições e fortalecendo nossa democracia.

Reafirmo meu compromisso inegociável com a garantia plena das liberdades individuais; da liberdade de culto e de religião; da liberdade de imprensa e de opinião.

Reafirmo que prefiro o barulho da imprensa livre ao silêncio das ditaduras. Quem, como eu e tantos outros da minha geração, lutamos contra o arbítrio e a censura, somos naturalmente amantes da mais plena democracia e da defesa intransigente dos direitos humanos, no nosso País e como bandeira sagrada de todos os povos.

O ser humano não é só realização prática, mas sonho; não é só cautela racional, mas coragem, invenção e ousadia. E esses são elementos fundamentais para a afirmação coletiva da nossa nação.

Eu e meu vice Michel Temer fomos eleitos por uma ampla coligação partidária. Estamos construindo com eles um governo onde capacidade profissional, liderança e a disposição de servir ao país serão os critérios fundamentais.

Mais uma vez estendo minha mão aos partidos de oposição e as parcelas da sociedade que não estiveram conosco na recente jornada eleitoral. Não haverá de minha parte discriminação, privilégios ou compadrio.

A partir deste momento sou a presidenta de todos os brasileiros, sob a égide dos valores republicanos.

Serei rígida na defesa do interesse público. Não haverá compromisso com o erro, o desvio e o malfeito. A corrupção será combatida permanentemente, e os órgãos de controle e investigação terão todo o meu respaldo para atuarem com firmeza e autonomia.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Chegamos ao final desse longo discurso. Dediquei toda a minha vida a causa do Brasil. Entreguei minha juventude ao sonho de um país justo e democrático. Suportei as adversidades mais extremas infligidas a todos que ousamos enfrentar o arbítrio. Não tenho qualquer arrependimento, tampouco ressentimento ou rancor.

Muitos da minha geração, que tombaram pelo caminho, não podem compartilhar a alegria deste momento. Divido com eles esta conquista, e rendo-lhes minha homenagem.

Esta dura caminhada me fez valorizar e amar muito mais a vida e me deu sobretudo coragem para enfrentar desafios ainda maiores. Recorro mais uma vez ao poeta da minha terra:

"O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem"

É com esta coragem que vou governar o Brasil.

Mas mulher não é só coragem. É carinho também.

Carinho que dedico a minha filha e ao meu neto. Carinho com que abraço a minha mãe que me acompanha e me abençoa.

É com este mesmo carinho que quero cuidar do meu povo, e a ele - só a ele - dedicar os próximos anos da minha vida.

Que Deus abençoe o Brasil!

Que Deus abençoe a todos nós!

FOLHA DE S.PAULO. Discurso na íntegra na Assembleia Geral da ONU. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/853564-leia-integra-do-discurso-de-posse-de-dilma-rousseff-no-congresso.shtml>>. Acesso em: 23 mai. 2012.

ANEXO 2

Discurso na abertura da 66ª Assembleia Geral da ONU, em Nova York, em 21/09/2011

Senhor Presidente da Assembleia Geral, Nassir Abdulaziz Al-Nasser,
Senhor secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon,
Senhoras e senhores chefes de Estado e de Governo,
Senhoras e senhores,

Pela primeira vez, na história das Nações Unidas, uma voz feminina inaugura o Debate Geral. É a voz da democracia e da igualdade se ampliando nesta tribuna que tem o compromisso de ser a mais representativa do mundo.

É com humildade pessoal, mas com justificado orgulho de mulher, que vivo este momento histórico.

Divido esta emoção com mais da metade dos seres humanos deste planeta, que, como eu, nasceram mulher, e que, com tenacidade, estão ocupando o lugar que merecem no mundo. Tenho certeza, senhoras e senhores, de que este será o século das mulheres.

Na língua portuguesa, palavras como vida, alma e esperança pertencem ao gênero feminino. E são também femininas duas outras palavras muito especiais para mim: coragem e sinceridade. Pois é com coragem e sinceridade que quero lhes falar no dia de hoje.

Senhor Presidente,

O mundo vive um momento extremamente delicado e, ao mesmo tempo, uma grande oportunidade histórica. Enfrentamos uma crise econômica que, se não debelada, pode se transformar em uma grave ruptura política e social. Uma ruptura sem precedentes, capaz de provocar sérios desequilíbrios na convivência entre as pessoas e as nações. Mais que nunca, o destino do mundo está nas mãos de todos os seus governantes, sem exceção. Ou nos unimos todos e saímos, juntos, vencedores ou sairemos todos derrotados.

Agora, menos importante é saber quais foram os causadores da situação que enfrentamos, até porque isto já está suficientemente claro. Importa, sim, encontrarmos soluções coletivas, rápidas e verdadeiras.

Essa crise é séria demais para que seja administrada apenas por uns poucos países. Seus governos e bancos centrais continuam com a responsabilidade maior na condução do processo, mas como todos os países sofrem as consequências da crise, todos têm o direito de participar das soluções.

Não é por falta de recursos financeiros que os líderes dos países desenvolvidos ainda não encontraram uma solução para a crise. É, permitam-me dizer, por falta de recursos políticos e algumas vezes, de clareza de ideias.

Uma parte do mundo não encontrou ainda o equilíbrio entre ajustes fiscais apropriados e estímulos fiscais corretos e precisos para a demanda e o crescimento. Ficam presos

na armadilha que não separa interesses partidários daqueles interesses legítimos da sociedade.

O desafio colocado pela crise é substituir teorias defasadas, de um mundo velho, por novas formulações para um mundo novo. Enquanto muitos governos se encolhem, a face mais amarga da crise - a do desemprego - se amplia. Já temos 205 milhões de desempregados no mundo. 44 milhões na Europa. 14 milhões nos Estados Unidos. É vital combater essa praga e impedir que se alastre para outras regiões do planeta.

Nós, mulheres, sabemos, mais que ninguém, que o desemprego não é apenas uma estatística. Golpeia as famílias, nossos filhos e nossos maridos. Tira a esperança e deixa a violência e a dor.

Senhor Presidente,

É significativo que seja a presidenta de um país emergente, um país que vive praticamente um ambiente de pleno emprego, que venha falar, aqui, hoje, com cores tão vívidas, dessa tragédia que assola, em especial, os países desenvolvidos.

Como outros países emergentes, o Brasil tem sido, até agora, menos afetado pela crise mundial. Mas sabemos que nossa capacidade de resistência não é ilimitada. Queremos - e podemos - ajudar, enquanto há tempo, os países onde a crise já é aguda.

Um novo tipo de cooperação, entre países emergentes e países desenvolvidos, é a oportunidade histórica para redefinir, de forma solidária e responsável, os compromissos que regem as relações internacionais.

O mundo se defronta com uma crise que é ao mesmo tempo econômica, de governança e de coordenação política.

Não haverá a retomada da confiança e do crescimento enquanto não se intensificarem os esforços de coordenação entre os países integrantes da ONU e as demais instituições multilaterais, como o G-20, o Fundo Monetário, o Banco Mundial e outros organismos. A ONU e essas organizações precisam emitir, com a máxima urgência, sinais claros de coesão política e de coordenação macroeconômica.

As políticas fiscais e monetárias, por exemplo, devem ser objeto de avaliação mútua, de forma a impedir efeitos indesejáveis sobre os outros países, evitando reações defensivas que, por sua vez, levam a um círculo vicioso.

Já a solução do problema da dívida deve ser combinada com o crescimento econômico. Há sinais evidentes de que várias economias avançadas se encontram no limiar da recessão, o que dificultará, sobremaneira, a resolução dos problemas fiscais. Está claro que a prioridade da economia mundial, neste momento, deve ser solucionar o problema dos países em crise de dívida soberana e reverter o presente quadro recessivo. Os países mais desenvolvidos precisam praticar políticas coordenadas de estímulo às economias extremamente debilitadas pela crise. Os países emergentes podem ajudar.

Países altamente superavitários devem estimular seus mercados internos e, quando for o caso, flexibilizar suas políticas cambiais, de maneira a cooperar para o reequilíbrio da demanda global.

Urge aprofundar a regulamentação do sistema financeiro e controlar essa fonte inesgotável de instabilidade. É preciso impor controles à guerra cambial, com a

adoção de regimes de câmbio flutuante. Trata-se, senhoras e senhores, de impedir a manipulação do câmbio tanto por políticas monetárias excessivamente expansionistas como pelo artifício do câmbio fixo.

A reforma das instituições financeiras multilaterais deve, sem sombra de dúvida, prosseguir, aumentando a participação dos países emergentes, principais responsáveis pelo crescimento da economia mundial.

O protecionismo e todas as formas de manipulação comercial devem ser combatidos, pois conferem maior competitividade de maneira espúria e fraudulenta.

Senhor Presidente,

O Brasil está fazendo a sua parte. Com sacrifício, mas com discernimento, mantemos os gastos do governo sob rigoroso controle, a ponto de gerar vultoso superávit nas contas públicas, sem que isso comprometa o êxito das políticas sociais, nem nosso ritmo de investimento e de crescimento.

Estamos tomando precauções adicionais para reforçar nossa capacidade de resistência à crise, fortalecendo nosso mercado interno com políticas de distribuição de renda e inovação tecnológica.

Há pelo menos três anos, senhor Presidente, o Brasil repete, nesta mesma tribuna, que é preciso combater as causas, e não só as consequências da instabilidade global. Temos insistido na inter-relação entre desenvolvimento, paz e segurança; e que as políticas de desenvolvimento sejam, cada vez mais, associadas às estratégias do Conselho de Segurança na busca por uma paz sustentável.

É assim que agimos em nosso compromisso com o Haiti e com a Guiné-Bissau. Na liderança da Minustah, temos promovido, desde 2004, no Haiti, projetos humanitários, que integram segurança e desenvolvimento. Com profundo respeito à soberania haitiana, o Brasil tem o orgulho de cooperar para a consolidação da democracia naquele país.

Estamos aptos a prestar também uma contribuição solidária, aos países irmãos do mundo em desenvolvimento, em matéria de segurança alimentar, tecnologia agrícola, geração de energia limpa e renovável e no combate à pobreza e à fome.

Senhor Presidente,

Desde o final de 2010, assistimos a uma sucessão de manifestações populares que se convencionou denominar "Primavera Árabe". O Brasil é pátria de adoção de muitos imigrantes daquela parte do mundo. Os brasileiros se solidarizam com a busca de um ideal que não pertence a nenhuma cultura, porque é universal: a liberdade.

É preciso que as nações aqui reunidas encontrem uma forma legítima e eficaz de ajudar as sociedades que clamam por reforma, sem retirar de seus cidadãos a condução do processo.

Repudiamos com veemência as repressões brutais que vitimam populações civis. Estamos convencidos de que, para a comunidade internacional, o recurso à força deve ser sempre a última alternativa. A busca da paz e da segurança no mundo não pode limitar-se a intervenções em situações extremas.

Apoiamos o Secretário-Geral no seu esforço de engajar as Nações Unidas na prevenção de conflitos, por meio do exercício incansável da democracia e da promoção do desenvolvimento.

O mundo sofre, hoje, as dolorosas consequências de intervenções que agravaram os conflitos, possibilitando a infiltração do terrorismo onde ele não existia, inaugurando novos ciclos de violência, multiplicando os números de vítimas civis.

Muito se fala sobre a responsabilidade de proteger; pouco se fala sobre a responsabilidade ao proteger. São conceitos que precisamos amadurecer juntos. Para isso, a atuação do Conselho de Segurança é essencial, e ela será tão mais acertada quanto mais legítimas forem suas decisões. E a legitimidade do próprio Conselho depende, cada dia mais, de sua reforma.

Senhor Presidente,

A cada ano que passa, mais urgente se faz uma solução para a falta de representatividade do Conselho de Segurança, o que corrói sua eficácia. O ex-Presidente Joseph Deiss recordou-me um fato impressionante: o debate em torno da reforma do Conselho já entra em seu 18º ano. Não é possível, senhor Presidente, protelar mais.

O mundo precisa de um Conselho de Segurança que venha a refletir a realidade contemporânea; um Conselho que incorpore novos membros permanentes e não-permanentes, em especial representantes dos países em desenvolvimento.

O Brasil está pronto a assumir suas responsabilidades como membro permanente do Conselho. Vivemos em paz com nossos vizinhos há mais de 140 anos. Temos promovido com eles bem-sucedidos processos de integração e de cooperação. Abdicamos, por compromisso constitucional, do uso da energia nuclear para fins que não sejam pacíficos. Tenho orgulho de dizer que o Brasil é um vetor de paz, estabilidade e prosperidade em sua região, e até mesmo fora dela.

No Conselho de Direitos Humanos, atuamos inspirados por nossa própria história de superação. Queremos para os outros países o que queremos para nós mesmos.

O autoritarismo, a xenofobia, a miséria, a pena capital, a discriminação, todos são algozes dos direitos humanos. Há violações em todos os países, sem exceção. Reconheçamos esta realidade e aceitemos, todos, as críticas. Devemos nos beneficiar delas e criticar, sem meias-palavras, os casos flagrantes de violação, onde quer que ocorram.

Senhor Presidente,

Quero estender ao Sudão do Sul as boas vindas à nossa família de nações. O Brasil está pronto a cooperar com o mais jovem membro das Nações Unidas e contribuir para seu desenvolvimento soberano.

Mas lamento ainda não poder saudar, desta tribuna, o ingresso pleno da Palestina na Organização das Nações Unidas. O Brasil já reconhece o Estado palestino como tal, nas fronteiras de 1967, de forma consistente com as resoluções das Nações Unidas. Assim como a maioria dos países nesta Assembleia, acreditamos que é chegado o momento de termos a Palestina aqui representada a pleno título.

O reconhecimento ao direito legítimo do povo palestino à soberania e à autodeterminação amplia as possibilidades de uma paz duradoura no Oriente Médio. Apenas uma Palestina livre e soberana poderá atender aos legítimos anseios de Israel por paz com seus vizinhos, segurança em suas fronteiras e estabilidade política em seu entorno regional.

Venho de um país onde descendentes de árabes e judeus são compatriotas e convivem em harmonia - como deve ser.

Senhor Presidente,

O Brasil defende um acordo global, abrangente e ambicioso para combater a mudança do clima no marco das Nações Unidas. Para tanto, é preciso que os países assumam as responsabilidades que lhes cabem.

Apresentamos uma proposta concreta, voluntária e significativa de redução (de emissões), durante a Cúpula de Copenhague, em 2009. Esperamos poder avançar já na reunião de Durban, apoiando os países em desenvolvimento nos seus esforços de redução de emissões e garantindo que os países desenvolvidos cumprirão suas obrigações, com novas metas no Protocolo de Quioto, para além de 2012.

Teremos a honra de sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, em junho do ano que vem. Juntamente com o Secretário-Geral Ban Ki-moon, reitero aqui o convite para que todos os Chefes de Estado e de Governo compareçam.

Senhor Presidente e minhas companheiras mulheres de todo mundo,

O Brasil descobriu que a melhor política de desenvolvimento é o combate à pobreza. E que uma verdadeira política de direitos humanos tem por base a diminuição da desigualdade e da discriminação entre as pessoas, entre as regiões e entre os gêneros.

O Brasil avançou política, econômica e socialmente sem comprometer sequer uma das liberdades democráticas. Cumprimos quase todos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, antes de 2015. Saíram da pobreza e ascenderam para a classe média no meu país quase 40 milhões de brasileiras e brasileiros. Tenho plena convicção de que cumpriremos nossa meta de, até o final do meu governo, erradicar a pobreza extrema no Brasil.

No meu país, a mulher tem sido fundamental na superação das desigualdades sociais. Nossos programas de distribuição de renda têm nas mães a figura central. São elas que cuidam dos recursos que permitem às famílias investir na saúde e na educação de seus filhos.

Mas o meu país, como todos os países do mundo, ainda precisa fazer muito mais pela valorização e afirmação da mulher. Ao falar disso, cumprimento o secretário-geral Ban Ki-moon pela prioridade que tem conferido às mulheres em sua gestão à frente das Nações Unidas.

Saúdo, em especial, a criação da ONU Mulher e sua diretora-executiva, Michelle Bachelet.

Senhor Presidente,

Além do meu querido Brasil, sinto-me, aqui, representando todas as mulheres do mundo. As mulheres anônimas, aquelas que passam fome e não podem dar de comer aos seus filhos; aquelas que padecem de doenças e não podem se tratar; aquelas que sofrem violência e são discriminadas no emprego, na sociedade e na vida familiar; aquelas cujo trabalho no lar cria as gerações futuras.

Junto minha voz às vozes das mulheres que ousaram lutar, que ousaram participar da vida política e da vida profissional, e conquistaram o espaço de poder que me permite estar aqui hoje.

Como mulher que sofreu tortura no cárcere, sei como são importantes os valores da democracia, da justiça, dos direitos humanos e da liberdade.

E é com a esperança de que estes valores continuem inspirando o trabalho desta Casa das Nações que tenho a honra de iniciar o Debate Geral da 66ª Assembleia Geral da ONU.

Muito obrigada.

FOLHA DE S.PAULO. Discurso na íntegra na Assembleia Geral da ONU. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2209201105.htm>>. Acesso em: 27 set. 2011.

ANEXO 3

Discurso da Presidente da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de sanção do projeto de Lei que garante o acesso a informações públicas e do projeto de Lei que cria a Comissão Nacional da Verdade - Brasília/DF

Palácio do Planalto, 18 de novembro de 2011, às 13h35

Queria cumprimentar as senhoras e os senhores ministros de Estado aqui presentes. Cumprimentando a ministra Gleisi Hoffmann, da Casa Civil; o ministro José Eduardo Cardozo, da Justiça; o ministro da Defesa, embaixador Celso Amorim; a ministra Maria do Rosário, dos Direitos Humanos; saúdo a todos os ministros aqui presentes.

Queria cumprimentar também os senhores comandantes das Forças Armadas: Julio Soares de Moura Neto, da Marinha; Enzo Martins Peri, do Exército; Juniti Saito, da Aeronáutica; José Carlos De Nardi, chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas,

Queria cumprimentar os senhores senadores Pedro Simon e Pedro Taques, aqui presentes,

Cumprimentar as senhoras e os senhores deputados federais aqui presentes: Reginaldo Lopes, Dalva Figueiredo, Luciana Santos, Érika Kokay, Edinho Araújo, Marina Santanna, Emiliano José, Alessandro Molon, Luiz Couto, Romanna Remor, Valmir Assunção e José de Filippi,

Queria cumprimentar o ex-ministro da Comunicação Social Franklin Martins,

Os senhores ex-ministros da Secretaria de Direitos Humanos Mário Mamede, Nilmário Miranda,

Queria cumprimentar também o ex-ministro Paulo Vannuchi, Cumprimentar o Presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, o Marco Antônio Rodrigues Barbosa,

Cumprimentar o ministro José Paulo Sepúlveda Pertence, Presidente do Conselho de Ética da Presidência da República,

Cumprimentar também o secretário de Direitos Humanos da Argentina, senhor Eduardo Duhalde, por meio de quem cumprimento as autoridades estrangeiras aqui presentes,

Cumprimentar as senhoras e os senhores que comparecem a este ato,

Os senhores jornalistas, cinegrafistas e fotógrafos,

Senhoras e senhores,

Este 18 de novembro de 2011 é uma data histórica para o Brasil. É o dia em que comemoramos – e partir de agora iremos comemorar – a transparência e celebrar a verdade. Por isso, é grande meu orgulho ao sancionar essas duas leis.

Essas duas leis foram elaboradas durante o governo do Presidente Lula, e aqui eu queria destacar a contribuição do ex-ministro Franklin Martins para as duas leis. Eu sou testemunha da incansável determinação do ex-ministro Franklin em relação a todos os desafios e dificuldades que era elaborar, conceber e construir através de um processo que, necessariamente, passava pelo acordo entre diferentes posições.

Por isso, ao saudar o ex-ministro Franklin Martins, eu dou meu testemunho da sua importância para que nós tivéssemos chegado ao ponto em que chegamos.

Queria também destacar a contribuição do ex-ministro Jobim e do ex-ministro Paulo Vannuchi. Cada um, olhando do ponto de vista do seu ministério, soube contribuir para que fosse possível a elaboração dessas duas peças que hoje se transformam em lei.

Queria também agradecer aos ministros do meu governo que cuidaram e que acompanharam juntamente. Quero agradecer aos senhores deputados e senadores que conseguiram, através de um processo que é, de fato, uma demonstração da maturidade da democracia brasileira, produzir essas duas peças legais.

Essas duas leis tratam de assuntos distintos, mas estão diretamente ligadas uma à outra. São leis que representam um grande avanço institucional e um passo decisivo na consolidação da democracia brasileira. Leis que tornam o Estado brasileiro mais transparente e garantem o acesso à informação e, ao mesmo tempo, o direito à memória e à verdade e, portanto, ao pleno exercício da cidadania.

Ao longo da história do Brasil, alguns marcos civilizatórios são muito importantes, e eu me refiro, por exemplo, à criação das leis trabalhistas, em [19]43, e à promulgação da Constituição de [19]88, dando dois exemplos de momentos em que a democracia brasileira avançou, juntamente com o direito social.

Acredito que, também, a entrada em vigor da lei do acesso à informação e da lei que constitui e cria a Comissão da Verdade são momentos especiais, que ficarão para sempre marcados na história do Brasil, e que colocam o nosso país num patamar superior, um patamar de subordinação do Estado aos direitos humanos.

Com a vigência dessas duas leis, o cidadão ganha mais poder perante o Estado, mais poder de controle e de fiscalização, o que reverterá em benefício para toda a sociedade e no fortalecimento da cidadania.

Vejam a diferença: o Brasil tinha uma lei de sigilo, que impedia que uma parte das informações do Estado se tornasse pública. A partir de hoje, o que era lei de sigilo se transforma em lei de direito ao acesso à informação, e isso é uma transformação muito significativa para a construção do Estado de direito no sentido mais amplo da palavra.

A informação pública torna-se aberta. Em todas as suas instâncias o poder público torna-se mais transparente, e me refiro a todos os Poderes: ao Executivo, ao Legislativo, ao Judiciário, nos níveis federal, estadual e municipal.

A Lei de Acesso à Informação corresponde plenamente ao nosso compromisso com a transparência de todos os órgãos públicos. Garante o acesso à história do país e reforça o exercício cotidiano da fiscalização do Estado.

Todos os brasileiros, sem exceção, poderão consultar documentos e informações produzidos pela Administração Pública. Em seis meses, cada órgão público terá que publicar, em página na internet, informações completas sobre sua atuação, suas decisões, sua gestão orçamentária. As informações terão que ser oferecidas ao público de forma clara, em linguagem simples e direta, com o apoio de ferramentas de busca e pesquisa.

Quero, também, destacar uma grande conquista que a nova Lei de Acesso à Informação Pública nos proporciona. Nenhum ato ou documento que atente contra os direitos humanos pode ser colocado sob sigilo de espécie alguma. O sigilo não oferecerá, nunca mais, guarida ao desrespeito aos direitos humanos no Brasil.

Esta é uma importante conexão, uma conexão decisiva com a lei que cria a Comissão da Verdade. Uma não existe sem a outra, uma é pré-requisito para a outra, e isso lançará luzes sobre períodos da nossa história que a sociedade precisa e deve conhecer. São momentos difíceis que foram contados até hoje, ou, melhor dizendo, foram contados durante os acontecimentos sob um regime de censura, arbítrio e repressão, quando a própria liberdade de pensamento era proibida.

É fundamental que a população, sobretudo os jovens e as gerações futuras, conheçam nosso passado, principalmente o passado recente, quando muitas pessoas foram presas, foram torturadas e foram mortas. A verdade sobre nosso passado é fundamental para que aqueles fatos que mancharam nossa história nunca mais voltem a acontecer.

O conhecimento, a informação e a verdade são, nós todos sabemos, indispensáveis para o exercício pleno da cidadania. O silêncio e o esquecimento são sempre uma grande ameaça. Aliás, há mais de dois mil anos um filósofo disse: “A verdade se corrompe tanto com a mentira quanto com o silêncio”. Nós não podemos deixar que, no Brasil, a verdade se corrompa com o silêncio.

Depois de passarem por períodos ditatoriais, vários países da América Latina tiveram suas comissões da verdade com nomes diferentes, com formas de atuação distintas. Houve experiências no Chile, na Argentina, no Peru, na África do Sul. Cada país fez do seu jeito e fez a seu tempo, segundo as suas próprias circunstâncias e sua própria história. O Brasil está fazendo agora. Este é o nosso momento histórico, esta é a nossa hora.

A Comissão da Verdade tem grande significado para o Brasil e para os brasileiros. O Congresso Nacional reconheceu isso, pois o projeto que hoje sancionamos foi apoiado por todos os partidos políticos com representação no Legislativo federal. Este apoio

suprapartidário mostra que a Comissão significa, fundamentalmente, uma manifestação de respeito e um tributo aos que lutaram pela democracia no Brasil em qualquer época. Sobretudo, é uma homenagem aos que lutaram pela democracia nos anos de arbítrio.

Mas, a verdade interessa, como eu disse, muito, às novas gerações que tiveram a oportunidade de nascer e viver sob regime democrático. Interessa, sobretudo, aos jovens que hoje têm o direito à liberdade e devem saber que essa liberdade é preciosa e que, muitos, por ela lutaram e pereceram. As gerações brasileiras se encontram hoje em torno da verdade. O Brasil inteiro se encontra, enfim, consigo mesmo sem revanchismo, mas sem a cumplicidade do silêncio.

Um país vitorioso de um povo vitorioso que tem hoje o privilégio de viver em sólida democracia. Sólida democracia que foi construída por muitos que lutaram, muitos que resistiram, muitos que buscaram construir a democracia. A Lei do Acesso a Informações Públicas e a Lei que institui a Comissão da Verdade se somam ao esforço e dedicação de gerações de brasileiros e de brasileiras que lutaram e lutarão para fazer do Brasil um país melhor, mais justo, menos desigual; por gerações de brasileiros que morreram e que, hoje, nós homenageamos, não com processos de vingança, mas através do processo de construção da verdade e da memória. Um país melhor, mais justo, menos desigual e, principalmente, um país mais democrático.

Muito obrigada a todos.

BRASIL, Presidência da República Federativa do Brasil, Palácio do Planalto, Brasília-DF. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-sancao-do-projeto-de-lei-que-garante-o-acesso-a-informacoes-publicas-e-do-projeto-de-lei-que-cria-a-comissao-nacional-da-verdade>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

ANEXO 4

Discurso da Presidente da República, Dilma Rousseff, durante o fórum de mulheres líderes sobre igualdade de gênero e empoderamento das mulheres no desenvolvimento sustentável - Rio de Janeiro/RJ.

21/06/2012 às 13h50

Eu queria cumprimentar a querida Michelle Bachelet, primeira mulher a exercer o cargo de Presidenta, aqui na América do Sul, e, atualmente, diretora-geral da ONU Mulheres.

Queria cumprimentar as senhoras presidentas Laura Chinchilla, da Costa Rica, Dalia Grybauskaitė, da Lituânia, a senhora Doris Leuthard, ex-presidenta da Suíça, a senhora Tarja Halonen, ex-presidenta da Finlândia.

Queria cumprimentar as senhoras primeiras-ministras Julia Gillard, da Austrália, Hellen Thorning-Schmidt, da Dinamarca, Portia Simpson Miller, da Jamaica, senhora Mary Robinson, ex-primeira ministra da Irlanda, senhora Gro Harlem Brundtland, ex-primeira ministra da Noruega,

Senhora Helen Clark, Presidente do Grupo de Desenvolvimento e administradora do Programa das Nações Unidas,

As senhoras ministras de Estado, deputadas, senadoras e líderes aqui presentes,

Minhas caras participantes do Fórum de Mulheres Líderes,

Congratulo-me com a ONU Mulheres, liderada pela nossa querida Bachelet, pela iniciativa de realizar este Fórum. É uma honra compartilhar esta mesa com as senhoras chefe de Estado e de governo e também com a subsecretária-geral – repito, mais uma vez –, Michelle Bachelet, uma referência para todas nós, sul-americanas, pelo trabalho que vem desenvolvendo e por ter sido a primeira mulher eleita Presidenta em nossa região, rompendo centenas de anos de exclusão política.

A Rio+20 nos apresenta a possibilidade e o desafio de incorporar os direitos das mulheres como dimensão crucial e estruturante do processo de desenvolvimento sustentável. Sem isso, não atingiremos os objetivos que nos trazem ao Rio de Janeiro. A preocupação com a consolidação da presença das mulheres na política deve nortear as iniciativas ligadas a cada um dos pilares do desenvolvimento sustentável: o econômico, o social e o ambiental.

A autonomia econômica das mulheres, particularmente afetada nessa conjuntura de crise global, é fundamental para a construção de sua cidadania plena. Para tanto, precisamos enfrentar lutas antigas, mas ainda necessárias, em especial, pelo igual acesso a oportunidades de trabalho, remuneração e proteção social, e, muitas vezes, por defesa física contra a violência.

O empreendedorismo das mulheres deve ser facilitado por instrumentos de crédito, assistência técnica e propriedade, e protegido da desordem avassaladora das crises financeiras, que precarizam direitos e querem fazer voltar atrás a roda da História, e pela falta da esperança e de perspectiva.

As mulheres, como geradoras de vida, ocupam, em todas as sociedades humanas, um papel especial, e devemos, por isso, reconhecer este papel, tanto do ponto de vista da proteção ao meio ambiente, quanto do ponto de vista das garantias de inclusão social, como também como agentes do desenvolvimento.

Por isso, precisamos antecipar os desafios emergentes do desenvolvimento sustentável, para evitar que novas desigualdades surjam e se consolidem. Os conhecimentos, as atividades e as tecnologias verdes devem beneficiar igualmente homens e mulheres em toda a cadeia produtiva.

O papel das mulheres, também, nas atividades de ciência, tecnologia e inovação tem que ser cada vez mais impulsionado.

Defendemos a qualidade crescente do trabalho feminino. Além disso, a participação das mulheres no mercado de trabalho, a sua expansão em quase todas as sociedades deve ser, também, acompanhada pelo correspondente engajamento dos homens nas tarefas domésticas e no cuidado não remunerado dos filhos e filhas e demais familiares. Um trabalho invisível, mas que precisa ser compartilhado e reconhecido, inclusive, como contribuição para a economia e para as contas públicas.

As mulheres são a face principal da pobreza no mundo - as mulheres e as crianças. Mas também, nós temos essa experiência no Brasil, são as grandes aliadas para sua erradicação, para a erradicação da pobreza, pois investem sua renda na família e na comunidade, garantem e suportam a criação dos filhos e lutam por isso.

Nos nossos programas sociais, no Brasil, essa é uma realidade. Por isso, no Bolsa Família, 93% dos cartões de transferência de renda estão nas mãos de mulheres. No Minha Casa, Minha Vida, é obrigatório que o título de propriedade seja emitido em nome das mulheres, no caso das famílias mais pobres. Nas políticas fundiárias do governo brasileiros, as mulheres também estão sendo empoderadas como proprietárias.

Em sua relação com o meio ambiente as mulheres têm se destacado como aliadas nas mudanças nos padrões de consumo, no uso de energia, no uso da água e do solo. São guardiãs de conhecimentos tradicionais, mas também são capazes de disseminar avançadas práticas sustentáveis. Aqui, a palavra chave para todos é acesso, mas, sobretudo, para a mulher: acesso à recursos naturais em especial à água, acesso ao alimento, acesso à moradia digna, acesso ao saneamento básico, à energia e educação.

No Brasil, estamos investindo para superar dificuldades e precariedades neste acesso aos serviços públicos de saúde com pleno exercício dos direitos sexuais e reprodutivos, inclusive, o planejamento familiar, a gestação, o parto, o puerpério com assistência de qualidade. Inclusive, com a proteção à criança, a proteção integral à

criança tanto no que se refere às condições preparatórias do parto, como na sequência quando aumenta no início da vida o risco para as crianças.

Senhoras e senhores,

Combateamos as desigualdades, precisamos reconhecer e valorizar as diferenças. A diversidade, um grande patrimônio biológico, é também um grande patrimônio cultural. O desenvolvimento sustentável deve ser construído como um projeto inclusivo e aberto para todos os sexos, raças, etnias, orientações sexuais, filiações religiosas, idades e condições físicas. O desenvolvimento sustentável é um caminho que cada povo, com a sua cultura, deve percorrer e escolher de acordo com o que disser a sua sociedade e seus governos.

Devemos pôr fim a todas as formas de violência, de discriminação de que as mulheres são vítimas, em tempos de guerra e em tempos de paz. A paz começa quando a criança vê que, entre aqueles que são sua primeira referência no mundo, não há nem violência, nem relação de subordinação. O Brasil, como todos os outros países, ainda precisa fazer muito pela afirmação e a valorização da mulher. Reitero a determinação do meu governo de enfrentar todas as formas de discriminação contra as mulheres brasileiras.

Muito foi conquistado pelas brasileiras nos últimos anos. A criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, elaborado com a participação da sociedade, e a Lei Maria da Penha, que torna crime a violência contra mulher, inclusive a violência doméstica, são alguns exemplos. Trabalhamos em prol das mulheres da cidade, do campo, da floresta, do sertão. De trabalhadoras urbanas, agricultoras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas e extrativistas. De líderes políticas, de empresárias, enfim, de todas as mulheres que ousam e que vão, sistematicamente, levantando sua cabeça e entrando no mundo do trabalho, na sociedade como agentes e como sujeito e, sobretudo, eu queria aqui enfatizar, como líderes, como as mulheres aqui presentes, a qual eu faço uma especial homenagem.

Senhoras e senhores.

O desenvolvimento sustentável, um novo paradigma, implica olhar todas e todos, todos e todos, mulheres e homens, como essenciais. Trata-se de um desafio econômico, social e ambiental, mas, sobretudo – sobretudo mesmo –, de um desafio político.

Estou certa de que as líderes aqui reunidas estão à altura da tarefa. Contem conosco. Nós ainda temos muito que avançar.

Muito obrigada.

BRASIL, Presidência da República Federativa do Brasil, Palácio do Planalto, Brasília-DF. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-forum-de-mulheres-lideres-sobre-igualdade-de-genero-e-empoderamento-das-mulheres-no-desenvolvimento-sustentavel-rio-de-janeiro-rj>>. Acesso em: 23 jun. 2012.